

Maria Laís dos Santos Leite (org.)

RURALIDADES LATINO-AMERICANAS



Organizadora

Maria Laís dos Santos Leite

Ruralidades Latino- americanas



1ª Edição
Foz do Iguaçu
2022

© 2022, CLAEC

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 5988 de 14/12/73. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida para fins comerciais, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros. Aplica-se subsidiariamente a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Editoração: Laura Valerio Sena

Diagramação: Laura Valerio Sena

Capa: Iúrio Ferreira do Nascimento

Revisão: Organizadora

ISBN 978-65-89284-33-8

Disponível em: <https://doi.org/10.23899/9786589284338>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L533	Leite, Maria Laís dos Santos Ruralidades Latino-americanas / Maria Laís dos Santos Leite (Organizadora). 1. ed. Foz do Iguaçu: CLAEC e-Books, 2022. 109 p. PDF - EBOOK Inclui Bibliografia. ISBN 978-65-89284-33-8 DOI: 10.23899/9786589284338 1. Ambientes rurais. 2. Agricultura familiar. 3. Luta pela terra. I. Título. CDU: 3 CDD: 300
------	--

Observação: Os textos contidos neste e-book são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores, incluindo a adequação técnica e linguística.

Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura – CLAEC
Diretoria Executiva

Me. Bruno César Alves Marcelino
Diretor-Presidente

Dra. Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo
Diretora Vice-Presidente

Dra. Cristiane Dambrós
Diretora Vice-Presidente

Me. Weldy Saint-Fleur Castillo
Diretor Vice-Presidente

Editora CLAEC

Me. Bruno César Alves Marcelino
Editor-Chefe

Ma. Édina de Fatima de Almeida
Editora-Assistente

Dr. Lucas da Silva Martinez
Editor-Chefe Adjunto

Me. Fernando Vieira Cruz
Editora-Assistente

Dra. Alessandra Fontes Carvalho da Rocha
Kuklinski Pereira
Editor-Assistente

Bela. Laura Valerio Sena
Editora-Assistente

Dra. Danielle Ferreira Medeiro da Silva de
Araújo
Editora-Assistente

Me. Ronaldo Silva
Editor-Assistente

Bela. Valéria Lago Luzardo
Editora-Assistente

Conselho Editorial

Dra. Ahtziri Erendira Molina Roldán
Universidad Veracruzana, México

Dra. Marie Laure Geoffray
Université Sorbonne Nouvelle – Paris III, França

Dra. Denise Rosana da Silva Moraes
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Dra. Ludmila de Lima Brandão
Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil

Dr. Djalma Thürler
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Dr. Marco Antonio Chávez Aguayo
Universidad de Guadalajara, México

Dr. Daniel Levine
University of Michigan, Estados Unidos

Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Dr. Fabricio Pereira da Silva
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Sandra Catalina Valdettaro
Universidad Nacional de Rosario, Argentina

Dr. Francisco Xavier Freire Rodrigues
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Dra. Susana Dominzaín
Universidad de la República, Uruguai

Dra. Isabel Cristina Chaves Lopes
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Suzana Ferreira Paulino
Faculdade Integrada de Pernambuco, Brasil

Dr. José Serafim Bertoloto
Universidade de Cuiabá, Brasil

Dr. Wilson Enrique Araque Jaramillo
Universidad Andina Simón Bolívar, Equador



Figura 1 – Fotografia “Simplicidade (Crato-CE)”, por Rafael Demarco, registro em 9 de março de 2013.

Às populações rurais - que sentindo-se parte destes territórios - (re)existem, pela riqueza de seus valores e modos de vida.

Às pesquisadoras e pesquisadores que dedicam seus estudos aos rurais e as ruralidades que por meio de seus estudos contribuem com a compreensão e fortalecimento desse campo-tema.

Sumário

Prefácio	8
<i>Kátya de Brito e Silva Freire</i>	
Apresentação	11
<i>Maria Laís dos Santos Leite</i>	
Entre o singular e o plural: tecendo análises sobre a evolução dos conceitos sobre os rurais e as ruralidades	16
<i>Maria Laís dos Santos Leite, Jáder Ferreira Leite</i>	
Saúde Local em uma Comunidade Rural Quilombola	26
<i>Nádile Juliane Costa de Castro, Brenda Caroline Martins da Silva, Monique Teresa Amoras do Nascimento</i>	
Abordagem psicossocial e incubação em economia solidária na comunidade Baixo dos Oitis em Crato-CE	41
<i>Antonia Samara de Sousa Pereira, Francisco Wagner Santana Filgueiras, Iasmin Monteiro Costa, Maria Vanessa de Souza Araújo, Eduardo Vivian Cunha</i>	
“Terra não se ganha, se conquista”: movimentos sociais de luta pela terra no Brasil	53
<i>Maria Laís dos Santos Leite, Jáder Ferreira Leite</i>	
“... A desapropriação desta terra foi graças às mulheres”: conquista do território e formação do Assentamento Maceió, em Itapipoca – CE	64
<i>Viviane Prado Bezerra</i>	
A importância da agricultura familiar no cenário agroindustrial de Serafina Corrêa/RS	80
<i>Ricardo Stedile Neto, Ligian Cristiano Gomes, Mateus Pessetti</i>	
A dinâmica regional da produção agropecuária da Região de Nova Prata – Guaporé/RS	95
<i>Mateus Pessetti, Ligian Cristiano Gomes, Luciane Rodrigues de Bitencourt, Ricardo Stedile Neto</i>	



Figura 2 – Fotografia “extensão e(m) contextos rurais – Distrito Arajara (Barbalha-CE)”, por Rafael Demarco, registro em 22 de abril de 2017.

Prefácio

Kátya de Brito e Silva Freire*

Escrever sobre este livro é uma tarefa prazerosa, pois sua leitura me proporcionou alegrias e bons encontros; encontros com uma diversidade de áreas, realidades, narrativas, temas, linhas de análise e autores/as, diversidade esta própria dos contextos rurais. Destaco ter tido a honra de ler uma obra sobre as Ruralidades latino-americanas, tema tão caro para mim, composta igualmente por protagonistas neste campo, em especial, Dra. Laís Leite e Dr. Jader Leite, colega de doutorado e orientador de Tese, que marcaram de forma leve meu percurso formativo.

As análises realizadas aqui sobre as ruralidades latino-americanas não só contribuem para a reflexão do que já foi estabelecido, mas, principalmente, para a compreensão do que vem sendo construído; os limites, lacunas, possibilidades e novos desafios colocados para a produção de outros escritos e contextos, que apontem para novas e congruentes formas de relações com a terra, com os contextos rurais e com os diferentes povos e comunidades dessa região tão diversa.

Deste modo, as narrativas realizadas, foram bem posicionadas e conseguem estabelecer um profícuo diálogo entre si. O caminho de leitura se delineia com análises entrelaçadas do início ao fim, iniciando com debates mais amplos e, aos poucos, ganhando direções mais específicas. Parte das conflitualidades envolvidas na questão da terra e desmembra-se na agricultura familiar e nas diferentes realidades, necessidades e temas que marcam os contextos rurais.

No que diz respeito a terra, o leitor é convocado a pensar sobre questões importantes, como: as desigualdades sociais e regionais advindas da concentração da estrutura fundiária da terra, as conflitualidades da questão agrária, os diferentes usos da terra e as transformações regionais. De tal modo, essa leitura me suscita refletir que o desenvolvimento de uma postura ético-política coerente com as necessidades e modos de vida dos sujeitos, povos e comunidades rurais latino-americanos é possível na medida em que haja o conhecimento dos conflitos, paradoxos, disputas e resistências envolvidos na questão da terra, como bem colocados pelos autores/as.

Cabe então questionar o lugar que essa discussão tem ocupado nos diferentes cenários: que movimentos e mudanças são necessários para que a pesquisa, a academia,

* Psicóloga (CRP-21/1821). Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).
E-mail: katyabrito.s@gmail.com

as políticas públicas e os contextos de trabalho contribuam de forma efetiva com o desenvolvimento da cidadania e de novas possibilidades de vida nos contextos rurais latino-americanos?

A respeito da agricultura familiar, os autores/as contribuem para pensar as novas formas de ocupação nos contextos rurais e as relações que são aí estabelecidas, às quais ultrapassam o ponto de vista geográfico. Aponta-se a evolução desse espaço social, um espaço complexo e diverso; e um universo heterogêneo, marcado por transformações, diversidades regionais e diferentes modos de ser agricultor/a familiar com seus distintos objetivos, estratégias, possibilidades e dificuldades. Tudo isso gera um importante debate que ajuda no fortalecimento da agricultura familiar na América Latina.

No que se refere aos contextos rurais e ruralidades, a obra colabora para a consolidação do discurso sobre rural que ultrapassa os sentidos relativos a atividades agrícolas e a espaço físico. Isso torna possível o encontro com as diferentes formações culturais, as múltiplas formas de existência e modos de vida e as complexas redes de sociabilidade, pois consegue abarcar a diversidade, as particularidades e a complexidade envolvidas nesse campo. Além disso, o discurso proposto ajuda a consolidar o lugar das singularidades dos povos e comunidades rurais latino-americanas.

Este livro constitui um texto inacabado, pois continua a ser lido por diferentes vozes e escrito por diferentes atores em diversos lugares em um contexto que também está em movimento. Ele produz saída e encontro; o deslocamento de categorias e interpretações binárias e estanques em direção à consolidação de novos sentidos.

Por fim, trata-se de uma obra séria e bem construída, que consegue articular as diversidades e particularidades envolvidas nas ruralidades com competência e compromisso ético-político.



Figura 3 – Fotografia de agricultor ‘roçando’ a terra, por Rafael Demarco, registro em 18 de setembro de 2020.

Apresentação

Maria Laís dos Santos Leite*

A publicação deste livro, **Ruralidades Latino-americanas**, pela Editora do Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura (CLAEC) simboliza um intento desejado e gestado, há alguns meses, por muitas mãos e mentes.

O livro acolheu trabalhos provenientes de pesquisas teóricas, documentais ou em campo sobre os contextos rurais latino-americanos, no passado, presente ou perspectivas futuras.

Os contextos rurais e as ruralidades constituíram a história de minha família, e foram também o campo-tema que se tornou central em meus estudos e atuação. Senti-me convocada – há pouco mais de uma década – a pensar-sentir sobre os rurais, me dedicar a sua compreensão e em defesa destes territórios e dos modos de vida de sujeitos(as) que os (co)constroem, buscando com meus esforços também trazer contribuições e difundir conhecimentos sobre esses.

Somando os esforços de pesquisa de pesquisadoras e pesquisadores de diferentes regiões do Brasil e distintas áreas do conhecimento que se dedicam a estas temáticas e que encaminharam seus manuscritos a esta obra, a qual tive a honra de organizar junto à Editora CLAEC.

O livro é composto por sete capítulos: 1. Entre o singular e o plural: tecendo análises sobre a evolução dos conceitos sobre os rurais e as ruralidades; 2. Saúde Local em uma Comunidade Rural Quilombola; 3. Abordagem psicossocial e incubação em economia solidária na comunidade Baixio dos Oitis em Crato-CE; 4. “Terra não se ganha, se conquista”: movimentos sociais de luta pela terra no Brasil; 5. “... A desapropriação desta terra foi graças às mulheres”: conquista do território e formação do Assentamento Maceió, em Itapipoca – CE; 6. A importância da agricultura familiar

* Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Servidora técnico-administrativa da Universidade Federal do Cariri – UFCA. Integrante do Grupo de Pesquisa Modos de subjetivação, Políticas públicas e Contextos de vulnerabilidade (PPGPSI - UFRN/CNPq). Membro do grupo Impulsor e integrante da Coordenação de Comunicação da *Red Latinoamericana de Psicología Rural - RedPsiRural*.

E-mail: mlaisleite@gmail.com

no cenário agroindustrial de Serafina Corrêa/RS e 7. A dinâmica regional da produção agropecuária da Região de Nova Prata – Guaporé/RS.

O primeiro capítulo intitulado *Entre o singular e o plural: tecendo análises sobre a evolução dos conceitos sobre os rurais e as ruralidades* elaborado por mim e meu orientador de doutorado, Jáder Ferreira Leite, apresenta como objetivo analisar a evolução histórica dos conceitos de contextos rurais e ruralidades que compreendemos como essenciais para a compreensão dos estudos apresentados neste livro. Nele após uma análise conceitual e histórica das definições, destacamos entre os resultados, a modificação dos contextos rurais, tradicionalmente visto no singular (**rural**) pelos olhos de estudiosos(as) urbanos(as) que o retrataram enquanto um espaço escasso e atrasado e o progresso em suas compreensões que produziram e demandaram outras visões que demonstram sua diversidade e pluralidade (**contextos rurais**) que engendram também diferentes características (**ruralidades**).

O segundo capítulo, *Saúde Local em uma Comunidade Rural Quilombola*, de Nádile Juliane Costa de Castro, tem como objetivo compreender as relações entre saúde local, serviços de saúde em uma comunidade rural quilombola da região Norte do Brasil. O estudo qualitativo e exploratório realizado na comunidade rural quilombola de Ipanema, localizada no município de Abaetetuba, Pará. Dentre os resultados a autora evidencia que o processo histórico-social da comunidade quilombola é fator que persiste quando da determinação e condição para o cuidado à saúde, ainda que haja políticas específicas para grupos em regiões das águas.

O terceiro capítulo tem como título *Abordagem psicossocial e incubação em economia solidária na comunidade Baixio dos Oitis em Crato-CE* e foi desenvolvido por Antonia Samara Pereira, Francisco Wagner Filgueiras, Iasmin Costa, Maria Vanessa Araújo e Eduardo Vivian Cunha apresenta uma intervenção para incubação em economia solidária na comunidade rural Baixio dos Oitis, localizada no município de Crato, no estado do Ceará e delinea como objetivo compreender a situação da comunidade a partir de um levantamento sobre as questões psicossociais do local, visando à construção de soluções adequadas às demandas levantadas pelos próprios moradores numa perspectiva de incubação de médio e longo prazo. As(os) autoras(es) apresentam como principais análises: a existência de uma realidade de exploração econômica, cultural, social, ambiental e estrutural dessas pessoas por parte dos proprietários das terras; e a necessidade de uma atuação mais efetiva de políticas públicas direcionadas para realidades como as vivenciadas pela comunidade.

No quarto capítulo, escrito por mim em parceria com o Prof. Jáder Leite, intitulado *“Terra não se ganha, se conquista”*: movimentos sociais de luta pela terra no Brasil, o

objetivo pontuado foi discutir alguns elementos relativos aos movimentos sociais rurais no Brasil, especialmente a partir da experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). No texto discutimos de modo breve a configuração dos movimentos sociais rurais no Brasil enquanto uma rede de atores coletivos e nos dedicamos de modo específico às experiências do MST em torno da construção do discurso agroecológico e da participação das mulheres no âmbito do movimento. Com base na análise evidenciamos enquanto resultados a capacidade do MST em acompanhar as demandas contemporâneas da sociedade para inseri-las em suas pautas de luta.

Continuando a pauta da luta pela terra, temos o quinto capítulo, “... *A desapropriação desta terra foi graças às mulheres*”: *conquista do território e formação do Assentamento Maceió, em Itapipoca – CE* desenvolvido por Viviane Prado Bezerra, que no artigo problematiza as memórias e histórias da luta pela terra do Assentamento Maceió, localizado no município de Itapipoca, Ceará. Nele a autora perscruta a memória escrita e oral produzida por mulheres camponesas que se fizeram protagonistas dessa contenda. No estudo se ressalta o protagonismo das(os) camponesas(es) na luta pelo espaço do Assentamento Maceió, disputa e conquista enunciada nas narrativas de homens e mulheres que estiveram envolvidos nessa luta.

Depois de passar pelo Norte e Nordeste brasileiros, chegamos à Região Sul, com as experiências apresentadas no sexto e o sétimo capítulos.

O sexto capítulo de autoria de Ricardo Stedile Neto, Ligian Gomes e Mateus Pessetti, tem como título *A importância da agricultura familiar no cenário agroindustrial de Serafina Corrêa/RS*. O trabalho salienta a relevância da agricultura familiar na dinâmica rural do território brasileiro e apresenta como objetivo e problemática realizar um levantamento da importância que a agricultura familiar tem para o município de Serafina Corrêa no estado do Rio Grande do Sul. Os autores concluem que o município estudado, apresenta duas realidades de estrutura agrícola: em que se apresenta de um lado, os médios e grandes produtores, voltados para o mercado capitalista, alicerçado nas empresas presentes no distrito industrial do município; e do outro as pequenas propriedades que mantem o modo de produzir camponês, se utilizando da mão de obra familiar em todas as etapas do cultivo.

O sétimo e último capítulo: *A dinâmica regional da produção agropecuária da Região de Nova Prata – Guaporé/RS* de Mateus Pessetti, buscou compreender e caracterizar a produção agropecuária da Região Geográfica Imediata Nova Prata localizada no norte do estado do Rio Grande do Sul, analisando as principais cadeias produtivas e como estas se organizam na dinâmica do espaço regional. As

considerações finais do trabalho apontam a predominância de lavouras temporárias e permanentes, das quais evidenciou a produção de uvas. O autor aponta ainda que a pecuária leiteira que vem perdendo espaço para as lavouras, com um crescimento na criação de suínos e aves.

Esperamos que esse livro possa contribuir com a valorização dos contextos rurais e a compreensão das ruralidades brasileiras (e latino-americanas) pela diversidade teórico-metodológica e a relevância dos estudos que compõe a obra e ainda pela diversidade e amplitude dos aportes apresentados, dos quais sublinhamos: ruralidades; ambientes rurais; contextos rurais; agricultura familiar; território; determinantes sociais em saúde; população rural; quilombolas; saúde pública; modos de vida, movimentos sociais rurais; luta pela terra; memória.

Por fim, agradeço e congratulo esse coletivo de autoras(es) e a todas(os) que estiveram envolvidas(os) na produção desta coletânea pela nossa conquista que também simboliza a (re)existência das(os) camponesas(os) e a nossa em tempos de desmonte das políticas públicas, de avanço do desmatamento, de perda de direitos sociais e agravamento das desigualdades no Brasil. Deixo ainda minha gratidão as(aos) que, porventura, leem este manuscrito e compartilham conosco a admiração e o interesse pelos rurais e as ruralidades latino-americanas.

Boa leitura!



Figura 4 – Fotografia de trecho da Rodovia CE-386 que liga Crato a Barbalha, e os distritos de Arajara e Caldas, por Laís Leite, registro em 3 de outubro de 2020.

Entre o singular e o plural: tecendo análises sobre a evolução dos conceitos sobre os rurais e as ruralidades

Maria Laís dos Santos Leite*

Jáder Ferreira Leite**

Introdução

Os espaços rurais brasileiros têm experienciado alterações sócio-históricas, econômicas e culturais que provocaram mudanças nos modos de produzir e viver de suas populações, bem como exigem diferentes olhares sobre estes territórios e os(as) sujeitos(as) que o constituem.

Neste sentido, estabelecemos como objetivo central deste artigo analisar a evolução histórica dos conceitos de contextos rurais e ruralidades. Para tanto, realizamos uma revisão bibliográfica do tipo narrativa contemplando estudiosos(as) das áreas da Sociologia, Antropologia, Psicologia e outras que se dedicam a este campo-tema¹.

* Doutora em Psicologia (2018-2022) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Servidora técnico-administrativa da Universidade Federal do Cariri - UFCA. Integrante do Grupo de Pesquisa Modos de subjetivação, Políticas públicas e Contextos de vulnerabilidade (PPGPSI - UFRN/CNPq). Membro do grupo Impulsor e integrante da Coordenação de Comunicação da *Red Latinoamericana de Psicología Rural - RedPsiRural*.

E-mail: mlaisleite@gmail.com

** Doutor em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Professor associado II, vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, - UFRN. Líder do Grupo de Pesquisa Modos de subjetivação, Políticas públicas e Contextos de vulnerabilidade (PPGPSI - UFRN/CNPq). Integrante da *Red Latinoamericana de Psicología Rural - RedPsiRural*.

E-mail: jaderfleite@gmail.com

¹ Utilizamos aqui a expressão campo-tema, de acordo com a tradição da pesquisa construcionista, com base na definição de Peter Spink (2003; 2008) que não existe um campo (lugar) onde realizaremos a pesquisa, o campo é sempre um tema (campo-tema), nosso próprio tema de pesquisa, por isso, estamos em campo o tempo todo.

A revisão da literatura pode ser compreendida como um procedimento metodológico do tipo bibliográfico de busca, análise e descrição de um corpo do conhecimento (Marisa MANCINI²; Rosana SAMPAIO, 2006).

Edna Rother (2007) destaca que os artigos de revisão narrativa são publicações apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual e se constituem como uma avaliação de diversos produtos acadêmicos passando pela interpretação e análise crítica dos(as) autores(as).

Para o referido estudo foram consultados artigos científicos, teses, dissertações e livros acerca dos contextos rurais e das ruralidades que pudessem ampliar o entendimento sobre estes conceitos, bem como para a difusão de conhecimentos acerca do campo-tema.

Entendendo que os conceitos são também produzidos em um determinado contexto e intencionalidade sociopolítica que põem em circulação argumentos e discursos (Mary Jane SPINK, 2010, 2013; Peter SPINK, 2013) revisaremos criticamente a seguir perspectivas teóricas e metodológicas que colaboram com a compreensão dos territórios rurais e dos(as) sujeitos(as) camponeses(as).

Compreensões sobre os conceitos de contextos rurais e ruralidades

No Brasil, os contextos rurais têm passado por alterações sociais, culturais e econômicas que tem demandado da academia novas análises que incidem também em atualizações nas categorias usadas na compreensão destes cenários pela diversidade e complexidade dos rurais atualmente (Maria José CARNEIRO, 1998, 2008).

O debate acerca das ruralidades é permeado pela ideia de que tanto o rural quanto o urbano teriam características próprias que seriam empiricamente verificáveis (Fernanda LAUBSTEIN, 2011; CARNEIRO, 2008). Estas particularidades estariam presentes no território e nos modos de vida dos(as) sujeitos(as) camponeses, que são

² A opção pelo uso dos nomes e prenomes dos e das autoras se dá pela nossa aproximação com Epistemologias Feministas. De acordo com Sandra Nodari (2021) os posicionamentos de pesquisadoras como Grada Kilomba, Marcia Tiburi, Adriana Baggio e muitas outras que defendem e pontuam a necessidade da valorização da autoria feminina – que perpassa pela descrição a partir de nomes, prenomes e pronomes de mulheres – “[...] podem iniciar uma pequena transformação nas normas que regem a escritura de artigos científicos, dissertações e teses. Se não trouxerem uma transformação, ao menos, propõem uma discussão acerca do crédito das autoras o qual, no futuro, certamente trará transformações” (n.p.).

ainda mais interligados pela relação dessas(es) atrizes (atores) sociais com a terra e a natureza.

Uma das obras representativas sobre as características dos camponeses – no masculino justamente pela pouca visibilidade do feminino nas obras sobre os rurais nesta época –, é *O campesinato brasileiro: ensaios sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil* de autoria da socióloga Isaura Queiroz (1973) e fruto de um amplo estudo de teorias sobre esses contextos por diferentes autores(as), em regiões e períodos históricos distintos.

A autora ressalta a condição de subordinação econômica, política e social do campesinato numa sociedade global e destaca alguns traços do camponês:

um trabalhador rural cujo produto se destina primordialmente ao sustento da própria família, podendo vender ou não o excedente da colheita, deduzida a parte do aluguel da terra quando não é proprietário; devido ao destino da produção, é ele sempre policultor (QUEIROZ, 1973, p. 30).

Maria José Carneiro e Laila Sandroni (2019) ressaltam o brilhantismo da obra de Isaura Queiroz por ter buscado superar a visão normativa que predominava na Sociologia nesse período e ter estabelecido como foco de atenção as figuras dos camponeses, sitiantes, beatos, cangaceiros, coronéis e outras categorias pouco estudadas por outras(os) pesquisadoras (es).

Tradicionalmente partia-se do conceito do rural mais pela noção da escassez, da falta e do atraso, baseada na visão dos(as) sociólogos(as) – provavelmente urbanos – sobre como os contextos rurais e suas e seus moradores deveriam ser, do que na análise do modo de ser e de fazer das populações tidas como rurais (José de Souza MARTINS, 2000).

A maioria das abordagens sobre o rural estabelecia como característica comum a centralidade da agricultura na organização da vida social dos(as) residentes – como a de Queiroz (1973) acima mencionada –, associadas a elementos demográficos e da interação entre as(os) sujeitas(os) entre si e com a natureza (Henri MENDRAS, 1976).

Muitos(as) outros(as) autores(as) com variadas posições e argumentos – especialmente das Ciências Sociais – buscaram a suposta essência rural ao longo do século XX (LAUBSTEIN, 2011; CARNEIRO, 2008). Destacaremos abaixo algumas dessas posições, considerando a riqueza dessas disputas discursivas para a evolução desse campo-tema.

Carneiro (2008) destaca três correntes de pensamento acerca da dinâmica do mundo rural nas sociedades contemporâneas. A primeira parte da premissa de que estaria em extinção a figura do camponês, principal categoria dos contextos rurais, que simbolizaria a ruína e aniquilamento do mundo rural (MENDRAS, 1976). A seguinte se embasa na compreensão de que as particularidades sociais e territoriais entre campo e cidade permanecem, reelaborando e atualizando tais distinções e gerando novas ruralidades (WANDERLEY, 2000).

A terceira corrente ampara o fim da dicotomia rural-urbano para qualificar realidades sociais distintas nas sociedades contemporâneas. A ênfase aqui recai sobre a negação de sentido não só à dualidade rural-urbano, mas também à sua similar, ou seja, agricultura *versus* indústria (Elena SARRACENO, 1994).

Ao invés de mudar o que poderia caracterizar o rural e o urbano ou de apenas negligenciar os diferentes modos de vida – conhecimentos que servem ao senso comum, ao poder público e a própria ciência (CARNEIRO, 2005) – podemos redirecionar nossos estudos “[...] para a busca dos significados das práticas sociais que tornam operacional esse tipo de interação (e distinção) a partir do olhar dos atores sociais” (CARNEIRO, 2008, p. 28).

Assumimos aqui um posicionamento próximo ao de Wanderley (2000, 2003, 2014) que há particularidades entre os contextos urbanos e rurais, mas que estas categorias não são estáticas e nem homogêneas, por isso nos mobiliza destingi-las em diferentes panoramas socioterritoriais, históricos e políticos.

Acerca dessas transformações e heterogeneidades nestes espaços José Reis (2002, p. 7) sublinha temáticas atuais nos estudos dos rurais como a “[...] urbanização (das ocupações profissionais, dos modos de vida e de consumo, das formas de locomoção) [...] de espaços de lazer; [...] de processos de produção de valores simbólicos”.

Auxilia-nos ainda nessa compreensão o conceito de continuum rural-urbano, que admite que embora haja peculiaridades entre os espaços urbanos e rurais, “[...] são cada vez mais intensas, entre eles, a existência de variadas formas de inter-relações econômicas e demográficas e de articulações econômicas que contribuem para a constituição de espaços geográficos [...]” (Rejane KIELING; Rogério SILVEIRA, 2015, p. 133).

Carneiro (1998, p. 60) assinala ainda que os conceitos de rural e urbano – vistos de diferentes pontos de vista – “[...] expressam visões de mundo e valores distintos de acordo com o universo simbólico ao qual estão referidas, estando, portanto, sujeitas a reelaborações e a apropriações diversas”.

No final do século XIX e início do século XX emergem novos agentes rurais, nomeados por Graziano Silva (2001) como neo-rurais. Nesse período se intensifica a chegada de novas(os) moradoras(es) aos contextos rurais que migram dos territórios ditos urbanos, buscando uma maior qualidade de vida, notadamente clima mais ameno, menos violência, construções mais amplas, com a possibilidade de plantar alimentos para consumo próprio, atrelado a ideias ecológicas, e podem se configurar como.

Entre os elementos construtores dessas novas ruralidades (CARNEIRO, 1998; MOREIRA, 2005) destacamos os discursos de desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, produção própria de alimentos, os alarmantes riscos dos usos de agrotóxicos, as discussões sobre qualidade de vida e sua articulação com uma maior proximidade da natureza etc.

A valorização do rural, que acreditamos vivenciar, perpassa por um crescente reconhecimento dos saberes e fazeres considerados tradicionais e que têm sido resgatados em diversos segmentos sociais do apelo a alimentação mais natural aos modos mais intuitivos de parto – ainda que agora postos num lugar de destaque e tantas vezes reservados às classes sociais mais abastadas (Lais LEITE, 2022).

O reconhecimento também se dá pela maior compreensão dos contextos rurais, promovido pelo aumento dos estudos sobre o campo-tema que geram também uma mudança no olhar sobre esses territórios, pela visão de que são múltiplos e potentes e, portanto, demandam o desenvolvimento de outros estudos que possam contribuir com o conhecimento dos rurais e das ruralidades (L. LEITE, 2022).

Discussões como estas que trouxemos acima fizeram com que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE buscasse revisar os critérios até então utilizados na delimitação do território nacional, de forma a aprimorar o Censo Demográfico – agendado para 2020, mas até hoje não realizado³ –, para oferecer à sociedade avanços na diferenciação das áreas rurais e urbanas, de modo a subsidiar a implementação de políticas públicas e o planejamento em geral no país.

³ A programação é que o censo seja realizado a cada 10 anos, como prevê a Constituição Federal. O Censo deveria ter sido feito em 2020, mas foi adiado para 2021 devido à pandemia. No entanto, o governo federal cortou em 96% os recursos previstos no Orçamento Geral da União para a realização do Censo Demográfico. Deste modo, não tendo orçamento necessário em 2021 o órgão cancelou novamente a realização do levantamento que agora foi previsto para 2022. Mais informações sobre o acontecimento podem ser consultados em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2021-04/censo-demografico-nao-sera-realizado-em-2021> e <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-10/ibge-cancela-contrato-com-empresa-organizadora-do-censo-demografico>.

Na publicação *Classificação e características dos espaços rurais e urbanos do Brasil – uma primeira aproximação*, o IBGE (2017) salienta a dificuldade em estabelecer distinções entre o meio urbano e o meio rural, ao mesmo tempo em que afirma a importância destas para fins da ação pública e privada tendo em vista o planejamento territorial do Brasil. E que, inclusive, a grande demanda de classificações por parte da academia, da administração pública e da sociedade em torno desse tema demonstram a importância de realizar essa discussão de forma contínua e considerar distintas abordagens e escalas.

O instituto público destaca a necessidade de abordagens multidimensionais na classificação territorial, dadas as transformações vivenciadas no campo e nas cidades nos últimos 50 anos. E ainda porque o rural e o urbano, enquanto manifestações socioespaciais, se apresentam de forma bastante complexa e heterogênea, assim, a identificação de padrões dessas manifestações se constitui um desafio principalmente quando se leva em conta a extensão do território brasileiro (IBGE, 2017).

Em sua análise apontam enquanto alterações das últimas décadas em relação os contextos rurais “[...] elementos como o aumento das atividades não agrícolas, a mecanização, a intensificação da pluriatividade, a valorização da biodiversidade, a expansão do setor terciário e a intensificação de fluxos materiais e imateriais na caracterização e maior compreensão de suas dinâmicas” (IBGE, 2017, p. 9).

A esse respeito Carneiro e Sandroni (2019) evidenciam a importância de instituir uma abordagem reflexiva sobre os rurais a fim de levar em conta os interesses e os objetivos que possam aliar o discurso e as formas de ação sobre esses contextos. Para as autoras “[...] há uma relação intrínseca entre as dimensões sociais, políticas e culturais e o discurso sobre o rural no Brasil [...]” (p. 43).

Esses discursos que circulam – e também se reatualizam – entre as(os) moradoras(es), as(os) técnicas(os) de órgãos que atuam de maneira direta nas comunidades, as(os) acadêmicas(os) e as(os) políticos(as) foram também se alterando ao longo do tempo.

Deste modo, parece-nos fulcral ao trazer estas posições discursivas da literatura científica – problematizar – em tempo que sejam considerados com igual riqueza os discursos dos(as) sujeitos(as) que vivem nos territórios rurais – que ampliam nossa compreensão dos rurais compreendidos não apenas como espaços geradores de bens materiais, mas, como uma fonte preciosa de bens simbólicos que constituem outras dinâmicas sociais (CARNEIRO, 2008).

Considerações finais

Buscamos nesse artigo analisar a evolução histórica dos conceitos de contextos rurais e ruralidades, problematizando a relação entre estas definições e elementos sociais, políticos e culturais que produzem variadas posições e argumentos – que compõem uma disputa discursiva – acerca deste campo-tema.

Após o exame desta multiplicidade de visões dos rurais e das ruralidades ressaltamos sobre a evolução histórica destes conceitos que o rural – tradicionalmente visto pelos olhos de estudiosos(as) urbanos(as) e frequentemente retratado enquanto um espaço escasso e atrasado – tem produzido e demandado outras visões que demonstram sua diversidade, reivindicando sua concepção enquanto múltiplo e assim, plural – contextos rurais – que engendram também diferentes características – ruralidades.

Apreendendo as profundas transformações vividas na atualidade de um mundo globalizado e com efeitos locais força-nos a adoção de um olhar multifacetado sobre os contextos rurais, possibilitando não só descortinar realidades historicamente invisibilizadas, como é o caso das relações desiguais de gênero e trabalho no meio rural, dos estigmas vividos pelas populações do campo no tocante às formas de sofrimento mental e da precária retaguarda dada pelas políticas de saúde e assistência nesses contextos, mas também de tensionar algumas perspectivas teóricas e metodológicas mobilizadas na compreensão dos territórios rurais.

Desse modo, uma aproximação aos contextos rurais leva-nos a uma necessária interlocução com demais áreas do conhecimento no sentido de compreender a complexidade com que se constitui o mundo rural enquanto campo de reflexão histórica, sociológica, antropológica, política e econômica.

Evidenciamos, por fim, a necessidade de considerar as diversidades regionais, culturais, socioeconômicas e políticas que dotam tais contextos. Longe de se pensar o rural brasileiro com meio homogêneo, há que se destacar sua pluralidade que se expressa tanto em potencialidades quanto em sérios limites para suas populações.

Referências

CARNEIRO, Maria José. “Rural” como categoria de pensamento. **RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais**, v. 2, n. 1, p. 9-38, 2008.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 11, p. 53-75, 1998. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/135>>. Acesso em: 3 ago. 2019.

CARNEIRO, Maria José; SANDRONI, Laila. Tipologias e significados do 'rural': uma leitura crítica. In: LEITE, Sergio Pereira; BRUNO, Regina. (Org.). **O rural brasileiro na perspectiva do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. p. 43-58.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15790-classificacao-e-caracterizacao-dos-espacos-rurais-e-urbanos-do-brasil.html?=&t=acesso-ao-produto>>. Acesso em: 19 set. 2021.

KIELING, Rejane Inês; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. O rural, o urbano e o continuum urbano-rural no contexto do desenvolvimento regional. **Perspectiva**, v. 39, n. 148, p. 133-143, 2015. Disponível em: <https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/148_540.pdf>. Acesso em: 23 set. 2021.

LAUBSTEIN, Fernanda Cristina. A ruralidade ontem e hoje: Uma análise do rural na contemporaneidade. **Revista Aurora**, v. 4, n. 2, p. 92-102, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.36311/1982-8004.2011.v4n2.1277>>. Acesso em: 14 maio 2021.

LEITE, Maria Laís dos Santos. **Produção de sentidos sobre políticas públicas para agricultoras(es) familiares do Distrito Arajara em Barbalha-CE**. 2022. Tese (Doutorado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

MANCINI, Marisa Cotta; SAMPAIO, Rosana Ferreira. Quando o objeto de estudo é a literatura: estudos de revisão. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, São Carlos, v. 10, n. 4, p. 361-472, 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-35552006000400001>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.

MENDRAS, Henri. **La fin des paysans**. Paris: Colin, 1976.

NODARI, Sandra. Nomes e pronomes na Língua Portuguesa: a questão sexista no idioma e na academia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 3, e74197, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n374197>>. Acesso em: 14 fev. 2022.

QUEIROZ, Isaura. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1973.

REIS, José. Observar a mudança: o papel dos estudos rurais. In: CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS – TERRITÓRIO, SOCIEDADE E POLÍTICA: CONTINUIDADES E RUPTURAS, 1º, 2002, Vila Real, Portugal. **Anais...** Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2002.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

SARACENO, Elena. Recent trends in rural development and their conceptualisation. **Journal of Rural Studies**, v. 10, n. 4, p. 321-330, 1994. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/0743-0167\(94\)90042-6](https://doi.org/10.1016/0743-0167(94)90042-6)>. Acesso em: 9 jul. 2019.

SPINK, Mary Jane P. (Org.). **Práticas discursivas e produção dos sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

SPINK, Mary Jane P. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SPINK, Peter Kevin. Análise de Documentos de Domínio Público. In: SPINK, Mary Jane. (Org.). **Práticas discursivas e produção dos sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. p. 79-105.

SPINK, Peter Kevin. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. spe, p. 70-77, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000400010>>. Acesso em: 1 mar. 2021.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. suppl. 1, p. 25-44, 2014. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>>. Acesso em: 11 jul. 2021.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 11, n. 2, p. 42-61, 2003. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238>>. Acesso em: 18 maio 2021.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 8, n. 2, 87-145, 2000. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178>>. Acesso em: 13 jul. 2021.



Figura 5 – Fotografia do traslado até a Comunidade Quilombola de Ipanema via ‘rabeta”, por Nádile Juliane Costa de Castro, registro em 2022.

Saúde Local em uma Comunidade Rural Quilombola

Nádile Juliane Costa de Castro*

Brenda Caroline Martins da Silva**

Monique Teresa Amoras do Nascimento***

Introdução

As condições e modo de vida de comunidades rurais têm sido objeto de estudo ao longo dos anos, e trouxe à tona características, necessidades e culturas específicas destas populações. É importante destacar que, a política internacional tem apontado caminhos para reavaliação de políticas locais a fim de inserir grupos em situação de vulnerabilidade social (WHO, 2018). No Brasil em 2011 foi construída e posteriormente

* Graduada em Enfermagem (Escola de Enfermagem Magalhães Barata/UEPA/2007). Doutora em Ciências: socioambientais (NAEA/UFPA/2019). Mestre em Doenças Tropicais (NMT/UFPA/2010). Especialista em Saúde Pública e metodologia do ensino de artes. Docente da Universidade Federal do Pará, lotada no Instituto de Ciências da Saúde por meio da Faculdade de Enfermagem. Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Enfermagem (PPGENF-UFPA). Está coordenadora de projetos de pesquisa e extensão envolvendo formação de discentes indígenas e quilombolas. É membro associada da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEN) e Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO).

E-mail: nadiledecastro@ufpa.br

** Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal do Pará. Bolsista PIBEX no projeto Estudos e Ações de Enfermagem para a saúde de negros e negras (PROEX-UFPA/2021) e membro Voluntária dos projetos de extensão: Hanseníase no contexto atual de pandemia da COVID: promoção para o controle e busca ativa na comunidade da vila de Santo Antônio do Prata- ex-colônia de hanseníase e do projeto intitulado e do projeto O autocuidado em hanseníase em tempos de pandemia (Núcleo de Medicina Tropical- UFPA). Voluntária do Projeto Acessibilidade em Saúde à povos e populações da Amazônia: registros e características socioculturais (PROPESP/ PRODUTOR- UFPA 2020) e Membro do Grupo de Estudos em Educação, Formação e Gestão para Práxis do Cuidado de Enfermagem. Pesquisadora na área de saúde das comunidades ribeirinhas e quilombolas.

E-mail: carol.brenda.1994@gmail.com

*** Discente de enfermagem na Universidade Federal do Pará, membro do Departamento Científico de Enfermagem Gerontológica da Associação Brasileira de Enfermagem (DCEG-ABEN) seção Pará, membro da Liga Acadêmica de Enfermagem em Saúde do Idoso (LAESI), Bolsista do Projeto de Pesquisa Acessibilidade em saúde à povos e populações da Amazônia: registros e características socioculturais, voluntária do projeto de extensão conhecendo a rede social de portadores de doenças crônicas não transmissíveis, Integra o Grupo de Estudos em Educação, formação e gestão para a práxis do cuidado de enfermagem (EDUGESPEN), Está membro ANEPS Comunicação Pará e Membro Grupo de Trabalho e Pesquisa com Povos e Populações Amazônicas Enfermagem (GTPE).

E-mail: mtanascimento@gmail.com

implementada em 2013 a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Florestas e Água (PNAIPCFA) (BRASIL, 2013). As populações citadas nesta política têm modos de vida atrelados às águas e florestas, utilizando desses recursos para habitação e economia (SOARES, 2021; FERNANDES *et al.*, 2020).

É necessário entender que nesse processo, ao longo das últimas décadas, houve a reestruturação produtiva na zona rural brasileira, em paralelo com mudanças climáticas, conflitos de terra e impactos ambientais que subsidiaram os primeiros debates sobre as necessidades de garantir a saúde destas populações (CARNEIRO *et al.*, 2015; PESSOA *et al.*, 2013). Outro ponto é que os cenários e as políticas que envolvem as populações rurais consideram as determinações de áreas rurais e urbanas, sendo os perímetros delimitados pelos municípios (IBGE, 2017).

Com a PNAIPCFA pretende-se diminuir as iniquidades de grupos populacionais citados na política em comparação com outros grupos e cenários urbanos. Um dos dispositivos para uma atenção à saúde equânime é identificar os modos de vida, diversidades e singularidades dos povos e comunidades (PESSOA *et al.*, 2013; BRASIL, 2013; PESSOA *et al.*, 2013). Entre estes grupos estão as comunidades remanescentes de quilombos, pois vivem predominantemente em campo (FERNANDES *et al.*, 2020).

Os territórios quilombolas no Brasil apresentam-se atualmente em 2.847 comunidades certificadas, sendo 154 terras registradas e tituladas (CONAQ, 2022). No estado do Pará há 62 terras quilombolas tituladas, configurando como o estado com maior número de terras quilombolas tituladas (INTERPA, 2017). Neste mesmo estado foi registrada e titulada a primeira terra quilombola, na comunidade de Boa Vista, assim como a comunidade com maior extensão territorial e populacional: a Comunidade de Cachoeira Porteira, ambas situadas no município de Oriximiná, Pará (CPISP, 2018).

Quando se fala em acesso dos serviços de saúde destas comunidades é necessário compreender que não há políticas específicas a essas populações. No entanto, a PNAIPCFA e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra possuem subsídios que dão suporte a algumas necessidades inerentes ao modo de vida desse grupo (BRASIL, 2017).

Em relação ao modo de vida, historicamente estão atreladas aos movimentos de lutas pelo território e práticas cotidianas e, possuem relação direta com o meio ambiente (SOARES, 2021). No entanto, é necessário compreender as especificidades de cada comunidade, a fim de entender o modo de viver e seus fazeres a partir do processo histórico-social de cada grupo (FERNANDES *et al.*, 2020). Ao identificar tais dinâmicas é possível realizar ações estratégicas efetivas e significativas, considerando o

ecossistema local (SILVA; NODA, 2016) e os diversos contextos que podem influenciar no acesso a serviços de saúde (SANTANA *et al.*, 2021).

Nestes termos, considerando o isolamento geográfico, o ambiente e as particularidades de cada comunidade quilombola, a partir de sua cultura e modo de vida, sinaliza-se a importância de identificar redes de saúde local e os elementos que a compõe, haja vista que estudos têm apontado a necessidade de compreender os territórios de comunidades quilombolas para observar a saúde, doença e cuidado a partir da identidade quilombola (GOMES *et al.*, 2022; SANTOS *et al.*, 2022).

Esse estudo objetiva compreender as relações entre saúde local e serviços de saúde de uma comunidade rural quilombola da região Norte do Brasil. O estudo é parte de um projeto sobre “Caracterização da saúde e agravos de comunidades tradicionais da Amazônia” da Universidade Federal do Pará. Na análise buscou-se expor as correlações entre modo de vida, serviço de saúde local e determinações e condicionantes sociais em saúde a partir do processo histórico social de comunidades quilombolas.

Percurso metodológico

Estudo qualitativo e exploratório em virtude de considerar as condições de vida das pessoas, abranger contextos e usar diversas fontes de evidências (YIN, 2016). Foi realizado por meio do método observacional, pois possibilita precisão dos achados a partir das ciências sociais (GIL, 2021; p:17). Baseou-se na observação etnográfica, indireta, haja vista que foi realizada em campo, a partir de uma comunidade rural de populações remanescentes de quilombo e com a inserção do pesquisador com auxílio de registros fotográficos e diário de campo (GIL, 2021; p:115; SIMONIAN, 2007). As observações basearam-se em instrumento guia desenhado por meio das Determinações Sociais em Saúde (DSS) (OPAS, 2011; NASCIMENTO *et al.*, 2022).

A análise foi realizada por meio dos pressupostos dos Determinantes e Condicionantes Sociais em saúde a partir de Breilh (2013) e na compreensão sobre o campo como um espaço de lutas, que se transforma, dinâmico e possui elementos que representam seu mundo e suas relações (BOURDIEU, 2004), permitindo fazer uma análise pela perspectiva sócio-histórica.

O estudo foi aprovado no Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos sob o parecer número: 5.216.382. É parte de um projeto macro de pesquisa da Universidade Federal do Pará intitulado: Saúde e agravos entre povos e populações da Amazônia: caracterização e registros.

Resultados e Discussão

A Comunidade

A comunidade quilombola de Ipanema é localizada no município de Abaetetuba-Pará, situado no nordeste paraense, é considerada a sétima cidade mais populosa do estado, com 159.080 habitantes e composta por 72 ilhas (IBGE, 2020). Segundo a Secretaria de Planejamento do Pará, Abaetetuba possui 10 comunidades quilombolas, dessas 8 comunidades são tituladas. O acesso a comunidade quilombola de Ipanema é realizado somente por via fluvial levando cerca de 1h e 30 minutos de viagem pelo rio partindo da cidade de Abaetetuba como observado na Fotografia 1.

Fotografia 1 – Registro de traslado até a Comunidade Quilombola de Ipanema via ‘rabetá’.



Fonte: acervo da autoria, 2022.

O povoamento desta comunidade iniciou-se nas cabeceiras do Rio Ipanema, onde a agricultura tornou-se como a principal forma de subsistência. Segundo o presidente da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo das Ilhas de Abaetetuba, em média 87 famílias estão distribuídas nessa comunidade atualmente. Durante a observação *in loco* percebeu-se que grande parte são mulheres, maiores de 30 anos, havendo um predomínio do trabalho na lavoura. O tipo de moradia predominante é em

madeira, do tipo palafitas, no qual o produto -madeira de lei - é retirado da floresta da própria comunidade. A maioria das casas possuem energia elétrica, antenas parabólicas, porém não há rede de esgoto com tratamento. Em relação ao recurso de acesso a comunicação do tipo internet, apresenta-se limitado em determinadas áreas e instável.

Em sua composição geográfica, é perceptível que as terras do quilombo de Ipanema, são predominantemente planícies, com áreas de terra firme e várzea, como observado na Fotografia 2. Ipanema possui árvores de grande porte, algumas abundantes em frutos regionais como: cacau (*Theobroma cacao*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), açaí (*Euterpe oleracea*), bacuri (*Platonia insignis*), entre outras. Tais recursos naturais provenientes da terra, servem para sobrevivência dos quilombolas. Gomes (2019) afirma que a Amazônia é composta por riquezas naturais imensuráveis, que marcam formas de exploração econômica no passar dos anos, e que a vegetação apresentada pela Amazônia, se apresenta não somente como algo belo ao olhar, mas principalmente como forma de manutenção da vida que ultrapassa gerações.

Fotografia 2 – Caracterização Ambiental do Quilombo de Ipanema



Fonte: acervo da autoria, 2022.

Atualmente, o principal meio de sobrevivência da comunidade quilombola de Ipanema, é através do extrativismo do açaí (Fotografia 3). Durante a pesquisa no campo, foi notório que todas as famílias residentes dessa localidade fazem o uso comum da extração do açaí, seja para venda ou consumo próprio. Conforme um estudo de Ximenes

e colaboradores (2020), realizado na comunidade quilombola de Murumuru no município de Santarém-Pará, a extração do açaí configura-se como a principal forma de renda mensal dos moradores daquela localidade, o que evidencia o significado potencial do extrativismo desse fruto para comunidades quilombolas e ou ribeirinhas. A apropriação dos recursos naturais da floresta pelos quilombolas, deu-se à medida que as famílias se refugiavam nessas áreas, uma vez que eram pessoas escravizadas foragidas de fazendas e senzalas (XIMENES *et al.*, 2020).

Fotografia 3 – Paneiro com caroços de açaí, meio de sobrevivência da comunidade quilombola



Fonte: acervo da autoria, 2022.

Outra dinâmica de sobrevivência é a produção de artefatos feitos com argilas como telhas e tijolos. A comunidade de Ipanema possui inúmeras olarias espalhadas no entorno da sua área (Fotografia 4). O trabalho em olarias é caracterizado como um trabalho pesado e perigoso. Segundo Lima *et al.* (2021), as atividades em olarias são manuais e mecanizadas, o que exige esforço físico dos trabalhadores desse segmento, além da movimentação repetitiva que ocasiona danos à saúde física dos mesmos.

Ainda segundo os autores, a produção da cerâmica pode ocasionar graves danos ao trato respiratório na população diretamente envolvida ou em habitantes de áreas próximas, devido a emissão de gases nocivos à saúde decorrentes da queima da cerâmica. O extrativismo e olaria, não são os únicos modos de subsistência do quilombo de Ipanema, há moradores que possuem comércios locais com vendas de alimentos e matérias de uso pessoal.

Fotografia 4 – Ollaria no Quilombo de Ipanema



Fonte: acervo da autoria, 2022.

Em relação à rede de saúde local, identificou-se que não há um equipamento de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) referente à atenção primária à saúde. De acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES), a unidade de saúde mais próxima é o “Posto de Itacuruçá”, de gestão municipal, que atende 6 comunidades, incluindo Ipanema. Destaca-se, portanto, que a partir da PNAIPCAF as comunidades com característica de Ipanema têm o direito ao acesso aos serviços de saúde garantidos pelo SUS, a fim de alcançar equidade, considerando suas peculiaridades e especificidades (BRASIL, 2013).

Outrora, como comunidade quilombola, Ipanema vai ao encontro dos déficits já observados em outras comunidades quilombolas e confirmando mais uma vez a ausência de acesso aos serviços de saúde para com estes grupos (GOMES *et al.*, 2013; SANTOS *et al.*, 2014; SIQUEIRA *et al.*, 2016; GOMES *et al.*, 2022). Logo, deve-se perceber

todas as dimensões que envolvem a determinação social desta comunidade - sociedade, grupo e indivíduo (BREILH, 2013).

O campo da saúde de uma Comunidade Quilombola

Ao se discutir sobre saúde de comunidades quilombolas é necessário pautar conflitos étnico-raciais, as lutas e os processos históricos que envolvem estes elementos, haja vista que são a base das desigualdades vividas e que refletem no modo de vida de cada indivíduo das comunidades (REZENDE, 2015). Apesar deste cenário de injustiça, os quilombos mantêm-se firmes em suas tradições e relações com a natureza, ponto importante para compreender seus processos de adoecimento e saúde (GOMES *et al.*, 2022).

A saúde das comunidades quilombolas está relacionada à história e aos processos de construção social dos povos negros, das regiões, das diversidades encontradas no quilombo, das expressões do modo e estilo de vida (GOMES *et al.*, 2022). Dessa forma, ao compreendê-la por essa conjuntura faz-se com a dimensão das determinações sociais da saúde a partir de Breilh (2013). Logo, considera-se que a saúde destas comunidades envolve diversidade social, ambiental e todos os processos que envolvem a dinâmica dos indivíduos e grupos, assim como sua autonomia (BREILH, 2013).

Ademais, no caso das comunidades da Ilha de Abaetetuba a saúde a partir da determinação social deve ser compreendida por sua totalidade, envolvendo território e a luta pela demarcação e titulação, assim como dos elementos identificados pelos modos de vida e encontrados na interação socioambiental (GOMES *et al.*, 2021). A exemplo, no levantamento de campo na comunidade de Ipanema, identificou-se que a questão socioambiental é semelhante às características das comunidades quilombolas da Amazônia. Isso implica principalmente em seu deslocamento, que depende dos rios e igarapés como observado na Fotografia 1.

Em relação a Serviços de Saúde, a ausência de equipamentos locais evidencia o déficit de acesso e acessibilidade nestas regiões. Destaca-se que não há equipamentos de saúde do SUS no local, como já citado, o que obriga os indivíduos e suas famílias, quando da necessidade, a deslocarem-se à região urbana. Outrora, observou-se que há uma dependência da comunidade rural para com a zona urbana para fins de trabalho, educação e saúde. Um aspecto que evidencia a dependência para execução das diversas atividades, sendo que para execução destas a mobilidade pelos rios apresenta-se como única alternativa. Nota-se que a relação com o rio é uma característica do modo de vida destas comunidades e envolve um ponto importante que é condição econômica para tal (NASCIMENTO *et al.*, 2021).

Para além disso, a escolha de ir até o centro urbano, no caso da atenção à saúde, é uma escolha individual (e de condição econômica), assim como de escolher práticas populares em saúde como suporte à saúde, haja vista que os especialistas tradicionais são importantes agentes de cuidado e, por vezes, prestam serviços de saúde na ausência do Estado nestas localidades (SOUZA *et al.*, 2016). O uso de terapias integrativas, a exemplo, já vinha sendo apontado por Breilh (2013). Outrora, as políticas de saúde já indicam sua inserção (BRASIL, 2006). No entanto, apesar da ausência de infraestrutura estas práticas são orientadas pelo saber popular nestas comunidades, principalmente em virtude da cultura e ausência de rede de serviços do SUS (RUCKERT, 2018).

Destaca-se portanto que não somente nas Ilhas de Abaetetuba há situações como a ausência de serviços de saúde local pelo Estado, mas é uma condição identificada em outras comunidades quilombolas da região como por exemplo Laranjituba e África (SOUZA *et al.*, 2016). E, embora as políticas de Saúde tenham apontado a necessidade e particularidades de comunidades que vivem em conexão com recursos naturais, ainda não se identifica resultados da inserção direta do Estado nestas localidades por meio de ações de saúde.

Sabe-se, na verdade, que parte significativa desta população busca serviços diversos em outras localidades por meio de sua mobilidade, inclusive identificada no percurso da pandemia da COVID-19 (NASCIMENTO *et al.*, 2021). Isso aponta que para além do modo de vida, é necessário pensar o estilo de vida destes indivíduos, haja vista que, o estilo de vida é um campo livre de decisões (GUIMARÃES; JUNIA, 2011). Outrora, no caso dos quilombolas esta decisão é condicionada a sua situação econômica e social que envolve sua condição de luta e exclusão da sociedade e da busca de melhores condições de vida.

Percebe-se, portanto, que as lutas nestas comunidades persistem apesar do tempo e circunstâncias, seja pela ausência do Estado ou pelas dinâmicas inseridas pela condição sanitária global. Em relação a este ponto emerge-se observar a comunidade como espaço social, que envolve agentes, lutas, posições. Logo, é necessário destacar que: é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças (BOURDIEU, 2004), e este tem persistido ao longo do tempo.

Há de se reforçar que políticas ainda inviabilizam estes grupos étnicos, colocando-os como parte de um grupo macro dentro da PNAIPCF. Nesse sentido é necessário pensar a rede de saúde a partir de um movimento equânime que veja as necessidades inerentes ao modo de vida quilombola. Para tanto é necessário discutir relações entre

agentes, atores e instituições a fim de enfrentar as iniquidades sociais (DURAND; HEIDEMAN, 2019) a partir dos espaços como das conferências de saúde.

Para além disso, deve-se pensar que a saúde local também é fruto do sistema capitalista, cujo grupos sociais em situação de vulnerabilidade social e historicamente excluídos não são de interesse de alguns grupos econômicos. Portanto, deve-se pensar por uma perspectiva de múltiplas dimensões e de exclusão socioeconômica (BREILH, 2015) quando das evidências destes grupos. E, ainda que existam políticas direcionadas e legislação como da Lei Orgânica da Saúde, a participação popular de lideranças e as articulações das comunidades é uma condição importante para mudar este cenário.

Considerações finais

O estudo apontou que os processos históricos sociais da comunidade quilombola é fator que persiste quando da determinação e condição para o cuidado à saúde, ainda que haja políticas específicas para grupos em regiões das águas. As particularidades observadas e atreladas às condições ambientais, principalmente sobre a mobilidade, é um ponto muito importante que deve condicionar os itinerários terapêuticos, e ir em busca de um serviço de saúde na região urbana.

Evidenciou-se que ao se investigar sobre a região, percebe-se que o acesso a serviços de saúde é ausente quando de infraestrutura física para além da região das Ilhas de Abaetetuba, assim como de outros estudos em comunidades quilombolas, o que confirma o processo histórico de exclusão de grupos em situação de vulnerabilidade social. Por outro lado, o estudo limitou-se em observar as interações socioambientais, sendo necessário em um segundo momento avaliar as condições de itinerários terapêuticos dos indivíduos e famílias. Assim como da inserção de jovens quilombolas na universidade e cursos de formação em saúde.

Recomenda-se estudos sobre acesso a serviços de saúde dos indivíduos das comunidades quilombolas da região considerando perfil socioeconômico e de agravos a fim de subsidiar ações de promoção e prevenção à saúde dentro da comunidade. Também é necessário pensar as interações sociais considerando as novas redes de apoio à saúde mediadas por tecnologias e evidenciadas no percurso da pandemia como uma possibilidade de acessibilidade.

Referências

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde; Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde; Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Águas e Floresta**. Brasília, DF. Ed. Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde; Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS - 3. ed.** Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017.

BREILH, J. La determinación social de la salud como herramienta de transformación hacia una nueva salud pública (salud colectiva). **Revista Facultad Nacional de Salud Pública**, Medellín, v. 31, n. 1, p. 13-27, 04 Dec. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-386X2013000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 mar. 2022.

SEPLAN. **Com 53 áreas tituladas, Pará é o estado que mais reconhece comunidades quilombolas**.

SEPLAN. Disponível em: <<https://agenciapara.com.br/noticia/4929/#:~:text=Enviar%20Limpar%20Fechar-Com%2053%20%C3%A1rias%20tituladas%2C%20Par%3%A1%20%C3%A9%20o,que%20mais%20reconhece%20comunidades%20quilombolas&text=O%20Par%3%A1%20%C3%A9%20o%20estado,pa%C3%ADs%20desde%20a%20sua%20coloniza%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 07 mar. 2022.

CARNEIRO, F.F.; AUGUSTO, L.C.G.; RIGOTTO, R.M.; FRIEDRICH, K.; BÚRIGO, A. C. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CONAQ. **O que é Quilombo?**. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Disponível em: <http://conaq.org.br/coletivo/terra-e-territorio/>. Acesso em: 07 mar. 2022.

CPISP. **Terra Quilombola Cachoeira Porteira, no Pará, é titulada**. Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://cpisp.org.br/terra-quilombola-cachoeira-porteira-no-para-e-titulada/>>. Acesso em: 07 mar. 2022.

DURAND, M. K.; HEIDEMAN, I. T. S. B. Social determinants of a Quilombola Community and its interface with Health Promotion. **Rev Esc Enferm USP**. v. 53, p. e03451. 30 maio 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1980-220X2018007703451>>. Acesso em: 08 mar. 2022.

FERNANDES, S. L.; GALINDO, D. C. G.; VALENCIA, L. P. Identidade quilombola: atuações no cotidiano de mulheres quilombolas no agreste de Alagoas. **Psicologia em Estudo**, v. 25, 23 jun. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.45031>>. Acesso em: 08 mar. 2022.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7 Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2021. 230p.

GOMES, K. de O.; REIS, D.; GUIMARÃES, M. D. C.; CHERCHIGLIA, M. L. Utilização de serviços de saúde por população quilombola do Sudoeste da Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, n. 9, pp. 1829-1842, set. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00151412>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

GOMES, R. B. **Saberes Tradicionais Quilombolas E A Política Nacional De Assistência Técnica E Extensão Rural**: O Caso do Arapapuzinho (Abaetetuba-PA). 2019. Dissertação (Mestrado em Cidades, Territórios e Identidades) - Campus Universitário de Abaetetuba, Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, 2019.

GOMES, W.S.; GURGEL, I.G.D.; FERNANDES, S. L. Saúde quilombola: percepções em saúde em um quilombo do agreste de Pernambuco/Brasil. **Saúde e Sociedade**. v. 30, n. 3, e190624, set. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902021190624>>. Acesso em: 08 mar. 2022.

GOMES, W.S.; GURGEL, I.G.D.; FERNANDES, S.L. Determinação social da saúde numa comunidade quilombola: análise com a matriz de processos críticos. **Serviço Social & Sociedade**, n. 143, p. 140-161, jan. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.275>>. Acesso: 08 mar. 2022.

GUIMARÃES, C. JUNIA, R. **Determinantes sociais da saúde**: entrevista com Jaime Breilh. Cebes. 2011. Disponível em: <<https://cebes.org.br/determinantes-sociais-da-saude-entrevista-com-jaime-breilh/2724/>>. Acesso em: 07 de mar. 2022.

ITERPA. Título De Reconhecimento De Domínio Coletivo Que O Governo Do Estado Do Pará, Através Do Instituto De Terras Do Pará- Iterpa, Outorga Em Favor Da Associação De Remanescentes De Quilombos Das Ilhas De Abaetetuba. ITERPA, 2017. Disponível em: <https://seppirhomologa.c3sl.ufpr.br/xmlui/handle/123456789/1695?show=full>. Acesso em: 08 de mar. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil**: uma primeira aproximação. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15790-classificacao-e-caracterizacao-dos-espacos-rurais-e-urbanos-do-brasil.html?=&t=o-que-e->>. Acesso: 09 mar. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>>. Acesso em: 09 mar. 2022.

LIMA, W. F.; NUNES, A. L.; PONTES, A. N. Impactos ambientais provenientes das atividades de olarias nas regiões brasileiras. **Environmental Scientiae**, v. 3, n. 2, p. 13-17, 2021. Disponível em: <<http://doi.org/10.6008/CBPC2674-6492.2021.002.0002>>. Acesso em: 09 mar. 2022.

NASCIMENTO, M. T. N; ARAÚJO, J. S.; SILVA, B. C. M.; CASTRO, N.J.C. Construction of a guiding instrument for research with amazon populations based on social determinations in health. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 2, p. e45711226124, 2022. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/26124>>. Acesso em: 09 mar. 2022.

NASCIMENTO, M. T. A.; CARVALHO, J. F. C.; CASTRO, N. J. C. Ir e vir de uma comunidade quilombola em meio a pandemia. **AntHropológicas Visual**, [S.l.], n. 7, v. 2. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.51359/2526-3781.2021.251559>. Acesso em: 09 mar. 2022.

OPAS. **Determinantes ambientais e sociais da saúde**. Disponível em: <<https://iris.paho.org/handle/10665.2/51687>>. Acesso em: 07 mar. 2022.

PESSOA, V. M. et al. Sentidos e métodos de territorialização na atenção primária à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.l.], v. 18, n. 8, p. 2253-2262, ago. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000800009>>. Acesso em: 07 mar. 2022.

REZENDE, L. C. **The daily life of a quilombola community**: the (mis) construction of integrality in the point of view dwellers and health professionals. 2015. 109p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

RUCERT, B.; CUNHA, D. M.; MODENA, C. M. Saberes e práticas de cuidado em saúde da população do campo: revisão integrativa da literatura. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [S.l.], v. 22, n. 66, set. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0449>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

SANTOS, R. C. S. et al. Condições de vida e itinerários terapêuticos de quilombolas de Goiás. **Saúde e Sociedade**, Goiás, v. 23, n. 3, pp. 1049-1063, set. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000300025>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

SIQUEIRA, S. M. C.; JESUS, V. S.; CAMARGO, C. L. Itinerário terapêutico em situações de urgência e emergência pediátrica em uma comunidade quilombola. **Ciência & Saúde Coletiva**, Bahia, v. 21, n. 1, p. 179-189, jan. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232015211.20472014>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

SANTANA, K.C.; SILVA, E.K.P.; RODRIGUEZ, R.B.; BEZERRA, V. M.; SOUZA, R.; MEDEIROS, D.S. Utilização de serviços de saúde por adolescentes rurais quilombolas e não quilombolas do semiárido baiano, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Bahia, v. 26, n. 07, p. 2807-2817, 02 jul. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.09712021>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

SANTOS, E. N. A.; ROCHA, M.T.J. I. Quality of life of women from a quilombola community in northeastern Brazil. **Brazilian Journal of Biology**, [S.l.], v. 84, n 246463, jan. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1519-6984.246463>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

SILVA, S. H.; NODA, S. N. A Dinâmica entre as águas e terras na Amazônia e seus efeitos sobre as várzeas. **Revista Ambiente & Água**, [S.l.], v. 11, p. 377-386, 29 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=92845330012>>. Acesso: 07 mar. 2022.

SIMONIAN, L. T. L. **Uma relação que se amplia**: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. Imagem e pesquisa na Amazônia: ferramentas de compreensão da realidade. Belém: Mus. Par. Emílio Goeldi. Belém. 2007.

SOUZA, A. J. A; SIMONIAN, L. T.; MAUÉS, R. H. Contradições no campo da saúde: a ausência de política pública de saúde local e fortalecimento da medicina tradicional na comunidade remanescente quilombola Laranjituba e África. In: **Desafios Amazônicos**. Belém: NAEA, 2016. 425-454.

SOARES, M. R. P. Territórios insurgentes: a tecitura das lutas e das resistências de mulheres quilombolas. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 24, n. 3, pp. 522-531, set./dez. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e79280>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

WHO. World health organization. The Delhi Declaration. Alma Ata revisited. In: 15 Conferencia Mundial de Saúde Rural. **Anais...** 2018.

XIMENES, L. C.; GAMA, J. R. V.; BEZERRA, T. G.; CRUZ, G. S. Importância do açaí na renda mensal da comunidade quilombola Murumuru em Santarém, Pará. **Revista Ibero Americana de Ciências**

Ruralidades Latino-americanas

Saúde Local em uma Comunidade Rural Quilombola

DOI: 10.23899/9786589284338.2

Ambientais, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 36-42, fev./mar. de 2020. Disponível em:

<<https://www.sustenere.co/index.php/rica/article/view/CBPC2179-6858.2020.002.0004/1929>>.

Acesso em: 10 mar. 2022.

YIN, R.K. **Pesquisa qualitativa**. Penso. 2016.



Figura 6 – Fotografia da Comunidade Baixo dos Oitis, por Eduardo Cunha, registro em 23 de maio de 2021.

Abordagem psicossocial e incubação em economia solidária na comunidade Baixio dos Oitis em Crato-CE

Antonia Samara de Sousa Pereira^{*}

Francisco Wagner Santana Filgueiras^{**}

Iasmin Monteiro Costa^{***}

Maria Vanessa de Souza Araújo^{****}

Eduardo Vivian Cunha^{*****}

Introdução

Este trabalho se desenvolve em projeto de extensão vinculado à Incubadora Tecnológica de Empreendimentos em Sociais e Populares (ITEPS/UFCA), que tem como meta principal desenvolver ações estratégicas e integradas que orientem a inserção de empreendimentos produtivos populares e solidários para construir, revitalizar e ampliar oportunidades de geração de trabalho e renda. Enfatiza-se a constituição e fortalecimento de redes locais de economia solidária, apoiando-se na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Nesse ínterim, o presente trata de uma intervenção em curso para incubação em economia solidária na comunidade Baixio dos Oitis, município de Crato, Ceará.

A comunidade, em específico, é marcada por uma história de conflito territorial e permanente ameaça a direitos fundamentais, que perpassa pelo menos três gerações de moradores. Ali residem aproximadamente 20 famílias, cujas propriedades de terra

^{*} Estudante do curso de Psicologia do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio.

E-mail: samarasousapr@gmail.com

^{**} Estudante do curso de Administração Pública e Gestão Social da Universidade Federal do Cariri-UFCA.

E-mail: wagner.santana@aluno.ufca.edu.br

^{***} Estudante do curso de Psicologia do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio.

E-mail: iasminmonteirocosta@outlook.com

^{****} Estudante do curso de Psicologia do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio.

E-mail: vanessamsa98@gmail.com

^{*****} Doutor em Administração. Professor da Universidade Federal do Cariri.

E-mail: eduardo.cunha@ufca.edu.br

são negadas por fazendeiros locais que, para além disso, exigem taxas por plantio e colheita aos moradores, bem como exploram indevidamente suas forças de trabalho.

São notórias as relações de subserviência por parte da maioria das famílias da comunidade, caracterizada principalmente por pessoas que são agregadas e moram em casas de pau-a-pique, não podendo construir residências de alvenaria e necessitando da permissão do “dono da terra” para continuarem morando na mesma. A contrapartida para os camponeses produzirem na terra se dá através da prática do arrendamento com pagamento em produto e/ou serviços.

No período de 2018 a 2019, foi desenvolvido pela ITEPS o projeto de extensão Quintais Produtivos, que implantou 10 desses empreendimentos, dos quais 8 foram construídos e cuidados por mulheres, no intuito de empoderar e dar autonomia a essas famílias. O projeto prosperou rapidamente com apoio de organizações e profissionais dando total suporte e realizando o devido monitoramento das atividades. A pronta adesão dos moradores também contribuiu para este rápido avanço.

Por outro lado, com a chegada da pandemia do coronavírus, o acompanhamento foi interrompido e a maioria das famílias perdeu a produtividade de seus quintais. A reaproximação da equipe técnica da ITEPS acabou se dando apenas em meados de 2021, com o arrefecimento de algumas medidas de distanciamento social, momento em que esta equipe se propôs diagnosticar o atual cenário da comunidade. A principal preocupação foi compreender determinantes, para além do distanciamento, que levaram à desativação da maioria dos empreendimentos, outrora prósperos.

Objetivou-se compreender, assim, a situação da comunidade a partir de suas próprias observações, como intuito de juntar dados empíricos que corroborem para uma análise próxima da realidade. Isto foi realizado levando-se em conta ainda questões psicossociais envolvidas e visando-se construir soluções adequadas às demandas levantadas pelos próprios moradores, ou seja, a partir da compreensão da realidade que surge da sua leitura do contexto local.

Do ponto de vista teórico-metodológico, essa pesquisa, quanto à natureza, classifica-se como aplicada. Com isto, o objetivo é gerar conhecimentos de aplicação prática para problemas específicos. Além disso, trata-se de pesquisa exploratória, buscando maior familiaridade com o problema.

Quanto à abordagem da problemática, a pesquisa é qualitativa, em que se interpreta e analisa os fenômenos, além de estimular o entrevistado a pensar e a falar livremente sobre determinado tema. Do ponto de vista dos instrumentos de coleta de dados, o trabalho se utiliza de procedimentos técnicos como a pesquisa bibliográfica,

permitindo aporte teórico em produção científica anterior, além de pesquisa de campo, que tem como principal característica o questionamento direto com pessoas relevantes para a pesquisa. Utilizou-se a entrevista semiestruturada e de observação participante como ferramentas principais de coleta.

Do que fora colhido em resposta, foi possível constatar, como será demonstrado, que o fator determinante para o arrefecimento dos quintais produtivos foi a falta de articulação da comunidade - por fatores diversos que também serão esquadrihados - para uma economia solidária, isto é, para o desenvolvimento de autogestão, solidariedade, cooperação, respeito ao meio ambiente, comércio justo e consumo consciente. Ora, se tal fator predominou, carece de ser objeto de uma incisiva intervenção por esta incubadora, cujo mote não é outro.

Agricultura Familiar, Ruralidades e Economia Solidária

Qualquer pesquisa que se volta para a comunidade na busca de compreendê-la para, dela e com ela, construir soluções, precisa embasar-se cientificamente nas questões sociais envolvidas, fazendo um recorte teórico que permitirá abordagens mais sensíveis aos emaranhados complexos em que as mais diversas variáveis se relacionam. Segundo Amatuzzi (1996, p. 97):

O pesquisador recolhe informações não apenas a partir de sua reflexão pessoal sobre sua experiência enquanto expressiva da experiência comum da humanidade, recolhe informações sistematicamente, entrando em alguma situação previamente escolhida ou de alguma forma planejada.

É fundamental compreender o que é comunidade, para que se possa adentrar no seu território despreendido de limitações conceituais. Wirth (1973) ressalta que a tarefa de qualquer estudo envolvendo a vida comunitária é descobrir o centro e os limites de uma comunidade. No passado, a área de uma comunidade era demarcada arbitrariamente ou definida por limites políticos ou administrativos. Atualmente, o autor relata uma tendência pela procura por definir o território a partir da coesão interna da vida comunitária, e a determinação das margens de influências das diferentes comunidades como referências umas às outras.

Olhando para as comunidades rurais, especificamente, Wanderley (2000) afirma que o rural no Brasil ainda é marcado pela agricultura, sobretudo pela agricultura familiar e, também é um espaço marcado pela precariedade no acesso aos serviços e bens de consumo. O intenso processo de modernização do espaço agrário alcançou

apenas grandes fazendeiros, com acesso a crédito e capital, deixando de lado a agricultura familiar. Abramovay (1992, p. 22) afirma, que, na esteira desse processo, nos países desenvolvidos, as unidades de produção familiar

[...] foram a condição para que a agricultura desempenhasse um papel fundamental no próprio desenvolvimento do mundo capitalista: o de permitir que o peso da alimentação na estrutura de consumo dos assalariados fosse cada vez menor e, portanto, que os orçamentos domésticos pudessem consagrar-se crescentemente à aquisição de bens duráveis, uma das bases da própria expansão que conheceu o capitalismo entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início dos anos de 1970.

Conforme se investe na agricultura de larga escala em detrimento da agricultura familiar, concentrando capital, chegamos a uma situação de “[...] grande disparidade de renda e de qualidade de vida entre nossa população” (ALBUQUERQUE, 2002, p. 38). Essa questão interfere negativamente nas condições psicossociais dos que dependem do campo para sobreviver. É comum ao imaginário do homem urbano ver o rural como um local idílico, como se fosse possível a inexistência de conflitos, tensões e sofrimentos nesse contexto.

Observam-se também vários preconceitos ligados ao homem e à mulher do campo, segundo Landin (2015), tidos como atrasados, pobres e simplórios, e ao olhar para a ruralidade, pensa-se no rural como um só, não considerando a ampla gama de contextos, níveis sociais e situações vivenciadas por esses grupos. Nesse sentido, Monteiro (2015) aponta que não podemos nos ater a uma visão maniqueísta que dicotomiza o rural-urbano como opostos, já que seria empobrecedor trabalhar com a ideia de que o rural é homogêneo.

É pela educação que tamanha ignorância pode ser sanada e, aos poucos, substituída na sociedade por uma posição que vá ao encontro das ruralidades como resgate histórico em respeito ao futuro das memórias do campo. Segundo Singer (2002) os homens são o que a educação (ou sua falta) faz deles.

Segundo Paulo Freire (1963, p. 3):

A sua integração a seu contexto - resultante de estar não apenas nele, mas com ele - e não sua adaptação ou acomodação, próprias da esfera dos contatos - implica em que tanto a visão de si mesmo como a de seu mundo não podem absolutizar-se.

Falar em educação rumo às comunidades requer ao menos que seja citado, mesmo que genericamente, o ensinamento de Paulo Freire (1963) para a educação popular, insistindo para não continuarmos (re)produzindo relações de dominação, para que o saber e conhecimento sejam compartilhados e não apenas depositados. Segundo Gadotti (2000), as possibilidades de futuro da educação popular são enormes e suas instituições originais estão presentes na educação libertadora.

A educação não apenas liberta, como desenvolve. E esse desenvolvimento está para além do crescimento econômico. Da década de 1970 até o presente momento, o modelo de desenvolvimento puramente capitalista vem sendo contestado em contraponto à questão ambiental, à igualdade e à justiça. Nesse contexto, as experiências em economia solidária passaram a ter mais visibilidade. Para França Filho (2002), esta é uma característica importante desta economia:

Tratando-se de uma forma de economia que proporciona o desenvolvimento ao invés de constituir-se como um setor à parte, a economia solidária tem muito mais vocação para interagir com as formas econômicas dominantes, em uma perspectiva de elaboração de arranjos particulares de princípios econômicos diversos, a fim de subordinar a lógica mercantil a outros imperativos da ação organizacional ou coletiva como, por exemplo, uma dinâmica recíproca ou um projeto associativo (FRANÇA FILHO, 2002).

Lisboa (1999) também afirma que o desafio proposto pela economia solidária é de construir uma alternativa a partir das relações com o mercado. Uma alternativa “não mais ao capitalismo, mas no capitalismo”, como uma forma de resistência à lógica “destrutiva” que preside a sociabilidade contemporânea e ao mesmo tempo como possibilidade de construção de uma nova sociedade, a longo prazo, porém no aqui e agora.

Segundo Souza e Baiardi (2006), o conceito de economia solidária amplia a perspectiva de inclusão efetiva da sociedade civil no processo de construção de alternativas de desenvolvimento. Neste mesmo contexto, Mello (2005, p. 151-152) aponta que:

[...] a economia solidária é uma forma da economia que se desenvolve através de empreendimentos autogestionários, uma forma coletiva e participativa em que os próprios trabalhadores são produtores, proporcionando uma distribuição mais justa da renda e estimulando relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente.

Nota-se, portanto, a importância de se trabalhar a economia solidária na comunidade abordada, produzindo mudanças sociais importantes rumo a uma eficácia coletiva e a um sentimento de pertencimento, forças motoras do desenvolvimento comunitário. Capacitar, instruir, formar e facilitar para as novas tecnologias, portanto, abre portas e gera oportunidades onde reinava desesperança.

Resultados e Discussões

As atividades planejadas foram desenvolvidas prioritariamente de forma virtual, devido ao contexto pandêmico e pela possibilidade de alcançar um número maior e diverso de participantes. No entanto, três momentos presenciais foram realizados, considerando todos os protocolos de higiene sanitária e distanciamento social. Em suma, após as experiências dos quintais produtivos terem sido interrompidas em 2019, conforme relatado anteriormente, iniciou-se uma busca ativa sobre as possíveis causas, para que fossem construídas, conjuntamente à comunidade, soluções viáveis.

A primeira etapa dessa intervenção aconteceu no dia 22 de maio de 2021, iniciando às 14h, consistindo em reunir presencialmente os contemplados com o projeto Quintais Produtivos, para uma reanimação ao mesmo tempo em que se buscou, coletivamente, compreender as questões da comunidade, dos indivíduos e da própria incubadora, que fizeram paralisar seu andamento.

A atividade planejada para esse dia foi uma mútua apresentação dos novos integrantes do projeto e da comunidade. Uma primeira dinâmica buscou saber como estavam os ânimos, dada a pandemia e o distanciamento. Uma a uma, as mulheres presentes relataram como estavam as atividades com os quintais produtivos. Nesse encontro, estiveram presentes pesquisadores de área transversal sobre o direito à terra e moradia, dentre os quais, o Prof. Dr. Geovani de Oliveira Tavares, que se inteirou dos atuais conflitos territoriais.

Após o momento de autoapresentação e relatos, foi possível realizar três constatações que apontam para as dificuldades na manutenção dos quintais implantados na fase anterior do projeto. A primeira delas consiste na incapacidade de geração de renda com os quintais, dos quais a maioria apenas serviu para consumo próprio, dando perda ao excedente. Não houve prática de comercialização na comunidade e, o fator primordial dessa lacuna, versa sobre o despreparo para atividade de comercialização no âmbito da economia solidária.

Outro fator constatado que interferiu na negativa dos resultados dos quintais foi a questão conflituosa da propriedade de terras entre moradores e fazendeiros dominantes da localidade. Notou-se uma polarização em que, de um lado, algumas mulheres militam na luta pela terra, abordando o assunto de forma impositiva, enquanto de outro lado, aquelas que, por não se reconhecerem em relação de opressão pelo “ dono da terra”, não estão buscando os seus direitos.

Um terceiro fator foi detectado, como um elemento “embutido” nas falas de algumas moradoras e lideranças da comunidade. Abriu-se um discurso sobre o autorreconhecimento enquanto mulheres que estão sendo oprimidas, fazendo memória e relação com a escravidão que seus antepassados sofreram, incentivando-as a romper com essas relações, para irem em busca da liberdade da terra e dos recursos econômicos que elas produzem.

Ao final desse primeiro acesso à comunidade, verificou-se a necessidade de uma segunda intervenção mais direta e individual, caso a caso, através de uma entrevista semiestruturada que esquadrinhasse melhor as condições e opiniões da própria comunidade sobre suas problemáticas, dessa vez afastadas do fator “falar em público”, muitas vezes intimidante.

Foram elaboradas perguntas inicialmente de caráter socioeconômico, aplicadas a um total de 8 famílias. Arguiu-se idade, sexo, membros familiares, parentescos, renda familiar, fontes de renda principais e secundárias, viabilidade da atividade agrícola e atividades produtivas realizadas pelos componentes familiares. Em seguida, com maior relevância, foram questionados sobre os problemas que afetam a comunidade.

Das respostas, todas as entrevistadas (8 mulheres) afirmaram que poucas participam das ações da comunidade ou, que não há interesse nas questões comunitárias ou que há divisão da comunidade em posições e atividades. Quando solicitados a justificarem suas respostas, 4 entrevistadas citaram a palavra desinteresse ou a expressão acomodação/manipulação com as poucas benfeitorias feitas pelos “donos da terra”.

Quando perguntados sobre o que a comunidade mais precisa para o momento, todos os entrevistados, em síntese, citaram questões de infraestrutura, como iluminação pública, calçamento de estradas, atenção básica de saúde, dentre outros. Enfatize-se, no entanto, que 3 entrevistadas citaram expressões que versam sobre a necessidade de união na comunidade.

Quando perguntados sobre como podem contribuir para o problema que apresentaram, todas as entrevistadas utilizaram termos relacionados a adquirir mais

conhecimento, conhecer mais os seus direitos e aprender como melhorar a sua produtividade. No último questionamento, perguntou-se sobre quais talentos identificam na sua comunidade.

Quatro entrevistadas citaram a habilidade para a horta e cultivo, bem como 5 entrevistadas enfatizaram o artesanato muito presente, mas menosprezado. O objetivo era coletar dados socioeconômicos e aspectos subjetivos das relações estabelecidas com a comunidade. Dentre os aspectos subjetivos coletados, portanto, houve uma confirmação das relações de dominação e opressão que sofrem. Apesar de haver mulheres lutando pelos seus direitos, as demais moradoras não reconhecem a iniciativa também como lutas suas.

Em síntese, constatou-se uma fragilização dos vínculos entre as moradoras, que não se reconhecem pertencentes ao local, pela ausência de uma identidade social forte e coletivamente construída. Outra fragilidade percebida foi a falta de empoderamento e autorreconhecimento das moradoras enquanto sujeito atuante dentro de uma comunidade. A partir dessa análise e dos dados coletados com as perguntas mais objetivas do questionário, intentou-se construir soluções eficazes e praticáveis na comunidade.

Uma intervenção primária consistiu na elaboração, pelas componentes da equipe de graduandas em psicologia, de um projeto que trabalhará as fragilidades dos vínculos, a autonomia, o empoderamento, a identidade social dentre outros. As falas que perpassavam as perguntas objetivas, sendo falas mais livres, mesmo ainda estando relacionadas às questões, permitiram a compreensão de que há um sofrimento pessoal que também é social. A partir dessa compreensão, foram direcionados os esforços, tendo como base as teorias sociais e comunitárias da psicologia, assim como técnicas e teóricos que contribuíram/contribuem para o fazer da psicologia enquanto uma área voltada para o social.

Uma pesquisa que seria realizada de forma puramente objetiva, passou a considerar aspectos subjetivos dos participantes. Foram esses aspectos subjetivos que conduziram a uma segunda solução, que abarca o projeto proposto e agrega a questão econômica e social. Trata-se da capacitação continuada para a economia solidária, facilitada a todos os moradores, especialmente os contemplados com os quintais produtivos.

Justifica-se, pois, o empenho da equipe em sanar o déficit conceitual de uma nova forma de economia na comunidade a partir de capacitação e formação para as tecnologias e inovações no campo, que permitam desenvolver os que porventura

ingressarem nesse processo salutar de incubação, na realização de um terceiro encontro com a comunidade para uma formação integrativa.

Os módulos que começam a ser ofertados no curso serão mediados pelos próprios moradores das comunidades rurais, não somente do Baixio dos Oitis, cujas ações de produção e comercialização são atravessadas por uma teoria e prática em economia solidária. O curso foi dividido em quatro módulos e o primeiro módulo foi realizado com a presença de moradores e estudantes interessados. O início do curso, no dia 14 de agosto de 2021, caracterizou o terceiro momento de intervenção, conforme apontado anteriormente.

No primeiro momento da formação, foi abordado o conceito de economia solidária, mercado, capitalismo e economia em formato crítico. Além disso, foram trabalhados conceitos quanto a organizações de economia solidária e os empreendimentos econômicos solidários, incentivando grupos associativos, fortalecendo os laços afetivos comunitários e enfrentando desafios do contexto virtual e da utilização das redes sociais como ferramenta de inclusão e geração de renda. Duas dinâmicas foram realizadas com êxito, como avaliado pelos presentes, por construírem conhecimento de forma fácil e acessível, não imposta.

Ao final do primeiro encontro, as moradoras entusiasmaram a ideia de realizar, já no próximo módulo, previsto para o último sábado do mês de agosto do corrente ano, uma feira de troca em economia solidária, colocando em prática os conceitos aprendidos e oportunizando a movimentação dos talentos que, outrora, constataram-se sufocados e menosprezados.

O segundo módulo versará sobre estratégias de comercialização em economia solidária: grupos associativos, as feiras, os grupos de compras, associações e cooperativas. O terceiro módulo abordará a formação de preço, custos fixos e variáveis, margem de contribuição e como organizar lista de pedidos. O quarto módulo abordará estratégias de comercialização em economia solidária no contexto virtual com uso das redes sociais, das diferenças entre os tipos de aplicativos e redes sociais, como realizar, se comunicar com o público, fazer registros fotográficos dos produtos e comunicar-se com os clientes.

As perspectivas para a realização dos próximos módulos se baseiam nos depoimentos colhidos dos participantes do primeiro encontro. Unanimemente enaltecida a metodologia utilizada, projeta-se manter a linha de atuação dos organizadores e colaboradores. A proximidade praticada entre comunidade, psicologia, administração pública, gestão social e economia solidária produziu extraordinários e

inesperados resultados positivos, do que se confirma a parceria de todos os envolvidos na continuidade do trabalho.

Considerações finais

Tal relato se conclui, primeiramente, pela satisfeita relação desenvolvida entre as diversas disciplinas que atuaram na construção do trabalho. Se o objetivo principal dessa pesquisa, como apontado, era compreender as condições da realidade atual da comunidade a partir de informações da própria comunidade, essa etapa foi vencida com êxito, após realização de pesquisa *in loco*, tão bem recepcionada pelos moradores, maravilhados até por não receberem com frequência o apoio de organizações e pessoas interessadas.

Se, por conseguinte, objetivou-se reunir dados empíricos para uma análise próxima da realidade, pode-se afirmar que tal intento se alcançou de modo tão surpreendente que todos os envolvidos com a busca ativa realizada relataram, individualmente, sua perplexidade com os fatos constatados, nomeadamente um caso de escravidão velada e abuso de poder econômico e de autoridade que, sem vista dos fiscais da lei, passam “despercebidos” e perenizam o sofrimento daquele povo.

Dado que havia ainda o propósito de considerar, sob a ótica psicológica e social, as variáveis relacionadas à complexidade abordada, considera-se compreendido que existem fatores do comportamento e do relacionamento humanos cuja abordagem mais técnica é crucial para mudança de realidade e de perspectiva de futuro da coletividade e de cada indivíduo em comunidade.

Note-se que, por trás das falas incisivas de algumas mulheres da comunidade, existe uma realidade inafastável de exploração econômica, cultural, social, ambiental e estrutural dessas pessoas em face do poder exercido por uma família específica, mandante das terras, que com intimidação e ameaças, mina o potencial criativo dessas mulheres, que deixam seus talentos de lado para simplesmente subsistir.

Por fim, do alcance de todos os desígnios citados, visava-se a construção de soluções adequadas às demandas levantadas. Ora, algumas configuravam atuação do poder público com aporte de infraestrutura e serviços básicos. Para estas, a pesquisa corrobora com uma construção de conhecimento e levantamento de dados que se tornam úteis e indispensáveis para se pensar políticas públicas alinhadas com a realidade do local.

Aqui está posto o maior desafio a ser enfrentado. A vontade política precisa ser convertida à comunidade, rompendo a cooptação e o monopólio de terceiros na

máquina pública, abrindo caminho para a atuação do direito, livre de amarras oligárquicas, como se não houvera passado o Brasil colônia. Articulações vem sendo feitas com a Defensoria Pública e o Ministério Público. São esperadas vitórias iminentes de usucapião e liberdade territorial para algumas; deseja-se que chegue a todas, quando assumirem suas causas próprias.

Afora, todas as demais questões apuradas puderam ser abarcadas em um duplo projeto de intervenção, de um lado psicossocial e, de outro lado, econômico, cultural, ambiental e sociopolítico. A economia solidária, como anteriormente retratada, é ferramenta multidisciplinar com alcance profundo na comunidade, tocando questões sensíveis, da autoestima à qualidade de vida e capacidade produtiva. Investir, portanto, no indivíduo como empreendedor de si mesmo, motivador da comunidade e promotor do bem comum.

A ITEPS, a partir dos resultados desse trabalho, segue construindo novos projetos no intuito de contribuir mais largamente com a comunidade abordada, desde a retomada dos Quintais Produtivos, com apoio de organizações e profissionais já em negociação, até a inclusão de novos contemplados da localidade, complementando tal processo com a continuidade da formação em economia solidária, fomentando um ecossistema produtivo naquele lugar.

Essa pesquisa servirá de base para trabalhos futuros dessa incubadora, bem como espera-se que seja instrumento a contribuir com outros pesquisadores motivados ao desenvolvimento da comunidade em específico, bem como de outras comunidades rurais espalhadas pelos sertões do Brasil, cuja maioria permanece vítima o olhar distante da sociedade e do poder público.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992.

ALBUQUERQUE, F. J. B. Psicologia Social e Formas de Vida Rural no Brasil. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 18. n.1, p. 37-42. abr. 2002.

AMATUZZI, M. M. Apontamentos acerca da pesquisa fenomenológica. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 13, n. 1, 1996.

FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: um novo modelo de gestão pública? In: ENANPAD, 2002. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2002.

FREIRE, Paulo. Conscientização e Alfabetização: uma nova visão do processo. **Estudos universitários. Revista de cultura da Universidade do Recife**, n. 4, abr./jun. 1963.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 2, jun. 2000. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000200002>>. Acesso em: 19 de ago. 2021.

LANDINI, F. **Hacia una psicología rural latino-americana**. Buenos Aires: CLACSO. 2015.

LISBOA, A. M. A. Emergência das redes de economia popular no Brasil. Economia Solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho. In: DAL RI, Neusa Maria (Org.). **Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho**. São Paulo: Arte & Ciência, 1999. p. 55-89.

MELLO, Sylvia Leser de. Economia Solidária e democracia. In: FÍGARO, Roseli (Org.). **Gestão da comunicação no mundo do trabalho, educação, terceiro setor e cooperativismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

MONTEIRO, R.C. Educación y ruralidades contemporáneas. Aportes psicológicos para el debate. In: F. Landini, F. (Coord). **Hacia una psicología rural latino-americana**. Buenos Aires: CLACSO. 2015. p. 103-106.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, J. C. M.; BAIARDI, A. A. Economia solidária como instrumento do desenvolvimento sustentável: o caso de pintadas. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. SOBER, 44. 2006. Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Cdmais, 2006. 1 CD- ROM.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo. **Estudo, Sociedade e Agricultura**, v. 8, n. 2, p. 87-145, out. 2000.

WIRTH, L. Delineamento e problemas de comunidade. In: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p. 83-95.

“Terra não se ganha, se conquista”: movimentos sociais de luta pela terra no Brasil

Maria Laís dos Santos Leite*

Jáder Ferreira Leite**

Introdução

O presente texto objetiva discutir alguns elementos relativos aos movimentos sociais rurais no Brasil, especialmente a partir da experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Parece-nos oportuno eleger essa temática notadamente no cenário sociopolítico que temos vivenciado no País nos últimos anos com retrocessos na conquista e garantia de direitos e tentativa de criminalização dos movimentos sociais.

Para tanto, apresentamos tais questões a partir da sistematização em duas seções: a primeira dedica-se a discutir brevemente os movimentos sociais rurais no Brasil enquanto uma rede de atores coletivos e a segunda em que tratamos de modo específico as experiências do MST – um dos mais representativos movimentos sociais do Brasil e da América Latina – em torno da construção do discurso agroecológico e da participação das mulheres no âmbito do movimento.

Os movimentos sociais rurais no Brasil

As lutas sociais no Brasil, tanto urbanas como rurais, ocorrem num contexto de grandes transformações socioeconômicas. A década de 1950 marca um intenso processo de industrialização, o qual se estende ao meio rural, a partir dos anos 60. De um lado, a industrialização toma corpo, e o setor desenvolve-se rapidamente; do outro,

* Doutora em Psicologia (2018-2022) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Servidora técnico-administrativa da Universidade Federal do Cariri – UFCA. Integrante do Grupo de Pesquisa Modos de subjetivação, Políticas públicas e Contextos de vulnerabilidade (PPGPSI - UFRN/CNPq). Membro do grupo Impulsor e integrante da Coordenação de Comunicação da *Red Latinoamericana de Psicologia Rural - RedPsiRural*.

E-mail: mlaisleite@gmail.com

** Doutorado em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor associado II, vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com atuação na graduação e pós-graduação (orientações de mestrado e doutorado). Membro da diretoria da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) para o biênio 2021/2022. Integrante da *Red Latinoamericana de Psicologia Rural - RedPsiRural*.

E-mail: jaderfleite@gmail.com

o setor rural, paralelamente a sua modernização, expulsa uma parte considerável da população (Anita BRUMER, 2009).

É no bojo deste processo acima mencionado que se inicia a construção do que atualmente chamamos de movimentos sociais rurais. Compreendemos com base em Sérgio Silva (2000) citado por Jáder Leite (2003) que os movimentos sociais podem ser tidos como atores e atrizes que atuam no campo político e de relações políticas, no entanto fora do sistema político oficial como é o caso das instituições político-partidárias.

Melluci (1999) como citado por Silva (2000) destaca que a forma de agregação e organização social dos movimentos cria uma função de sociabilidade e de participação em que os movimentos sociais são vistos como sistemas de ações, que atuam num campo de possibilidades e delimites, configurando sua forma de mobilização como ponto crítico de observação dentro da sociedade. Desse modo, a maneira como os atores constituem suas ações é definida pela ligação real entre orientações objetivas, oportunidades objetivas e coerções sistêmicas no campo social.

Outra possibilidade de compreensão dos movimentos sociais rurais se dá em função do caráter de atuação sob a forma de redes interorganizacionais e pluritemáticas (Ilse SCHERER-WARREN, 2007). Para a autora, o alcance político e a capacidade mobilizatória de um movimento estruturado em rede relacionam-se com sua competência e criatividade em articular as várias escalas organizacionais – do local ao regional, ao nacional e ao transnacional.

Tendo como foco também a análise dos atores inseridos nos movimentos sociais do campo, Anita Brumer (2009) dá ênfase na análise dos interesses entre os diferentes grupos envolvidos nas lutas sociais. No contexto dos movimentos sociais deste segmento a autora distingue dois interesses que para ela se destacam nessa conjuntura: as lutas pela terra e as mobilizações visando a melhoria dos preços dos produtos agrícolas.

Os atores das lutas pela terra são os sem-terra: parceiros(as), posseiros(as) ou filhos(as) de pequenos(as) proprietários(as) agrícolas, trabalhadores(as) assalariados(as). São apoiados principalmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelas lideranças de alguns sindicatos de trabalhadores(as) rurais nas áreas de conflito, além da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do o Partido dos Trabalhadores (PT). As lutas por preços dos produtos são promovidas por pequenos(as) produtores(as), aliados, algumas vezes, como no caso da soja, a médios e grandes produtores(as); são apoiadas, e geralmente incentivadas, pelas cooperativas e sindicatos de

trabalhadores(as) rurais. É preciso ressaltar que as lutas bem-sucedidas pela terra, de que resultou a conquista da terra pelos trabalhadores(as) envolvidos, colocam uma questão adicional.

Esses(as) trabalhadores(as) deixam de ser sem-terra e, mesmo que continuem vinculados ao MST e apoiados por ele, passam a ter que resolver problemas, tais como sua instalação numa nova área, obtenção de crédito, adoção de determinadas técnicas produtivas e busca de mercados para seus produtos, e a ter interesses pelos preços dos produtos a serem comercializados e dos insumos a serem adquiridos, entre outros. Tornam-se, então, pequenos(as) produtores(as) rurais, com interesses semelhantes aos daqueles, embora tenham questões específicas a serem resolvidas.

Para chamar atenção para suas pautas os movimentos sociais do campo criam atos políticos por meio das ações coletivas, de modo que não é apenas o movimento que se envolve pelo desejo de realização da reforma agrária, mas também a sociedade civil é inserida no contexto, mesmo que de um modo passivo, por exemplo, a partir da mídia quando noticia a situação dessas famílias em processo de resistência e conquista da terra. Assim, tornam-se importantes as ações dos movimentos sociais, como a representação concreta destes atores para a realização da democratização do acesso à terra (Fabiana VICTOR, 2016), Questão evidenciada por Bernardo Fernandes (2010, p. 180):

Além das ocupações de terra, o MST tem organizado marchas, ocupações de prédios públicos, greves de fome, passeatas e manifestações em frente às agências públicas e bancárias. Esses atos intensificam as lutas e aumentam o poder de pressão dos trabalhadores nas negociações com os diferentes órgãos do governo. Para o MST, a mobilização pela terra é uma luta popular heterogênea, construída na práxis.

Aliadas às ocupações, as manifestações da luta pela terra também adquiriram fundamental importância no processo. Fernandes (2010) traz suas contribuições a partir da análise do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O modo de atuação na luta pela terra se baseia, então, nessas principais frentes. A ocupação da terra concretiza a territorialização do movimento quando resulta no assentamento. As manifestações buscam agilizar o processo, seja na desapropriação da terra ocupada, seja no atendimento às demandas dos(as) assentados(as), que necessitam do apoio técnico para sua produção e reprodução.

Ocupar, Resistir, Produzir: A experiência do MST

Com base em Fernandes (2008) descrevemos que o MST tem 35 anos porque o Movimento definiu o seu primeiro encontro realizado em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, estado do Paraná, como a data de sua fundação. Todavia, ao considerarmos o seu período de gestação (a “pré-história” do MST) a partir das primeiras lutas e das primeiras reuniões que aconteceram nos anos 1978 a 1983, o MST completou 44 anos em 2022.

Desde meados da década de 1990 (especialmente por causa da fundação da Via Campesina), a expressão “camponês” aparece cada vez mais nas falas e nos documentos do MST. Se a expressão camponês era estranha na época de sua fundação, hoje é comum em acampamentos e assentamentos, em reuniões e outros espaços e territórios onde o Movimento se manifesta (FERNANDES, 2008).

Esta definição fortaleceu a identidade do MST como movimento camponês. E esse fortalecimento acentuou a questão territorial da luta. Um movimento camponês não existe sem os territórios do campesinato. Por essa razão, um movimento camponês também é um movimento socioterritorial (FERNANDES, 2005). É da terra e de todos os bens produzidos desde a terra que o campesinato promove a sua existência.

Evidente que o território é condição essencial para todos os tipos de organização. Por essa razão, o MST vai disputar territórios com seu principal oponente: o agronegócio. Essa disputa é uma das principais marcas da questão agrária desde o passado até a atualidade e foi ampliada e intensificada pela modernização e mundialização da produção agrícola. Contraditoriamente, esta nova realidade liberta a reforma agrária da simples compreensão distribucionista e amplia seu conteúdo para uma luta ampla, multidimensional e complexa. Lutar pela reforma agrária significa lutar por todas as dimensões do território entre elas a tecnologia, o mercado, a educação, saúde e, principalmente, contra o capital que procura tomar o controle dos territórios do campesinato.

De acordo com Fernandes (2008) a compreensão de reforma agrária como território o MST traz desde sua fundação. Por essa razão, o MST é um movimento camponês moderno (Ariovaldo OLIVEIRA, 2005). Uma das características dos modernos movimentos camponeses é o rompimento com as relações de dependências com partidos, governos e outras instituições, como já foi muito bem argumentado pelos sociólogos que estudaram os “novos movimentos sociais”.

O MST desde sua fundação manteve autonomia nas relações com as instituições que contribuíram para a sua formação, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a

Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), para citar somente as três mais expressivas. Todavia, é fundamental lembrar que o MST também contribuiu com a formação dessas instituições. Essa relação de contrapartida nas formações dessas instituições pode ser melhor compreendida na construção de políticas para a transformação das realidades do país, cujos avanços são limitados pela correlação desproporcional de forças (FERNANDES, 2008).

Andrade (2002) salienta que o Movimento tem uma visão de totalidade da vida e da sociedade, não dividindo o social, o político e o econômico em compartimentos estanques, mas encarando-os como uma totalidade, de forma integrada. Esta visão do mundo e da vida faz com que haja maior fraternidade entre os(as) companheiros(as), dentro de cada grupo, e em escala maior, entre os vários grupos.

O MST, em seus assentamentos, dá prioridade à cultura de produtos destinados para autoconsumo e, em seguida, ao mercado interno, embora também desenvolva a cultura de produtos de exportação e estabeleça indústrias de beneficiamento de produtos agrícolas. Assim, até certo ponto, ele pode competir com empresas agroindustriais na atividade produtiva.

Na comercialização, o MST dá prioridade absoluta ao sistema cooperativista, onde cada produtor(a) é um(a) cooperado(a) e, conseqüentemente, tem igual participação na mesma. Para isto, organiza um sistema de acesso ao crédito, demandando, inclusive, o crédito junto aos bancos oficiais, crédito que é fornecido com severas restrições (ANDRADE, 2002).

O MST destaca-se no cenário nacional desde o início dos anos oitenta, sendo considerado um dos atores centrais no que tange à questão agrária e ao tema da reforma agrária no país (J. LEITE, 2003).

De acordo com as informações veiculadas no portal institucional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (2019), o movimento social está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos(as) trabalhadores(as) rurais e que permanecem organizadas no MST, pois o movimento compreende que a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária. A consolidação do MST, enquanto movimento social do campesinato, pode ser constatada ainda pelos indicadores institucionais: são 100 cooperativas, 96 agroindústrias e 1,9 mil associações integradas ao movimento social.

O movimento integra diversos elementos em sua identidade, como ressalta Fabiano Coelho (2014, p. 14, grifos nossos):

[...] há muitos elementos vinculados às práticas da Comissão Pastoral da Terra na mística que inaugura o Movimento, tais como **a cruz, a bíblia, a terra prometida bem como a presença do povo, a caminhada, a união na ação coletiva**. Estes foram ressignificados e novas simbologias incorporadas à mística do MST, como **a bandeira e o hino, expressões de sua identidade**. As celebrações são realizadas utilizando-se de representações tanto da luta pela terra quanto do combate ao sistema capitalista e o agronegócio, através de formas teatrais, de músicas, poesias e diversos elementos simbólicos.

A autonomia, a identidade própria, o seu jeito de pensar a luta e a permanência na terra, a formação dos seus militantes e participantes, o entendimento da política, as estratégias de ocupação, comunicação e convencimento da opinião pública e a reforma agrária estão adensados nas práticas da mística, conforme a concepção do MST. Não é sem razão que essa dimensão das práticas culturais, em seu interior, se tornou uma via de acesso à análise e compreensão das suas transformações, das novas opções do Movimento.

Leonilde Medeiros (2000) ressalta que a constituição e expansão do MST representaram, em relação às experiências anteriores, não só inovações nas formas de luta, como também no plano organizativo e que uma das características mais marcantes do movimento é “[...] a concepção de que a demanda por terra não se esgota na obtenção de um lote, mas implica na necessidade de organizar a produção, de obter créditos para isso, de formar líderes” (p. 4). A autora sublinha ainda a forte ênfase na organização dos assentamentos, tanto no plano local, quanto no plano regional, estadual, nacional, de forma a fazer da luta por terra uma bandeira ampla, capaz de recobrir diferentes setores sociais.

Roseli Salete Caldart (2001) e Andrade (2002) evidenciam ainda que o MST tem ainda uma grande preocupação com o ensino e a difusão do conhecimento, procurando fundar escolas e dar acesso as mesmas a crianças dos assentamentos e aos analfabetos; procura preparar os(as) professores(as), a fim de que ministrem um ensino que não seja alienado. Esta orientação visa a formar cidadãos e cidadãs que tenham capacidade de assumir a identidade nacional e de melhor compreender a realidade nacional, regional e local.

Consciente da grande diversidade regional do Brasil, quer no plano educacional, quer no âmbito de hábitos e aspirações, assim como da formação da sociedade, o MST procura adaptar sua ação a cada área do País; esta ação quase sempre é combatida pelos(as) latifundiários(as) das áreas onde eles(as) tentam iniciar as suas atividades, o

que tem provocado conflitos armados em que vários dos seus líderes, como dos(as) líderes camponeses(as) em geral, têm sido assassinados(as) (ANDRADE, 2002).

A construção do discurso agroecológico no MST

Dentre as transformações percebidas na questão agrária e dos movimentos sociais camponeses no último século está a intensificação do mote agroecológico e sustentabilidade ambiental enquanto elementos centrais para a construção de um modelo produtivo que tenha como eixo central a agroecologia, com base na agricultura familiar e camponesa.

Após os anos 2000 percebemos a inclusão de “[...] pautas ambientais no repertório de lutas (preservação ambiental, agroecologia, defesa da biodiversidade, conhecimento tradicional e culturas locais) dos movimentos sociais” (Edna MIRANDA; Ana Louise FIÚZA, 2017, p. 131).

Para Ricardo Borsatto e Maristela do Carmo (2013), os movimentos sociais rurais, principalmente o MST, têm se apropriado da agroecologia como bandeira na luta pela reforma agrária, cuja atuação perpassa a dimensão produtiva e gera novos questionamentos políticos diante das transformações do espaço rural.

Em seu início, o MST preconizava um modelo de assentamento rural inspirado nas ideias de Lênin e Kautsky, isto é, altamente produtivos, especializados, integrados verticalmente e coletivizados. A partir de meado Borsatto e Maristela do Carmo (2013) da década de 1990 passa a difundir uma proposta mais preocupada com outras dimensões além da produtiva, em que as dimensões sociais, político-organizativas e ambientais ganham relevância, e na qual o(a) camponês/camponesa e seus conhecimentos são a engrenagem mestra de um processo de desenvolvimento.

Ressaltamos que além dos fatores supracitados, paralelamente a eles já era significativo no Brasil o número de pessoas que militavam pela transformação do modelo de produção agrícola vigente, denunciando suas externalidades negativas e apontando novos caminhos de base mais ecológica. Militantes do MST que se identificavam com essa visão começaram a encontrar espaços dentro do Movimento para expressar seus pontos de vista.

Desde então, o MST passou a introspectar novos referenciais, ampliando o seu discurso sobre a questão agrária e sua pauta de reivindicações o que contribuiu na abertura de espaços políticos para a emergência de um novo discurso, no qual o saber camponês e a questão ambiental ganharam relevo, emergindo como consequência um discurso em bases agroecológicas. Esse novo discurso transformou-se em diretrizes

adotadas pelo Movimento, que agora pauta suas ações tanto pela perspectiva política contra-hegemônica quanto por oferecer respostas práticas para que os(as) agricultores(as) possam garantir sua reprodução social.

As mulheres e o trabalho feminino no MST

Em um país machista como o Brasil, o MST valorizou o trabalho feminino, utilizando a ação das mulheres, fazendo com que as companheiras e filhos(as) dos(as) camponeses(as) participem ativamente da ocupação de terras. A integração da família na ação é da maior importância, uma vez que no meio rural a mulher e as crianças acompanham o homem nos trabalhos diários e muitas vezes a mulher exerce também o papel de chefe da família. Esta participação assegura uma formação política e profissional aos(às) jovens.

Os novos movimentos sociais passam a conviver com outros tipos de movimentos sociais, que têm um interesse menos utilitário e de maior reivindicação pelo direito de ser diferente, no entanto, eles não se isentam de posições tradicionais de desigualdades de gênero (TOURAINÉ, 2006).

Neste sentido, a participação das mulheres nos movimentos sociais é, também, um espaço de luta, de contestação dos dispositivos de poder que organizam saberes dominantes, mas não deixa de ser uma possibilidade de escapar do controle familiar e de vivenciar outros códigos.

Segundo Deere (2004) conforme Miranda e Fiúza (2017), a falta de interesse dos movimentos sociais, principalmente no período de 1989 a 1993, em permitir o acesso formal da mulher à terra, se deve, em grande parte, à própria visão que os mesmos fazem da luta das mulheres, pois entendem que a sua participação pode provocar uma divisão do movimento e abalar os interesses coletivos. Por isso, as reivindicações das mulheres seriam tratadas a partir de uma questão de classe e não de gênero.

Na pesquisa intitulada *Ação política, transformação social e reconstrução de identidades: um olhar a partir do feminismo para a militância das mulheres rurais nos movimentos sociais*, a questão do reconhecimento da mulher “militante” surge como mecanismo central na dinâmica mobilizatória articulada pelas mulheres nos movimentos, pois implica em um complexo conjunto de relações e de jogos de poder. Se, por um lado, sob a alcunha de “doméstica”, a condição essencialmente marginalizada se restringe ao espaço doméstico e é vivenciada por ela, por outro lado, a identidade de “militante” implica em um universo de relações que encontra ressonância em todas as esferas da vida cotidiana.

Considerações finais

Ao longo de quase quatro décadas, o MST tem marcado fortemente sua posição política no tema da reforma agrária no Brasil, se constituindo como um dos mais importantes movimentos sociais da atualidade e com amplo reconhecimento internacional.

Além de sua capacidade de atuação em rede, mobilizando outros movimentos sociais do campo e das cidades, inclusive na América Latina, tem conseguido ampliar seu projeto de Reforma agrária popular em defesa de uma sociedade mais igualitária, de combate a modelos de desenvolvimento rural danosos ao meio ambiente, pautados no agronegócio e na concentração fundiária.

Seu investimento nos temas da agroecologia tem sido primordial para apresentar à sociedade uma alternativa ao modelo de agricultura industrial, fomentando um debate em que se coloque no centro a luta pela segurança e soberania alimentar, pela valorização da agricultura de base familiar e em equilíbrio socioambiental.

Igualmente sua preocupação com o tema da construção da igualdade de gênero nas instâncias de participação do movimento e no cotidiano dos acampamentos e assentamentos tem permitido avanços no protagonismo de lideranças femininas em espaços decisórios do movimento, desenhando possibilidades de superação do machismo e da dominância patriarcal presente em nossa sociedade.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. O movimento dos sem-terra e sua significação. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, v. 1, n. 2, p. 13-26, 2002.

BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões do. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 4, p. 645-660, 2013. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032013000400002>>. Acesso em: 12 fev. 2022.

BRUMER, Anita. Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no extremo sul do Brasil (1978-1988). In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez Paulilo (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 33-52.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos terrenos: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 207-224, 2001. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300016>>. Acesso em: 14 mar. 2022.

COELHO, Fabiano. **A alma do MST?** a prática da mística e a luta pela terra. Dourados: Ed. UFGD, 2014. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/fch-ufgd/20170918060101/pdf_91.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 161-197.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, v. 8, n. 6, p. 59-74, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Revista OSAL**, ano 9, p. 73-85, 2008.

LEITE, Jáder Ferreira. **Produção de subjetividade em trabalhadores rurais na condição de luta pela terra no Rio Grande do Norte**. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003. Disponível em:

<<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/17448>>. Acesso em: 14 maio 2021.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Conflitos sociais no meio rural no Brasil contemporâneo**. 2000. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigo-e-ensaio/conflitos-sociais-no-meio-rural-no-brasil-contempor%C3%A2neo>>. Acesso em: 21 jun. 2020.

MIRANDA, Edna Lopes; FIÚZA, Ana Louise Carvalho. Movimentos Sociais Rurais no Brasil: o estado da arte. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, n. 1, p. 123-136, 2017. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550107>>. Acesso em: 1 out. 2021.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Quem somos**. 2019. Disponível em: <<https://mst.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 8 jan. 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. "Quem sabe faz a hora, não espera acontecer" O MST como movimento socioterritorial moderno. **Revista USP**, [S. l.], n. 64, p. 156-173, 2005. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13398>>. Acesso em: 21 mar. 2022.

SCHERER-WARREN, Ilse. A política dos movimentos sociais para o mundo rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 15, n. 1, 5-22, 2007.

SILVA, Sérgio. A Política e os Movimentos Sociais: o contexto dos discursos, da representação social e do conflito. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 16, n. 1, p. 147-172, 2000.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje**. Petrópolis: Vozes, 2006.

VICTOR, Fabiana Borges. Contestar para conquistar: conflitos no campo e as manifestações de luta pela terra em Minas Gerais. In: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; SANTOS, Laiany Rose Souza (Org.). **Questão Agrária e Conflitos Territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 155-176.



Figura 7 - Fotografia “Fé”, retirada no Horto de Padre Cícero, Juazeiro do Norte-CE por Rafael Demarco, registro em 19 de janeiro de 2013.

“... A desapropriação desta terra foi graças às mulheres”: conquista do território e formação do Assentamento Maceió, em Itapipoca – CE

Viviane Prado Bezerra*

Introdução

O Assentamento Maceió está situado na região litorânea do município de Itapipoca, sendo composto por doze comunidades distribuídas ao longo de uma área de 5.656,8304 hectares. Com a criação e estruturação do Assentamento foram assentadas 338 famílias que sobreviviam da agricultura, da pesca, da criação de animais e da extração dos recursos naturais como a grande quantidade de cocos disponíveis na região¹. Em 1985, a partir da intervenção do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, as terras foram desapropriadas após intenso conflito entre os moradores das comunidades e os proprietários.

Embora, a desapropriação tenha ocorrido em 1985 e a memória de grande parte dos moradores registrem esse ano como o marco de formação do Assentamento, nos registros oficiais publicados no site do INCRA, a data de criação do Assentamento se remete ao ano de 1987, considerando-se que a imissão de posse das terras somente foi assegurada aos moradores em 04 de setembro de 1987. Em entrevista, Antônio Alves do Nascimento, mais conhecido por Antônio Biica, antigo morador do Assentamento, com 62 anos de idade e oriundo da comunidade de Humaitá explica o motivo desse desencontro de datas, o que elucida muito bem o percurso da luta pela terra, entre o real e o oficial. Para tanto, a desconfiança e o receio de perda do território conquistado permearam o motivo desse intervalo, como conta seu Biica:

A luta começou no oitenta e dois e fomos até no oitenta e cinco. No oitenta e cinco veio o comunicado que o INCRA tinha adquirido essas faixas de terras...

* Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Assistente do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas de História Oral do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), atuando nos campos de pesquisa de História Social, com ênfase em Movimentos Sociais, Camponeses, História das Mulheres, História Oral e História da Educação.

E-mail: vivianclio@yahoo.com.br

¹ Cf.: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma_agraria/projetos_criados-geral.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2019.

então, ele tinha adquirido e, então aí, o INCRA diz: “Vocês têm que fazer um cadastro”. Isso no oitenta e cinco. E nós resistimos sem aceitar esse cadastro... Só viemos aceitar esse cadastro no dia quatro do nove de mil novecentos e oitenta e sete. Passamos dois anos sem querer aceitar o cadastro porque nós entendia, até naquele momento, que esse cadastro poderia é... levar a ser uma maneira ainda de tirar a gente da terra. Mas, tinha dois técnicos do IDACE, no caso, o doutor Humberto e, no caso, Wilson Brandão, que tentou conversar com a gente e esclarecer que pra nós, realmente, garantir que aquela terra futuramente fosse nossa, nós tinha que fazer um cadastro pra obter alguns benefícios, alguns recursos. E aí nós fizemos esse cadastro. Aí, o Assentamento veio valer a partir de oitenta e sete... Ele foi feito a imissão de posse no dia quatro do nove de mil novecentos e oitenta e sete (Entrevista realizada com Antônio Alves do Nascimento, conhecido por Antônio Biica, em Itapipoca, no dia 12 de novembro de 2019. Arquivo da autora).

Tal Assentamento foi o primeiro de Itapipoca, sendo um dos pioneiros no estado do Ceará. Inicialmente, foi composto por dez comunidades, sendo elas: Apiques, Bom Jesus, Mateus, Córrego da Estrada, Barra do Córrego, Sítio Coqueiro, Jacaré, Humaitá, Córrego Novo e Maceió. Posteriormente, as fazendas Bode e Lagoa Grande, que também passavam por conflitos de terras, foram consideradas improdutivas pelo INCRA, passaram por processo de desapropriação e foram incorporadas ao Assentamento, no ano de 1988, completando, assim, as doze comunidades de sua configuração atual.

Segundo uma Portaria de Incorporação de Área INCRA, a fazenda Bode, também conhecida como Tapera ou Três Irmãos, com área de 1.554, 6952 ha, localizada no município de Itapipoca, recebeu sua imissão de posse em 17/06/1988. Essa mesma Portaria incorpora a fazenda Córrego Novo, também, conhecida por Sítio São José, com área de 187,8816 ha, localizada no município de Itapipoca, que recebeu sua imissão de posse em 08/ 04/ 1988². Segundo Antônio Biica, a faixa de terra referente ao Sítio São José foi comprada pelo INCRA do proprietário Antônio dos Santos Teixeira, sem passar por processo de luta, pelo fato de estar localizada dentro do território do Assentamento e ser considerada área improdutiva. Nas palavras do entrevistado: “O Bode foi desapropriado. Mas, foi uma luta. Agora, a faixa do Antônio dos Santos Teixeira, ela só foi desapropriada porque ela tava improdutiva. Então, não tinha, assim, uma luta pra defender ela” (Entrevista realizada com Antônio Alves do Nascimento, conhecido por Antônio Biica, em Itapipoca, no dia 12 de novembro de 2019. Entrevista citada).

² A referida Portaria encontra-se anexada ao processo INCRA/SR (02)/N. 1457/87, referente ao “Laudo de Vistoria e Avaliação do Imóvel Tapera ou Três Irmãos”. A Portaria é datada de 1998, no entanto, não traz a informação do dia e do mês de sua publicação. Arquivo Superintendência Regional do INCRA/SR 02. Fortaleza – CE.

Narrativa fundadora que justifica a posse de terra pelos camponeses e camponesas de Maceió

A história que fundamenta a posse de toda essa extensão de terra aos camponeses remonta aos tempos de seus avós e bisavós que já eram moradores do lugar. A narrativa fundadora que predomina na memória social³ desse grupo defende que metade dessas terras pertencia à senhora Maria Bonfim e a outra metade, ao senhor Pedro de Sousa. Contam que com o passar dos tempos, tanto o esposo de Maria Bonfim como a esposa de Pedro de Sousa faleceram, o que propiciou o casamento entre os dois viúvos. Ambos juntaram suas terras tornando-se os únicos donos, legitimados pela existência de um documento de posse da terra que, após a morte de Pedro de Sousa, ficou sob o poder de Maria Bonfim. No entanto, essa narrativa fundadora veio sendo reproduzida e reelaborada pelos moradores ao longo dos tempos⁴.

Cada narrador apresenta um modo peculiar de contar essa história, imprimindo sentidos e interpretações de acordo com sua subjetividade e criatividade, contudo, embora haja alguma variante nos modos de contar, os elementos principais do enredo permanecem e legitimam a posse da terra aos camponeses, sendo aqui considerados como elementos principais as personagens Maria Bonfim e Pedro de Sousa como verdadeiros donos da terra. A variação narrativa se evidencia com relação ao

³ Com relação ao conceito de memória social, partilha-se da mesma concepção de Alessandro Portelli, apresentada na citação a seguir: “[...] Se considerarmos a memória um processo, e não um depósito de dados poderemos constatar que à semelhança da linguagem, a memória é social, tornando-se concreta apenas quando mentalizada ou verbalizada pelas pessoas. A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso as recordações podem ser semelhantes ou contraditórias ou sobrepostas. Porém em hipótese alguma, as semelhanças de duas pessoas são – assim como impressões digitais, ou, a bem na verdade, como as vozes exatamente iguais” (POTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. Projeto História*. São Paulo, v. 15, abr. 1997. p. 16).

⁴ De acordo com o texto “Costume, lei e direito comum”, do historiador E. P. Thompson pode-se inferir que a relação dos camponeses com as terras comunais, remonta, ainda, à Europa Moderna, onde se observava uma relação marcada pelo costume e alicerçada na tradição oral. Guardadas as devidas distâncias de tempo e de espaço, assemelha-se ao que se observa na argumentação dos camponeses do Assentamento Maceió. Dessa forma, “[...] A terra a que o costume estava vinculado poderia ser uma herdade, uma paróquia, o trecho de um rio, bancos de ostras num estuário, um parque, pastos nas encostas de montanhas, ou uma unidade administrativa maior como uma floresta. Em casos extremos, o costume era nitidamente definido, tinha força de lei, e (como nos cercamentos) era uma propriedade: é o tema do registro dos tribunais, dos tribunais senhoriais, das compilações dos costumes, dos levantamentos e dos regulamentos da vila. Em condições comuns, o costume era menos exato: dependia da renovação contínua das tradições orais como na inspeção anual ou regular para determinar os limites da paróquia” (THOMSON, E. P. *Costumes em Comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 86-87).

marinheiro português que se apodera do documento de Maria Bonfim, pois em outra versão dessa narrativa fundadora aparecem dois marinheiros em vez de um, cujos nomes seriam Zé Maria e Major Carneiro. Nesse sentido, apresenta-se a versão contada por Maria Nazaré de Sousa, conhecida como Nazaré Flor, bisneta de Maria Bonfim e moradora da comunidade Apiques:

No início, no tempo de nossos antepassados, de nossos bisavôs e tataravôs que nasceram aqui, a história que os mais velhos contam é que esta terra pertencia a Maria Bonfim, nossa bisavó.

E os mais velhos diziam que Maria Bonfim tinha todos os registros destas terras, inclusive parte de Maceió e tinha o velho Pedro de Sousa que também era dono de parte desta terra. Então, morreu a mulher dele, do Pedro, e morreu o marido da Maria Bonfim. Aí os dois viúvos se casaram. E chegaram a fazer um papel só da terra. Uma terra muito grande que vinha lá do lado da Baleia até aqui extremado com Caetanos. Aí Pedro morreu e as terras pertenciam a Maria Bonfim, viúva pela segunda vez. Tudo isso por aí de 1864-69.

Nesta época, os invasores, portugueses e franceses, apareceram tomando as terras. Aí apareceu um cara, um europeu, um tal de Marinheiro, (nome de Zé Maria ou Major Careiro), e esse cara dizia que comprou um pedaço de terra do lado dos Pracianos, a Tapera, um outro terreno que extrema com esta nossa. Aí, os mais velhos contam que este Marinheiro veio na casa da minha bisavó e disse: “Dona Maria, eu vim aqui porque eu comprei um pedaço de terra e quero saber se esta terra confina com a sua”. Claro, já era cobiçada nossa terra pelas praias – a beleza das praias. Aí, o povo à toa, né!

O cara disse: “A senhora me dê seu papel... pra eu vê se a minha terra confina com a sua”. (Era um truque que ele inventou pra enrolar minha bisavó). E ela entregou o papel! E ele levou o papel e não entregou mais. Adeus! Nunca mais! Dizem que dona Maria Bonfim morreu por conta disto, preocupada e com desgosto. [...] Aí, os homens, a família do Marinheiro, foram se apoderando, foram criando força. E o povo foi criando medo e estes grileiros agiram pra assombrar na base do “mata-mesmo”. E cativaram o povo pra trabalhar pra eles. Aí, este velho Marinheiro foi criando família por aqui. Dizem que ele se juntou com uma mulher que era bisavó dos Pracianos e dos Soares que eram os patrões daqui que mandavam depois desta tomada. Esta família Soares passou a ter domínio das terras dizendo que eram os herdeiros. Não tinha nada a ver! Os herdeiros era nós! (MACCABE, 2015, p. 17-18)⁵.

⁵ MACCABE, Maria Alice (Org.) “**A nossa luta foi uma luta sagrada**”. O povo do Assentamento Maceió conta a história de sua luta pela terra. Fortaleza: Instituto Terramar, 2015. p. 17-18.

Trata-se de um livro composto por trechos de 62 entrevistas realizadas por Maria Alice e outras religiosas da Congregação das Irmãs de Notre Dame em que tratam a história de luta pela terra contada pelos próprios moradores do Assentamento. A maioria das entrevistas foi realizada pela própria Maria Alice durante o ano de 2014. É importante que se diga que a religiosa acompanhou e apoiou visceralmente todo o processo de luta e conquista dessas terras e que, embora, o livro seja composto por entrevistas realizadas por ela, bem como, tenha passado pelo seu crivo na seleção dos entrevistados(as) e temas abordados, constitui um rico material de pesquisa sobre a história do Assentamento Maceió, com entrevistas autênticas e inéditas, inclusive de personagens já falecidos, o que se utiliza como importante fonte para esse capítulo.

Nazaré situa sua narrativa no período de 1864-69 e insere os elementos de uma história local no bojo dos acontecimentos históricos que marcaram a História do Brasil, pois associa que com a chegada dos europeus, as terras do litoral brasileiro passaram a ser cobiçadas por sua beleza e riquezas naturais, portanto, passando por processo semelhante, as terras do litoral de Itapipoca também foram cobiçadas e roubadas de Maria Bomfim por um ardiloso marinheiro português que alegava ter comprado as terras vizinhas, passando a habitar aquele litoral.

Tal narrativa agregava um somatório dos conhecimentos de Nazaré Flor adquiridos quando de sua formação político-cultural nos diversos movimentos sociais em que atuava, a partir dos anos 1970, como o Movimento do Dia do Senhor, uma Comunidade Eclesial de Base da região Norte e Noroeste do Ceará, passando pela sua militância no Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Associações Comunitárias, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, até seu ingresso no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, já nos anos dois mil, período em que a luta pela terra do Assentamento Maceió ganha novas configurações⁶. Portanto, com Nazaré, a narrativa fundadora vai perdendo seu caráter pitoresco, lendário, ao passo que ganha uma explicação baseada em elementos situados historicamente no tempo e no espaço, associando-se a uma clara compreensão do *modus operandi* com que se desenvolveu o processo de concentração de terras no Brasil. Os termos “invasores”, “grileiros”, “povo cativo” utilizados por Nazaré reforçam seu discurso nessa linha de consciência.

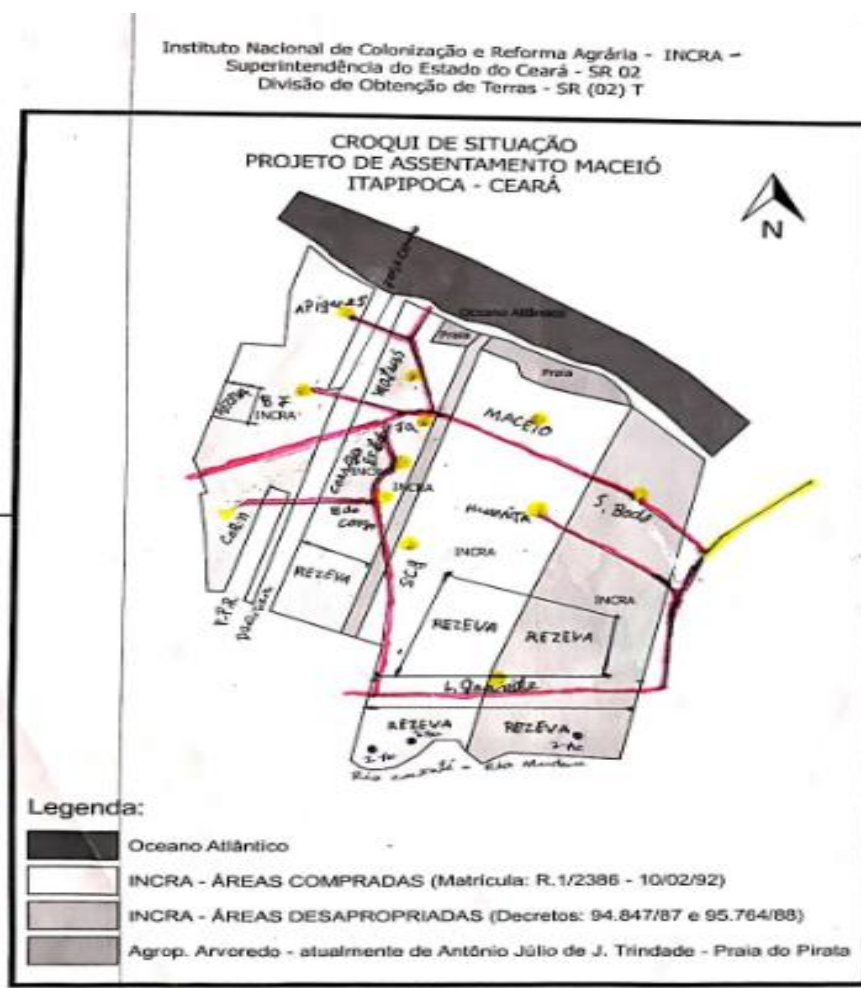
Na própria narrativa de Nazaré Flor, implicitamente, emerge uma outra versão dessa história: àquela contada pelos patrões. Percebe-se, portanto, uma tensão entre a narrativa dos camponeses e a do patronato. Esses patrões, oriundos das famílias Praciano e Soares, diziam que o tal marinheiro tinha casado com sua bisavó, deixando para os herdeiros o direito sobre as terras. Nota-se que o elemento da ancestralidade está presente nos dois lados da história, tanto para legitimar a posse das terras para camponeses, quanto para legitimar a posse das terras para àquelas famílias que se tornaram as mais poderosas da região. Em ambas as narrativas a ancestralidade é invocada para legitimar os verdadeiros donos das terras no decorrer do tempo.

⁶ A inserção do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST no Assentamento Maceió data do início dos anos dois mil, tornando-se de fundamental importância para o reforço da luta dos camponeses mesmo depois de assentados, pois nesse período tiveram que enfrentar uma nova luta pela terra contra um português que havia comprado uma faixa de terra que não havia sido desapropriada pelo INCRA.

“... A desapropriação desta terra foi graças às mulheres”: conquista do território e formação do Assentamento Maceió, em Itaipoca – CE

DOI: 10.23899/9786589284338.5

A posse da terra para esses camponeses, portanto, passou a se basear no costume e no usufruto desse território pelos seus antepassados, o que foi sendo reproduzido de geração em geração, bem como, no fundamento memorialístico do documento que fora roubado. Nesse sentido, recorre-se a E. P. Thompson, ainda em seu texto “Costume, lei e direito comum” onde afirma que: “[...] Na interface da lei com a prática agrária, encontramos o costume. O próprio costume é a interface, pois podemos considerá-lo como práxis e igualmente como lei. A sua fonte é a práxis. [...]” (THOMPSON, 1998, p. 86).



Fonte: Arquivo pessoal de Antônio Alves do Nascimento, Morador do Assentamento Maceió. A divisão do território, constando os nomes das comunidades foi feita manualmente pelo próprio morador.

Por óbvio, na concepção dos moradores, o fato de terem sido roubados não anulava o direito de serem de fato donos das terras, tanto é que na narrativa de Nazaré Flor, a mesma não reconhece a família que se dizia herdeira do marinheiro como legítima, conforme salientou: “Esta família Soares passou a ter domínio das terras

dizendo que eram os herdeiros. Não tinha nada a ver! Os herdeiros era nós!” (MACCABE, 2015, p. 17-18).

Desse modo, os camponeses moradores dessas doze comunidades viviam numa condição de miséria e exploração que perpassava toda sua existência, pois muitos deles nasceram, cresceram e criaram seus filhos no sistema de opressão sustentado pelas famílias que se diziam proprietárias das terras. Na narrativa citada aparecem os Pracianos e os Soares, principais mandatários daquela região, que detinham o poder econômico e político, portanto, dominavam e exploravam a mão de obra, bem como, o voto dos camponeses, sob pena de expulsão das terras. Esses fatos se evidenciam nos relatos de alguns moradores, como o de Pedro Conceição de Sousa, Pedroca, que conta:

Eu vivi a escravidão aqui. Eles, os patrões, os Soares, eles chamavam a gente pra rapar a estrada de enxada, para a estrada ficar dura, pra eles poder passar no jipe pra cobrar a renda de nós. Rapamos a estrada de Jacaré até Bode... De enxada! Um de um lado e outro de outro. Pagaram? Foi lá pago... e tinha que ir ou sair da terra! Trabalho forçado! Era uma escravidão grande. De muita gente! (MACCABE, 2015, p. 31).

Por esse caminho, situa-se o relato de Raimunda Rocha do Nascimento, conhecida por Doca Bastiana, que enfatiza a pressão política que sofriam para votar nos candidatos dos patrões:

Também, aqui em Humaitá, o compadre Antônio, e o compadre Raimundo França não votaram no candidato dos Pracianos. Aí, mandaram eles embora, derrubaram as casas dizendo que podia levar a telha, mas a madeira deixa! Aí, foram embora para Campo Grande. Sim, este pessoal dos Pracianos e Soares eram perigosos. Pois é, houve muito sofrimento aqui, mas graças a Deus estamos aqui cotando a história (MACCABE, 2015, p. 38).

A opressão dos patrões atingia inclusive os meios de sobrevivência das famílias camponesas, pois controlavam também todos os produtos naturais que estivessem disponíveis em suas terras. Os trabalhadores eram proibidos de plantar e de colher os frutos dos coqueiros, cajueiros e demais recursos naturais, conforme se observa na narrativa de Minervino:

Pedi uma morada a Ubirajara (Praciano) e ele disse que dava morada mas eu não podia plantar nem cajueiro nem coqueiro. Quando foi um certo dia, chegou um compadre meu com um coco nascido e ele me deu e eu plantei o coco. Quando

foi depois de uns três anos este coqueiro começou a dar coco. Aí, quando foi um dia, Ubirajara chegou na minha casa e viu o coqueiro e diz: “Rapaz, eu te dei morada mas não era pra plantar coqueiro. Este coqueiro você vai me vender!” Aí eu disse: “Rapaz, como é que morando aqui eu não posso plantar um coqueiro na minha porta pra temperar a panela ou para meus filhos poder beber uma água de coco?” (...) Aí, ele foi embora e não veio mais! Ele me respeitou! (MACCABE, 2015, p. 27).

No entanto, mesmo com toda opressão e exploração dos patrões, os camponeses ainda se mantinham em seus pequenos pedaços de terra, convivendo cotidianamente com as injustiças dos Pracianos e Soares.

A luta camponesa contra a posse da terra pela firma Ducoco

O ponto alto do conflito pela posse desse território se deu com a concreta ameaça de expulsão dos moradores de suas comunidades, quando as terras foram vendidas para a Ducoco, uma empresa produtora de derivados do coco. Segundo os próprios moradores, o dono dessas terras passou a ser Tasso Jereissati que, na época, era um jovem empresário, sendo um dos primeiros a investir no agronegócio do coco no Ceará⁷. Esse fato é narrado por Nazaré Flor:

Em 1980, estes patrões se juntaram e combinaram a venda da terra todinha para um cara que se chama Carrá. E Este Carrá passou a terra para o grupo de Tasso Jereissati, que queria todas essas terras para plantação de coqueiros. Aí, a firma chegou e logo proibiu a broca. Mas a gente se reuniu e resolveu: “se nós ficamos parados, eles não vão nos dar de comer e nós vamos morrer de fome. Então, vamos trabalhar juntos.” Aí, se organizou muita gente. Nossa estratégia foi muita gente trabalhar juntas.

Aí, vieram perguntar: “de quem é esta broca?” Respondemos: “é nossa!”. Era muita gente sempre trabalhando juntas e sempre respondendo: “é nossa!” (MACCABE, 2015, p. 91).

⁷Tasso se tornou um eminente político, sendo governador do estado do Ceará por três mandatos, de 1987 a 1990, de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002. Popularmente conhecido como “o galeguinho dos olhos azuis”, sua gestão trazia como inovação a política dos empresários em oposição à política dos coronéis, em referência ao período ditatorial, em que se revezaram no governo do estado os coronéis Virgílio Távora, Aduino Bezerra e César Cals. Em outras palavras, significava uma nova política em oposição à política velha. Tasso Jereissati inaugurava, então, o que ficou conhecido na historiografia cearense como o “governo das mudanças”. Esse governo abria as portas para o empreendedorismo, aliando os interesses políticos aos interesses do capital, assim representado nos diversos incentivos fiscais garantidos pelo governo com o intuito de atrair filiais de empresas de médio e grande porte, assim como de multinacionais, para o Ceará. Nesse bojo, o agronegócio e a especulação imobiliária ganharam respaldo, estando no cerne de alguns dos conflitos que atingiram o campo a partir desse momento. Para uma leitura mais aprofundada sobre o assunto: GONDIM, Linda. Os governos das mudanças. In: SOUSA, Simone de. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

Segundo Antônio Alves do Nascimento, conhecido por Antônio Biica, esse senhor chamado Carrá era o “testa de ferro” de Tasso Jereissati, o verdadeiro dono das empresas exploradoras dos cocos da região que, antes de assumir a marca Ducoco, denominava-se Frutop – Produtora de Alimentos AS (Antônio Alves do Nascimento, conhecido por Antônio Biica. Entrevista realizada em Itapipoca, no dia 12 de novembro de 2019. Entrevista citada.)

Muito embora a memória de Nazaré Flor aponte o ano de 1980 como o marco de venda das terras para Tasso, supõe-se que essa venda tenha acontecido ainda na década de 1970, pois a Ducoco se instalou oficialmente no litoral de Itapipoca em 1979, embora só tenha assumido essa marca a partir de 1982. O fato é que a Ducoco expandiu sua produção agroindustrial avançando, também, sobre terras litorâneas de Itarema, Acaraú e Camocim, tornando-se a segunda maior empresa do Brasil nesse ramo.

Sua expansão se deu sob forte resistência das populações de origem camponesa e indígena que originariamente moravam nesses litorais, principalmente, nos casos que deram origem ao Assentamento Maceió, em Itapipoca e ao Assentamento Lagoa do Mineiro, em Itarema, que inclui também terras de Almofala, território indígena de etnia Tremembé.

No entanto, mesmo com a venda das terras para a empresa Ducoco, os camponeses resistiram. Suas estratégias de resistência se apoiavam na força do coletivo, pois compreendiam que a ação individual seria facilmente desmobilizada pela força do empresariado. Portanto, com o intuito de confundir e, assim, driblar a perseguição dos empregados da empresa, os moradores das comunidades se uniram e passaram a trabalhar em sistema de adjutório, plantando, colhendo e protegendo os cocos em mutirão. Essa “estratégia”, salientada por Nazaré Flor, cujo termo fora explicitado pela mesma, impedia que os roçados das famílias camponesas fossem destruídos para satisfazer os interesses do agronegócio.

Tal estratégia foi ainda mais detalhada por Nazaré Flor quando fora convidada para participar de um debate realizado pela rádio Uirapuru⁸, de concessão da diocese de Itapipoca. Na ocasião, Nazaré e Benedito Gonçalves da Guia, conhecido por Benedito Rita, enfrentaram o “doutor” Juraci Teixeira, dono da fazenda Carrapato e presidente da “União dos Proprietários da Terra de Itapipoca”, uma espécie de Associação dos

⁸ A rádio Uirapuru foi inaugurada em 09 de maio de 1980 com a proposta de ser uma emissora da família católica da diocese de Itapipoca. Uma rádio de transmissão AM que continua no ar até os dias atuais. Informações retiradas do site: <<http://www.radiouirapurudeitapipoca.com.br>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

proprietários locais. O debate foi iniciativa do então bispo diocesano Dom Benedito Albuquerque, cujo intuito era enfocar o tema da reforma agrária, tendo em vista os vários conflitos de terra ocorridos nos limites de sua Diocese e, muito provavelmente, porque naquele mesmo ano havia sido realizada a primeira desapropriação de terras para fins de reforma agrária do município. O debate aconteceu em novembro de 1985, em março do mesmo ano aconteceu a desapropriação do Assentamento Maceió. Nesse sentido, Nazaré Flor que tinha protagonizado toda a luta pela terra situava o início do conflito:

E na realidade, sem que ninguém soubesse, quando se deu fé, a terra estava vendida. Começou a aparecer caras diferentes que nós não conhecíamos, proibindo nós de trabalhar [...] Aí, essa empresa começou a aparecer por lá proibindo nós de trabalhar. Alguns pararam. Então quando disse: “você não tem que trabalhar”; a ordem era a seguinte: quem já brocou não queima, quem já queimou não cerca, quem já cercou não planta. ... O povo, coitados, acostumados com as pressões recuaram um pouco e então pararam para sentar nas próprias Comunidades, convidando seus colegas de trabalho se perguntando: “o que vamos fazer?... Parar de trabalhar? ... e o certo é que com oito dias de estudo... apesar de ser pessoas despreparadas, como ressalta o doutor aí... a gente pensou que devia, havia a necessidade de se trabalhar, né? [...] Então, vamos trabalhar de mutirão. Os homens juntaram de mutirão e fizeram o roçado. Quando aqueles caras que era procurador ou gerente da empresa chegavam lá e perguntava: “De quem é este roçado? – É nosso”. Chegava outro, estava outro grupo: “De quem é este roçado? – É nosso” (MACCBE, 1994, p. 131-132)⁹.

Na narrativa de Nazaré sobre o debate na rádio, fez-se evidente o descrédito do bispo com relação aos camponeses, a ponto de cogitar a possibilidade de cancelar o debate. Percebe-se que a presença dos camponeses, sua fala e sua cultura soavam inconvenientes para o espaço do estúdio radiofônico, por serem pobres, autodidatas e se expressarem por um vocabulário popular. Nazaré explica:

Era Dom Benedito que queria fazer uma entrevista sobre Reforma Agrária, né? Até antes, Dom Benedito... ele até pensava, tinha medo, né? Porque nós os camponeses, não sabíamos dizer nada, os pobres não iam saber falar. Aí ele queria desmarcar, cancelar o debate [...] (MACCBE, 1994, p. 131).

⁹ Transcrição da entrevista de Nazaré Flor concedida a rádio Uirapuru. A íntegra dessa entrevista está publicada no livro de MACCBE, Maria Alice. **História na mão**. Algumas camponesas contam como se conscientizaram. (Uma História Oral), 1994. p. 131-132.

Ainda sobre o debate na rádio, a participação de Nazaré Flor, enquanto representante da luta camponesa pela terra merece destaque, pois a mesma fora escolhida pelos próprios camponeses para falar na rádio, juntamente com Benedito Rita. Compreende-se a escolha de Nazaré como emblemática. Primeiramente, porque a mesma levou a voz feminina para um espaço público, como também, para falar sobre luta pela terra e reforma agrária, temas característicos do interesse masculino e, por último, porque debateu em pé de igualdade com um homem e latifundiário, indicando um enfrentamento de gênero e de classe.

A memória de Nazaré recupera suas primeiras impressões com relação ao Dr. Juraci. A indiferença com que foi tratada marcou profundamente sua sensibilidade, sendo ressaltada em sua narrativa: “[...] Eu vi o Dr. Juraci neste dia. Eu não gosto nem de lembrar do jeito daquele homem. Ele chegou, não falou comigo nem com Benedito Rita, de jeito nenhum. Só falou com Zé Ivo (locutor) e com Dom Benedito” (MACCBE, 1994, p. 136).

A postura do referido latifundiário representa traços da cultura oligárquica, coronelística, que permeava as relações de classe no meio rural do Ceará, que tratava com desprezo os pobres, camponeses, com conhecimento de mundo empírico e com reverência os ricos, letrados, considerados do mesmo nível social, econômico ou cultural.

No entanto, o protagonismo de Nazaré Flor no debate da rádio repercutia sua forte atuação no conflito pela posse da terra. A voz das muitas camponesas que estiveram na linha de frente do conflito também foi representada por Nazaré. De fato, não foi uma escolha aleatória. Sua escolha para esse debate demonstrava que os próprios camponeses reconheciam a importância que as mulheres tiveram para a conquista da terra.

Protagonismo feminino na luta pela conquista da terra do Assentamento Maceió

Por esse caminho, evidencia-se a atuação feminina no enfrentamento com os empregados da empresa, dificultando que os mesmos avançassem nas terras e nos coqueiros, que passavam a ser disputados um a um. Desse modo, o coco passou a ser (re)significado, pois, na medida em que se tornou a principal matéria prima para o agronegócio, o coco assumiu um caráter especulativo e financeiro, completamente diferente da lógica compreendida pelas famílias camponesas que concebiam o coco como um produto de sua subsistência. Assim, a narrativa de Nazaré ressalta o

entrelaçamento entre a cultura e o trabalho feminino nos momentos de resistência, quando as mulheres fiavam algodão enquanto protegiam os cocos.

As mulheres fizeram muita coisa para defender as propriedades da gente. Por exemplo, elas não deixaram os caras da empresa tirar cocos porque eles queriam tomar conta dos coqueiros da gente. Mas de 30 mulheres se reuniam fiando algodão e vigiando os coqueiros. Quando os derrubadores vinham para tirar os cocos, elas cercavam os coqueiros e levavam e escondiam os cocos derrubados, com os derrubador ainda trepado lá em cima e com medo de descer. As depois de um tempo, desistiram de roubar os cocos do povo (MACCBE, 1994, p. 119).

Nazaré Flor ainda enfatiza outras estratégias femininas, o que se permite concluir que a atuação das mulheres ultrapassou os limites historicamente impostos pelas relações de gênero, pois as mesmas atuavam tanto na linha de frente nos momentos de maior tensão contra os donos e empregados da empresa, até mesmo para proteger seus esposos e filhos, como também, desempenhando funções auxiliares, quando assumiam o papel de porta-voz de avisos e recados para as demais comunidades. No entanto, a participação das mulheres nas negociações com o INCRA, na produção dos abaixo assinados, na escrita e leitura de documentos oficiais referentes às negociações, talvez, tenha significado o principal papel assumido por essas mulheres.

Outra coisa, as mulheres proibiam que eles passassem os travessões por dentro das plantações e fazer a derruba dos pés de coqueiro. Elas proibiam os caras que vinha fazer, né? Aqui não passa! E não passavam mesmo, porque elas não deixavam passar. Elas fizeram muito isso. Graça Ana foi uma que enfrentava cara a cara e proibia que passassem. Muitas vezes, quando era assim para evitar um conflito com os homens, elas ficavam na frente. E para dar recados, elas corriam de uma comunidade a outra, de repente. E nas negociações do INCRA, sempre as mulheres participaram. Eu e a Vera fomos muitas vezes com os homens e enfrentamos mesmo... logo depois da desapropriação, todo homem dizia isso: que a força da desapropriação desta terra foi graças às mulheres! (MACCBE, 1994, p. 120)

O “mutirão das fiandeiras”, lembrado por Nazaré ficou registrado na memória e na história do Assentamento. Essas mulheres fiandeiras eram Maria da Paz, Jesa, Anaíde, Maria Loura, Joana Loura, Maria Rita, Mirtes Rita, Ana Rita, Graça Rita, Graça Ana, Joana Ana, Doca Bastiana, Maria Nana, Maria Ferreira, Júlia, Maria Salustiana, Chica Néu, Maria Biria, Mana e Zefa Chichica. Todas elas lembram episódios específicos do período em que defendiam não só os cocos, mas também os roçados e as casas das

comunidades. Todas sempre trabalhando em mutirão, como conta Maria das Graças de Sousa, Graça Ana:

Na época que o pessoal tava brocando e que o Carrá chegou e que paralisou todos os trabalhadores, aí os homens decidiram brocar, mas queriam a presença das mulheres, mas nós ficava reunidas fiando algodão. Neste dia que távamos reunidas na casa da Maria Rita, soubemos que iam derrubar os cocos dos coqueiros que a gente tava lutando pra adquirir que os patrões teriam tomado. E o Abner, que era o empregado da firma mandou dois derrubadores derrubar os cocos. Nós aqui reunidas fiando e... “olhe aí, vão derrubar os cocos! O que nós faz? Vamos barrar? Não! Não Vamos barrar, vamos deixar que derrubarem e aí quando tiver tudo no chão vamos impedir.” Aí, assim fizemos. Eles fizeram a derruba de todos os cocos, deixaram tudo arrumadinho e aí, saiu o mutirão de mulher! Aí nós fizemos a venda dos cocos e guardamos o dinheiro. Até hoje eles nunca cobraram. Eles ficaram com medo (MACCABE, 2015, p. 104).

As narrativas de Nazaré Flor e Graça Ana oferecem indícios de que as mulheres das comunidades tiveram tanta participação na luta pela terra do Assentamento Maceió quanto os homens. A presença feminina também é constatada nos inúmeros abaixo assinados enviados ao INCRA, os quais traziam assinaturas de moradores e moradoras de todas as comunidades envolvidas no litígio. Muitos desses nomes vinham acompanhados da marca do polegar manchado de carbono, antiga forma de registrar as impressões digitais, o que indica o alto índice de analfabetismo entre homens e mulheres do campo naquela época. A assinatura de Nazaré Flor também se encontra nesses abaixo assinados. Inclusive, mesmo depois da conquista do Assentamento Maceió, em 1985, tanto Nazaré quanto os demais camponeses assentados continuaram em luta apoiando as famílias moradoras das fazendas Bode e Córrego Novo que somente foram desapropriadas e incorporadas ao Assentamento em 1988.

No entanto, após cerca de 15 anos depois de conquistado o Assentamento, os moradores enfrentaram uma nova disputa por seu território. Tratava-se da disputa por uma faixa de terra próxima ao mar que não havia sido incorporada no ato das desapropriações realizadas pelo INCRA e que havia sido comprada para fins de exploração turística por um empresário português chamado Antônio Júlio Trindade de Jesus, mais conhecido como Pirata. Tal empresário havia centralizado seus primeiros negócios na praia de Iracema, em Fortaleza, criando em 1986, o Pirata Bar & Restô, em sociedade com seu filho Rodolphe Trindade. No início dos anos dois mil, intentava expandir seus negócios para o litoral de Itapipoca, originando o conflito com os moradores do Assentamento Maceió.

A história de luta contra o Pirata e contra a especulação imobiliária e exploração turística e ambiental da região coincide com a chegada e fortalecimento do MST no Assentamento, no início dos anos dois mil. Em conflito aberto contra o empreendedor Júlio Trindade, como estratégia de resistência, os moradores criaram o Acampamento Nossa Terra que fica localizado dentro do Assentamento Maceió, em Itapipoca. Sua ocupação aconteceu em 22 de fevereiro de 2007. Nesse mesmo dia, o Assentamento “batizou” o MST e, em contrapartida, o MST assumiu a luta contra o Pirata como sua. Esse Acampamento resiste até os dias de hoje, assim como, o próprio conflito, muito embora tenha arrefecido após o falecimento do Pirata, em 2011.

Nazaré Flor já não pôde contribuir muito com essa luta pois veio a falecer de um câncer no útero no mesmo ano em que o acampamento Nossa Terra fora fundado. Sua contribuição para a conquista do Assentamento Maceió está registrada nas memórias de seus companheiros e companheiras de luta, conforme se evidencia na narrativa abaixo:

Uma coisa muito forte na nossa luta foi as mulheres. Que as mulheres, Nazaré Flor, Vera, Maria Nana, Anaíde e outras, Graça Ana. Tudo foram pessoas que de fato ficaram à frente, sempre pra evitar o conflito. Eu acho que no Maceió não aconteceu morte por isso, porque quando era pra nós enfrentar a empresa, tava fazendo um serviço e nós ia lá barrar, as mulher iam na frente e os homens iam atrás e sempre as mulher tinham um argumento muito forte e fazia com que os homens não se irritassem pra poder brigar e eles acabavam saindo, tiravam os trator, tiravam as máquinas. E isso tem acontecido não só na luta pelo Assentamento, como em qualquer luta que se trava dentro do Assentamento [...] As mulheres do Assentamento foram umas mulheres muito guerreiras e parabéns, eu digo até pra elas, até porque nós valorizamos a força da mulher e a coragem que as mulheres tem. Então, foi uma luz na nossa frente (Antônio Alves do Nascimento, conhecido por Antônio Biica. Entrevista realizada em Itapipoca, no dia 12 de novembro de 2019. Entrevista citada).

Nesse sentido, em entrevista, Antônio Biica ressalta a importância da atuação de Nazaré Flor e de outras mulheres nas lutas do Assentamento, inclusive contra o Pirata, sendo essa a principal luta do Assentamento Maceió nos dias de hoje.

Algumas considerações

Em todo esse conflito, os camponeses e as camponesas estiveram envolvidos como protagonistas lutando pela posse da terra em que moravam e dela sobreviviam. Assim, assumiam um compromisso de classe e demonstravam a força dos camponeses contra o latifúndio. Como se observa, essa força da classe camponesa é enunciada

enfaticamente nas narrativas de homens e mulheres que estiveram envolvidos na luta pela terra do Assentamento Maceió. A coragem, as estratégias camponesas e o sentimento de justiça são ressaltados como características presentes tanto nos homens quanto nas mulheres que estiveram envolvidas nessa luta.

Referências

GONDIM, Linda. Os governos das mudanças. In: SOUSA, Simone de. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

MACCABE, Maria Alice (Org.). “**A nossa luta foi uma luta sagrada**”. O povo do Assentamento Maceió conta a história de sua luta pela terra. Fortaleza: Instituto Terramar, 2015.

MACCABE, Maria Alice (Org.). **História na mão**. Algumas camponesas contam como se conscientizaram. (Uma História Oral). S/e, 1994.

POTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho**. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. Projeto História. São Paulo, v. 15, abr. abril, 1997.

THOMSON, E. P. **Costumes em Comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



Figura 8 – Hortaliças, fotografia de uma roça no Distrito Arajara, Barbalha – CE, por Laís Leite, registro em 24 de outubro de 2020.

A importância da agricultura familiar no cenário agroindustrial de Serafina Corrêa/RS

Ricardo Stedile Neto*

Ligian Cristiano Gomes**

Mateus Pessetti***

Introdução

Uma das principais características da ciência geográfica é a constante procura em reler seus conceitos e seus paradigmas. Essa dinâmica é a que caracteriza todas as ciências, em especial, a Geografia, sendo fundamental para que o pensamento científico possa acompanhar as transformações em que o meio técnico-científico-informacional impõe a sociedade. Esse processo de releitura da Geografia possibilita a obtenção de respostas que condizem com a atual dinâmica da natureza/sociedade. Pode-se dizer então, que, a Geografia possui como desafio principal, o acompanhamento das transformações complexas do mundo de hoje.

A agricultura não está distante disto, pois apresenta, com o passar do tempo, releituras de sua estruturação, mudanças de seus paradigmas e de suas técnicas. Pode-se apontar que o Brasil sempre esteve atrelado à agricultura, a qual é um dos principais motores econômicos do país. Com base nisso, a forma como ela se articula impacta, tanto positivo, quanto negativamente, o território brasileiro e sua população.

A agricultura familiar é uma das tipologias em que a agricultura se divide no território brasileiro. A mesma sempre teve um papel importante na dinâmica rural do território brasileiro. Apesar de ter passado por uma marginalização após a década de

* Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria com foco em Geografia Cultural. Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria com foco na organização espacial. Professor da educação básica.
E-mail: rickstedile@gmail.com

** Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria com foco em Geografia Cultural e Organização do Espaço. Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria.
E-mail: ligiangomes53@gmail.com

*** Licenciado em Geografia pela Universidade de Passo Fundo. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria com foco em Geografia Rural. Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. Professor da educação básica.
E-mail: mateuspessetti84@gmail.com

1970 com a modernização do campo, quando houve a inserção do agronegócio e a agricultura latifundiária, a qual se tornou a estrutura de produção predominante no país, a agricultura familiar voltou a se valorizar após a década de 1990 quando são criadas algumas políticas públicas voltadas para essa forma de agricultura.

Hodiernamente, a agricultura familiar é responsável por abastecer a maior parte do país, sendo responsável por boa parte da alimentação que a população brasileira utiliza. Com base nisso, o presente artigo tem como objetivo e problemática realizar um levantamento da importância que a agricultura familiar tem para o município de Serafina Corrêa/RS, levando-se em consideração que o mesmo se constitui como um município agroindustrial. Para alcançar este objetivo serão utilizados dados que foram levantados durante trabalho de campo na área rural do município, além do aporte teórico realizado acerca do tema estudado.

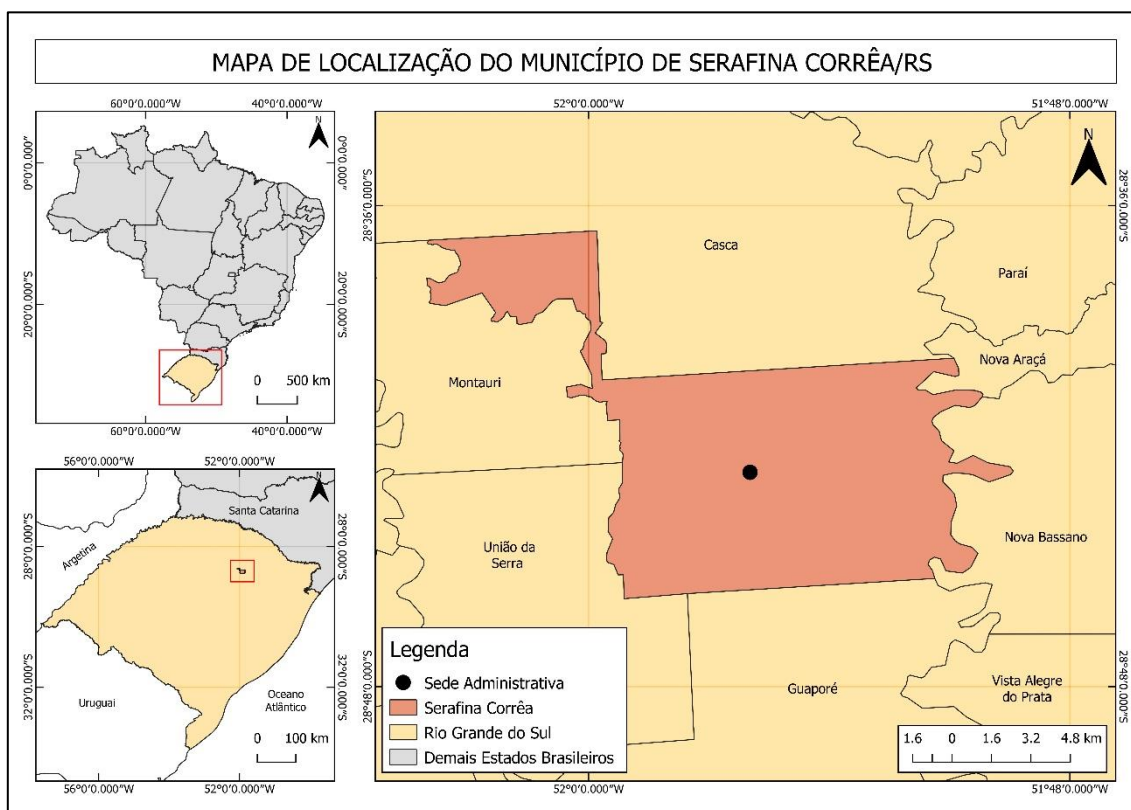
O cenário municipal de Serafina Corrêa é dividido em um distrito sede, e apenas um distrito de área rural. Nessa realidade encontramos um município com um distrito industrial, e com a presença de diversas unidades de agroindústrias familiares, que caracterizam a produção agrícola do município.

Localizado na Região do COREDE Serra, no Planalto Meridional, Serafina Corrêa se encontra numa área entre vales e montanhas, na encosta da porção nordeste do estado. A unidade territorial apresenta uma população de 17,198 habitantes, divididos numa área de 163,283 km² e uma densidade demográfica de 105 hab/km² (IBGE, 2018).

O município em estudo se insere na Microrregião Geográfica de Guaporé (MRG 13), a qual pertence a Mesorregião do Nordeste Rio-Grandense e está localizada na latitude sul 28°42'42" e longitude 51°56'06" à oeste de Greenwich. Apresenta como limites: ao norte o município de Casca; ao sul Guaporé; a leste o município de Nova Araçá e a oeste o município de União da Serra (Mapa 1).

É importante destacar que, segundo dados do IBGE (2018), apenas 15% da população reside na zona rural e 85% na zona urbana do município, na atualidade. Como já fora supracitado, a área rural de Serafina Corrêa é constituída de apenas um distrito, Silva Jardim, que possui cerca de 600 habitantes e é o polo produtor da agricultura do município. Além de quatro localidades, as quais são caracterizadas por pequenas propriedades, as quais mantêm as características camponesas e de agricultura familiar. Porém, essas propriedades, em sua maioria, apresentam produção apenas para subsistência.

Mapa 1 – Localização do Município de Serafina Corrêa/RS



Fonte: IBGE, 2019 - SIRGAS DATUM 2000.

Org.: PESSETTI, M. 2018.

A colonização de Serafina Corrêa, assim como em grande parte dos municípios da serra gaúcha, ocorreu por europeus, principalmente italianos. Essa colonização caracteriza a organização espacial da unidade territorial até os dias atuais, tanto no âmbito urbano quando no âmbito rural.

Com base nisso, é importante levarmos em consideração a forma que o colono italiano articulava suas propriedades rurais, em sua maioria, eram pequenas unidades agrícolas, de origem familiar. Essa forma de produção, ainda se encontra no município, porém em escala menor. A maior parte dos agricultores acabou cedendo a aderindo a produção para agronegócio, atendendo às necessidades das empresas que estão instaladas no distrito industrial. Porém, ainda podemos encontrar propriedades de cunho familiar, principalmente caracterizadas como agroindústrias familiares.

Mediante isso, a temática do presente artigo é de extrema importância, pois realizar um perfil da atual estrutura do cenário agrícola do município de Serafina

Corrêa. Tal estudo se torna necessário, quando se percebe a falta de estudos realizados nesse tema, além de ser notada uma hibridização cultural muito forte na unidade territorial em estudo, podendo ocasionar a perda das convenções culturais, ocasionado assim, a perda do modo de produção tradicional que os estabelecimentos familiares que estão presentes no município preservam.

Referencial teórico

A Geografia sempre esteve atrelada a estudar a forma como o homem se articula e se apropria do espaço natural. Para tal fato, a ciência geográfica se desenvolveu através de paradigmas e em temáticas que estudam os efeitos antrópicos. Junto com as demais Ciências Sociais, a Geografia é a grande responsável por explicar a atual dinâmica das relações sociedade/natureza.

Um dos ramos do estudo da Geografia é a Geografia Agrária, a qual estuda a forma como o espaço agrário se desenvolveu e dinamizou, através do tempo. Com o estudo dessa temática, torna-se possível explicar a forma como os países, que baseiam sua economia na agropecuária, entre eles o Brasil, se desenvolve e se articula em relação a este cenário.

É sabido, que a agricultura foi a grande responsável pela criação das grandes civilizações. Ou seja, foi com o domínio da agricultura que os humanos deixaram de ser nômades e passaram a se fixar, formando assim as primeiras cidades. Tal fato aconteceu há aproximadamente 10 mil anos, e foi responsável por organizar a espécie humana na dinâmica atual.

Com o domínio de agricultura, a agricultura familiar foi a forma como a mesma se estruturou. Portanto, é relevante ressaltar a forma de produção familiar, inicialmente para subsistência é uma prática secular, que vem sendo desenvolvida juntamente com o desenvolvimento das sociedades.

É importante destacar que a agricultura familiar não entendida como trabalho familiar. Nesse sistema de produção o que distingue para as demais formas sociais é o papel da família como a estrutura essencial para a reprodução social, as quais remetem formas de transmissão do patrimônio natural e cultural (SAVOLDI; CUNHA, 2010).

Nesse sentido, compreende-se como agricultura familiar, não apenas a utilização do trabalho familiar na propriedade e no cultivo. A forma de produção familiar pressupõe que propriedade e trabalho estejam interligados, sendo uma unidade de produção com base e ligação à família (SAVOLDI; CUNHA, 2010).

O Ministério da Agricultura (2016) quando se refere à agricultura familiar destaca que

A agricultura familiar tem dinâmica e características distintas em comparação à agricultura não familiar. Nela, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda. Além disso, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia. A diversidade produtiva também é uma característica marcante desse setor.

Nota-se então, que para o órgão gestor, o agricultor, a propriedade e a natureza estão interligados. Para um agricultor ser considerado como um agricultor familiar, é necessário que o mesmo tenha uma relação com a terra, que compreende a importância de preservar o local de produção.

O Brasil apresenta, na atualidade, uma forma de produção latifundiária a qual é voltada para o mercado capitalista. Partindo disso, pode-se colocar em dúvida a existência ainda da agricultura familiar no cenário nacional. Levando-se em consideração os termos conceituais, pode-se dizer que seja mantido o caráter familiar de uma produção, é necessário que ao menos um membro da família, divida o cargo de administrador e de trabalhos. Tal fato se justifica com as palavras de Abramovay (1997, p. 3) quando o autor destaca que

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas.

Podemos perceber então, que é necessário que haja uma relação de gestão e trabalho familiar para que determinada propriedade seja classificada como agricultura familiar. Neste cenário, no Brasil, a maior parte é de pequenas propriedades, com poucos recursos. Segundo Wanderley (1995), a maior parte de produtores familiares no país possuem entre 10 e 100 hectares, dentre os quais a maioria maciça fica na faixa entre 20 e 50 hectares.

A importância que esses agricultores familiares têm para a economia do país se exemplifica com os dados. Segundo o MDA, cerca de 80% das propriedades agropecuárias são de cunho familiar, as quais são responsáveis por 90% da economia dos municípios com até 20 mil habitantes. Tal fato mostra que a agricultura familiar é a que movimenta o setor rural no âmbito nacional.

Para o MDA (2016), pode se considerar um agricultor familiar e empreendedor familiar, conforme a Lei nº 11.326/2006 aquele que

[...] pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família.

Se levarmos em consideração o trabalho executado fora do campo, o mesmo pode ser considerado como uma forma de auxiliar na manutenção dos trabalhos agrícolas. Tal fato pode ser visto que então, no cenário desses pequenos produtores, a exploração de mercados extra-agrícolas pode ser uma segunda opção de atividade agrícola, reformulando a reprodução social.

Savoldi e Cunha (2010, p. 27) divide a agricultura familiar em três categorias distintas, as quais mostram formas de organização do meio de produção:

- Família Agrícola de Caráter Empresarial, ou o chamado “verdadeiro agricultor”, cuja lógica de reprodução social é determinada pela realização de uma produção orientada para o mercado, obedecendo a satisfação de índices de rentabilidade e de produtividade crescentes: caracteriza-se por uma conjunção de fatores econômicos, técnicos a uma situação patrimonial e social favorável à rentabilização da exploração.
- Na família Camponesa, a lógica da atividade agrícola não é dada em termos de prioridade pela busca da taxa de produtividade e de rentabilidade crescentes, mas pelo esforço de manter a família em determinadas condições culturais e sociais, isto é a manutenção da propriedade familiar e da exploração agrícola. A família é um valor que se impõe à produção embora seja indissociável da propriedade e da exploração agrícola.
- A Família Agrícola Urbana não se orienta prioritariamente pelos padrões produtivistas, mas também se distingue da “família camponesa” apesar de resgatar alguns de seus valores e de expressar um forte vínculo com uma localidade particular. Esse modelo de família rural repousa sobre um sistema de valores próprios que orienta a produção agrícola, não em função do lucro e da produtividade crescentes, mas para a melhoria da qualidade de vida, sem deixar de considerar a realidade do mercado e obviamente a capacidade de retorno com termos de rendimento.

Pode-se considerar também, que a classificação como um agricultor familiar não é propriamente feita através da área de produção e da produtividade. Tal classificação acontece pelo nível de desenvolvimento tecnológico e nos sistemas de produção que são adotados por este produtor. Os agricultores de origem familiar vivem uma grande dificuldade de disponibilidade de recursos e de possibilidade de desenvolvimento tecnológico. Sobre isso, Lamarche (1994, p. 19) destaca que

Os agricultores organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função destes dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que tem para o futuro. Suas chances de atingir o modelo ideal, ou simplesmente de se aproximar dele, dependerão da complementaridade de seu projeto junto ao que a sociedade elaborou para eles.

Também se pode destacar sobre os agricultores familiares possuem objetivos e estratégias bastante heterogêneas. Os próprios foram responsáveis em muitos momentos de desintegração do conceito de agricultura familiar, por tentarem se inserir no mercado capitalista. Muitos desses agricultores classificam a forma de produção familiar como atrasada, se levarmos o ponto de vista econômico. Isso se dá pela forma de hegemonia e formações ideológicas sobre a agricultura familiar (BOAS, 2018).

Apesar disso, é necessário realizarmos uma reflexão e percebermos que esse estereótipo da agricultura familiar não corresponde à realidade. Lamarche (1993, p. 24) ressalta isso quando diz

A exploração familiar deve ser analisada em seu conjunto, ou seja: tendo em conta diversas entidades que a estruturam. Compreender seu funcionamento significa colocar em evidência as diferentes lógicas em função da qual o agricultor determina suas escolhas fundamentais. Estas lógicas se definem em relação a um determinado número de sistemas.

Para que possamos utilizar o termo de agricultura familiar em políticas públicas, e para que as mesmas sejam eficientes, é necessário que entendamos o agricultor familiar como um agente formador social, além de ser diferentes entre si, não sendo classificados nessa categoria simplesmente por se utilizarem de forma predominante da mão de obra familiar.

Com base nisso, Abramovay (1992, p. 19) relata que

A agricultura familiar não é um fenômeno tão generalizado que não pode ser explicada pela herança histórica camponesa, de fato, em alguns casos existentes, na verdade, o Estado foi determinante na moldagem da atual estrutura social do capitalismo agrário das nações centrais. Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa.

A atual dinâmica da agricultura familiar é dividida apenas entre os pequenos produtores, de fato, aqueles que normalmente apresentam menor renda e menor possibilidade de investimento. Esses vivem de maneira muitas vezes precária, sendo um dos principais motivos para o crescimento sustentável da agricultura familiar.

Pode-se dizer então, que a agricultura familiar sempre esteve presente no desenvolvimento econômico do país, principalmente para as pequenas cidades. A negligência em que o poder público vem tratando essa forma de agricultura gera impactos negativos para esses produtores, e para todos os setores, tanto agrícolas quanto urbanos.

A agricultura familiar praticada nas pequenas propriedades do Brasil, só passou a ter uma política para beneficiar durante a década de 1990, juntamente com as transformações sociais e econômicas no cenário mundial. Nessa nova realidade, a agricultura familiar passa a assumir um papel importante nesse cenário de transformação do espaço agrário brasileiro.

A agricultura familiar e sua importância para o município de Serafina Corrêa/RS

Como já fora supracitado, Serafina Corrêa apresenta uma população de aproximadamente 17 mil habitantes, onde 85% dessa população residem em área urbana. Essa população, em sua maioria de descendência dos imigrantes italianos que colonizaram a área, mantém as tradições deste grupo étnico em partes, sofrendo uma forte hibridização devido às demais etnias que chegaram ao município, principalmente no início do século XXI.

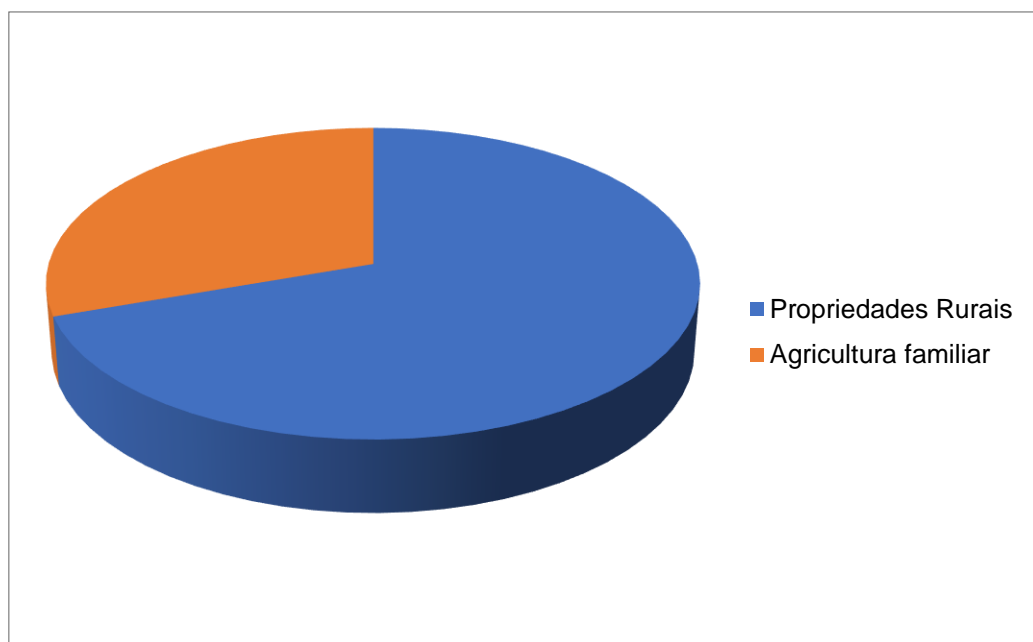
Em âmbito rural, a unidade territorial em estudo apresenta 15% da população do município, ou seja, aproximadamente 2500 habitantes. Esses, são os responsáveis pela produção das matérias primas, em sua maioria, para as indústrias que estão presentes no recorte espacial, que conta com um polo industrial bastante desenvolvido, principalmente com empresas do ramo alimentício.

Segundo dados do IBGE (2017), Serafina Corrêa apresenta 473 estabelecimentos rurais, onde aproximadamente 44% desses são classificados como agricultura familiar. Neste sentido, pode-se perceber que uma significativa parcela dos estabelecimentos rurais conserva a forma de produção colonial, onde se utiliza da mão de obra familiar (Gráfico 1).

Pode-se perceber também, que a dinâmica atual do cenário rural do município utiliza mão de obra externa para dar conta do mercado. Os estabelecimentos rurais empregam aproximadamente 1400 pessoas no município, onde cerca de 1200 possuem um grau de parentesco com o produtor. Esse dado mostra, que mesmo nas propriedades que não se caracterizam como agricultura familiar, a herança do colonizador, de estar ligado a família ainda é presente. Além disso, pode-se perceber que há uma predominância de trabalhadores do sexo masculino (IBGE, 2017).

Em questão de incentivos, é importante destacar que a situação está bastante dividida, onde podemos notar que 49% dos produtores obtiveram financiamento e/ou empréstimo para investir no seu cultivo, e 51% não obteve qualquer tipo de auxílio. Isso mostra que a realidade econômica destes produtores está bastante equilibrada, e demonstra o atual desenvolvimento do campo deste município.

Gráfico 1 – Propriedades Rurais de Serafina Corrêa/RS



Fonte: IBGE, 2017.

Org.: STEDILE NETO, R. 2019.

Entre os agricultores que obtiveram financiamentos ou empréstimos, é relevante destacar que a grande maioria foi através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o qual é concedido pelo governo federal para os produtores que se encaixem na agricultura familiar. Em paralelo, uma pequena parcela obteve esses incentivos através do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP), o qual é concedido pelo BNDES.

É relevante ressaltar que a maior parte da produção é voltada para atender ao distrito industrial que integra o cenário econômico do município. Isso justifica, as maiores produções serem no cultivo de grãos, que atendem a pecuária do município.

O distrito industrial de Serafina Corrêa é dominado por empresas do ramo alimentício, onde são produzidos produtos com base principalmente de suína e galinácea. Esses são as duas principais criações da pecuária no município, e se utilizam da produção principalmente de milho e trigo para alimentar estes animais.

Segundo os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017), cerca 75% dos estabelecimentos criam galináceos, e 60% criam suínos. Essa criação já é predestinada para as empresas, principalmente a Brasil Foods (BRF), que é a principal no beneficiamento dos produtores que utilizam a carne destes animais como matéria prima.

Com isso, é importante destacar que a própria empresa investe nestes estabelecimentos. Tal fato explica a forma como estas propriedades se desenvolveram, tendo possibilidade de se tecnificarem, deixando de lado assim as características de produção familiar, cedendo então para as necessidades do mercado, e se inserindo no agronegócio.

Essa garantia de compra por parte das grandes empresas dos pequenos e médios produtores auxilia no desenvolvimento da área rural do município. Além disso, é relevante ressaltar que ao passo em que os moradores da área rural do município se desenvolvem e se consolidam economicamente, a área urbana também é beneficiada.

Além das propriedades que atendem ao mercado industrial local, é possível encontrar nas localidades, ao redor do distrito de Silva Jardim, pequenas unidades familiares, onde pode-se encontrar o modo de produção colonial camponês. Nesses estabelecimentos agropecuários, que correspondem a cerca de 3% do total de propriedades rurais encontra-se produtos que são utilizados para subsistência e para o abastecimento dos mercados e feiras do próprio município.

Com base nisso, e através dos dados que foram visualizados e analisados pode-se chegar à conclusão de que a agricultura familiar é determinante para o sucesso do cenário industrial de Serafina Corrêa. A presença dessa atividade agrícola de cunho familiar ajuda ainda, na manutenção da cultura na região, respeitando os saberes tradicionais desses agricultores.

Considerações finais

A agricultura familiar sempre teve papel muito importante no desenvolvimento do setor agrícola no Brasil. Herança dos europeus que colonizaram o país durante o final do século XIX e início do século XX, essa forma de estrutura de produção se articula baseada em áreas de pequeno cultivo e com mão de obra familiar.

O estado do Rio Grande do Sul por ter sido colonizado principalmente por alemães e italianos, apresenta uma forte presença da agricultura familiar. Tal fato nota-se principalmente nas pequenas cidades, onde há a agricultura de subsistência e de abastecimento de mercados locais.

Com o passar do tempo e, principalmente após a modernização do campo, durante a década de 1970, a agricultura familiar foi perdendo espaço e sendo marginalizada no meio rural. Com a revolução do campo, a produção latifundiária foi dominando o cenário agrícola no país, e aqueles produtores que não se inseriam nessa nova estrutura do campo era tipo como atrasado e excluído de suas relações sociais e econômicas.

O processo de tecnificação do campo também foi responsável pela quase extinção do camponês. O campesinato que se caracteriza pelo equilíbrio do homem com a natureza, o qual compreende que a preservação da mesma auxiliará no seu próprio desenvolvimento perdeu espaço para o modo de produção capitalista.

A partir da década de 1990, principalmente, o governo federal acabou por criar algumas políticas públicas que auxiliaram a manutenção da agricultura familiar no território nacional. O PRONAF é a principal e possibilitou que os pequenos produtores, com estrutura de agricultura familiar obtivesse incentivos e financiamentos para investirem em suas propriedades e manterem seu modo de produção tradicional.

O município de Serafina Corrêa/RS, o qual consistiu no recorte espacial estudado, apresentam as duas realidades de estrutura agrícola. De um lado, os médios e grandes produtores, voltados para o mercado capitalista, alicerçado nas empresas presentes no distrito industrial do município. Em contrapartida, é possível encontrar pequenas propriedades que mantem o modo de produzir camponês, se utilizando da mão de obra familiar em todas as etapas do cultivo.

Com os dados que foram obtidos para a realização deste trabalho, notou-se que a maior parte da produção agropecuária do município é destinada para atender às grandes indústrias presentes no município. Tais fatos acabaram por deixar a agricultura familiar sem espaço no cenário do município, que passou a ser classificado como uma unidade territorial agroindustrial. Nota-se isso, quando são criadas as primeiras agroindústrias familiares, que englobaram alguns dos agricultores familiares durante o início dos anos 2000.

Percebe-se, porém que, na atualidade, a agricultura familiar é de extrema importância para a economia e para a manutenção da cultura italiana no município. Isso acontece, pois, os agricultores familiares são, na sua maioria, os responsáveis pelo abastecimento do mercado local. Ou seja, a maior parte dos produtos que são consumidos pelos habitantes do município é proveniente da agricultura familiar.

A presença da mecanização nas propriedades de cunho familiar também é bastante presente, assim como a inserção de produtos que não são nativos para este grupo étnico, como é o caso da soja. Apesar disso, nota-se que nestas propriedades esse processo mecanizado de produção é apenas para o auxílio do trabalhador, não sendo voltado para atender ao mercado capitalista.

Com base nestas informações, fica explícito que a agricultura familiar é importante para o desenvolvimento socioeconômico, não apenas do meio rural como também do meio urbano, para o município de Serafina Corrêa. Nota-se, porém, que a forma como a mesma é tratada no Brasil, e principalmente nos municípios com grande produção, acaba por pressionar a mesma a se inserir na forma de produção capitalista, que foca apenas na obtenção de lucros.

Por fim, é relevante ressaltar que a agricultura familiar necessita de apoio por parte dos governos, para que esta se mantenha e se desenvolva. Valorizar a agricultura familiar é valorizar a história nacional, o qual foi desenvolvido e se consolidou economicamente através da produção agrícola, com ênfase ao modo de produção familiar, onde os pequenos produtores são os grandes responsáveis pela alimentação do povo brasileiro.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão. São Paulo: Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992. "Uma nova extensão para a agricultura familiar". In: Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DR. **Anais...** 1997. p. 29 [Texto para discussão].

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida; PAULINO, Eliane Tomiasi. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. **Geografia**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, jul./ dez. 2000.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UNB. 2007.

ALVES, Flamarion Dutra; VALE, Ana Rute do. **A relação campo-cidade e suas leituras no espaço**. ACTA Geográfica. Boa Vista: Esp. Geografia Agrária. p. 33-41, 2013.

BOAS, Vilas Lucas Guedes. Palavras e expressões ideológicas sobre a questão agrária. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 19, n. 66, p. 1-18, jun. 2018.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **Coredes**: perfil socioeconômico. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomia/coredes/>> Acesso em: 24 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>> Acesso em: 24 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades – Serafina Corrêa**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/serafina-correa>> Acesso em: 24 jun. 2019.

LAMARCHE, Hughes. A agricultura familiar: uma realidade multiuniforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. A análise da empresa familiar agrícola ou industrial. In: ASSOCIATION DES RURALISTES FRANÇAIS. **Lê Monde Rural et liés Sciences Sociales**: omission ou fascination. Tradução de Auro Luiz da Silva. Paris, 1994. [XIX. Colóquio da Association des Ruralistes Françaises].

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito camponês. **Revista NERA**. Presidente Prudente, v. 11, n. 12, p. 57-67, 2008.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (MDA). **O que é agricultura familiar?**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

NAVARRO, Zander. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GÁSQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). **Agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA. p. 185-209, 2010.

SANTOS, Erika Vanessa Moreira; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **As múltiplas leituras do espaço rural**. ACTA Geográfica. Boa Vista: Esp. Geografia Agrária. p. 81-101, 2013.

SAVOLDI, Andréia; CUNHA, Luiz Alexandre. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. **Revista Geografar**. v. 5, n. 1, p. 25-45, jan./jul. 2010.

SCHNEIDER, Sergio. A presença e as potencialidades da agricultura familiar na América Latina e no Caribe. **Revista Redes**, (St Cruz Sul, Online), v. 21, n. 3, p. 11-33, set./dez. 2016.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, ano 8. n. 7, jul./dez. 2005

SILVA, José Graziano da. Velhos e Novos mitos do rural brasileiro. **Estudos avançados**, São Paulo. v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001.

SILVA, José Graziano da; GROSSI, Mauro Del; CAMPANHOLA, Clayton. O que há de novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v. 19, n. 1, p. 37-67, jan./abr. 2002.

Ruralidades Latino-americanas

A importância da agricultura familiar no cenário agroindustrial de Serafina Corrêa/RS

DOI: 10.23899/9786589284338.6

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. “A volta dos que não foram”: camponês e/ou agricultor familiar? Reflexões teóricas-conceituais e a pertinência do campesinato. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 22, n. 46, p. 129-147, jan./abr. 2019.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. v. 25, p. 37-56, maio/dez. 1995.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-145, out. 2000.



Figura 9 – Fotografia do Leito do Rio dos Sinos (São Leopoldo-RS), por Rafael Demarco, registro em 13 de junho de 2012.

A dinâmica regional da produção agropecuária da Região de Nova Prata – Guaporé/RS

Mateus Pessetti*

Ligian Cristiano Gomes**

Luciane Rodrigues de Bitencourt***

Ricardo Stedile Neto****

* Possui Graduação em Geografia - Licenciatura (2018) pela Universidade de Passo Fundo, Especialização em Geografia Regional Brasileira (2022) pela Faculdade Dom Alberto e Mestrado em Geografia (2021) pela Universidade Federal de Santa Maria. Atualmente, é Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria, sob orientação do Profº. Drº Eduardo Schiavone Cardoso. Atua como professor efetivo na rede municipal de Passo Fundo/RS, bem como na rede privada. Pesquisa e tem interesse em temas relacionados a Geografia Humana, especialmente: organização espacial, espaço agrário, geografia regional, história e epistemologia da ciência geográfica.

E-mail: mateuspessetti84@gmail.com

** Possui Graduação em Geografia - Bacharelado (2018) pela Universidade Federal de Santa Maria, Especialização em Geografia Regional Brasileira (2021) pela Faculdade Dom Alberto e Mestrado em Geografia (2021) pela Universidade Federal de Santa Maria. Atualmente, é Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria, sob orientação do Profº. Drº Eduardo Schiavone Cardoso. Pesquisa e tem interesse em temas relacionados a Geografia Cultural, especialmente: organização espacial, códigos culturais, imigração alemã, imigração italiana, região e regionalização.

E-mail: ligiangomes53@gmail.com

*** Graduação em Geografia - Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (1993). Graduação em Geografia - Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria (2002). Mestrado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999). Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (2018). Atualmente é professora da Universidade de Passo Fundo. Tem experiência nas áreas de Geografia, Geografia Humana, Geografia Regional, Ensino de Geografia, Planejamento Urbano e Regional, Geotecnologias (Cartografia, Geoprocessamento e SIG) atuando principalmente nos seguintes temas: espaço urbano, espaço rural, transformações espaciais, diagnóstico socioespacial, perfil socioeconômico, planejamento urbano, rural e regional e ensino de geografia.

E-mail: lrb@upf.br

**** Graduado em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestre em Geografia (2019) pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria, sob a temática de Geografia Cultural. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria, sob orientação do Prof. Dr. Eduardo Schiavone Cardoso. Membro do Grupo de Estudos Geografia, Trabalho e Ambiente. Desenvolve pesquisas nas temáticas de Geografia Cultural e Organização do Espaço. Professor de Geografia do Ensino Fundamental II da Escola Nossa Senhora da Providência (Santa Maria/RS).

E-mail: rickstedile@gmail.com

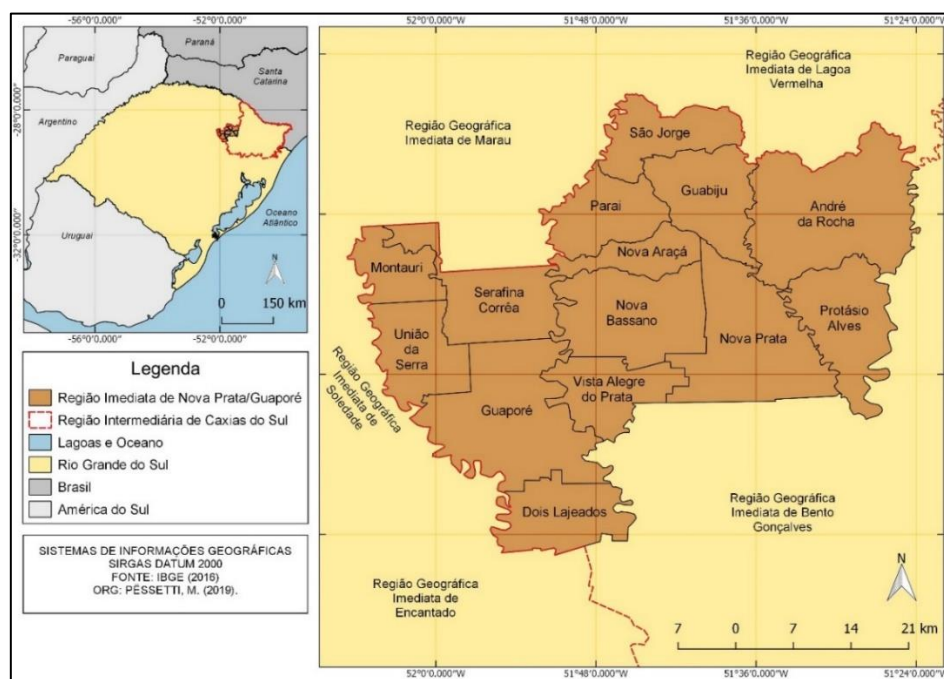
Introdução

Compreender a organização da estrutura agropecuária a partir de suas cadeias produtivas, eis a preocupação deste texto. Para tanto, escolheu-se como unidade espacial de análise a Região Geográfica Imediata Nova Prata – Guaporé/RS/Brasil, a qual encontra-se localizada na metade norte do Estado, composta por 14 municípios, sendo eles: André da Rocha, Dois Lajeados, Guabiju, Guaporé, Montauri, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Prata, Parai, Protásio Alves, São Jorge, Serafina Corrêa, União da Serra e Vista Alegre do Prata (FIGURA 1).

Desta forma, as Regiões Geográficas Imediatas surgiram a partir de uma nova revisão da classificação regional feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2016, p. 8), afirmando que estas

[...] têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros.

Figura 1 – Mapa de localização da Região Geográfica Imediata de Nova Prata – Guaporé/RS



Fonte: IBGE (2016).

Org: PESSETTI, M. (2019).

Neste sentido, a Região Geográfica Imediata Nova Prata - Guaporé faz parte da Região Geográfica Intermediária de Caxias do Sul, a qual é composta por outras três regiões imediatas, Vacaria, Bento Gonçalves e Caxias do Sul. Estas, de acordo com o IBGE (2016, p. 9)

[...] correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas. Preferencialmente, buscou-se a delimitação das Regiões Geográficas Intermediárias com a inclusão de Metrôpoles ou Capitais Regionais. Em alguns casos, principalmente onde não existiam Metrôpoles ou Capitais Regionais, foram utilizados centros urbanos de menor dimensão que fossem representativos para o conjunto das Regiões Geográficas Imediatas que compuseram as suas respectivas Regiões Geográficas Intermediárias.

Por estar situada na metade norte do Rio Grande do Sul, mais especificamente na porção nordeste, a região de Nova Prata - Guaporé teve a colonização e imigração europeia como principal vetor na constituição de sua matriz produtiva. Os imigrantes italianos ao chegarem nas áreas de mata, receberam pequenos lotes de terra, os quais foram se desenvolvendo e caracterizando uma estrutura agrária baseada em pequenos e médios estabelecimentos agropecuários.

Tambara (1983), inferiu que o sistema que caracterizou a formação do espaço agrário nas áreas de colonização pode ser entendido com base em três aspectos: a) utilização da mão de obra familiar; b) pequena propriedade e, c) policultura. Salienta-se que, o principal fator de produção era o trabalho doméstico, de base familiar.

Temos como objetivo geral compreender e caracterizar a organização do espaço agropecuário da Região Geográfica Imediata Nova Prata - Guaporé, considerando os Censos Agropecuários de 2006 e 2017. Especificamente o trabalho buscou: a) analisar o perfil da estrutura fundiária e do uso da terra dos estabelecimentos agropecuários; b) compreender a dinâmica das principais cadeias produtivas e como elas organizam-se no espaço regional; e, c) identificar quem são os municípios que atuam na dinâmica da produção agropecuária regional.

A investigação se estrutura metodologicamente em etapas: 1) coleta de dados secundários nos Censos Agropecuários e no sistema SIDRA do IBGE (lavouras

temporárias, lavouras permanentes e rebanhos); 2) elaboração de gráficos, tabelas e mapas para a espacialização das variáveis investigadas; 3) interpretação e análise dos resultados obtidos.

Este novo olhar para as novas regiões do IBGE se faz necessário, pois estas configuram novos arranjos produtivos, bem como, evidenciam o papel de regiões e municípios cada vez mais atuantes na dinâmica regional. Destacamos também que, não temos por objetivo realizar um estudo que possa dar subsídios para compreender as transformações regionais e os novos arranjos produtivos que se materializam, oportunizando novos questionamentos e alimentando o desenvolvimento de pesquisas futuras.

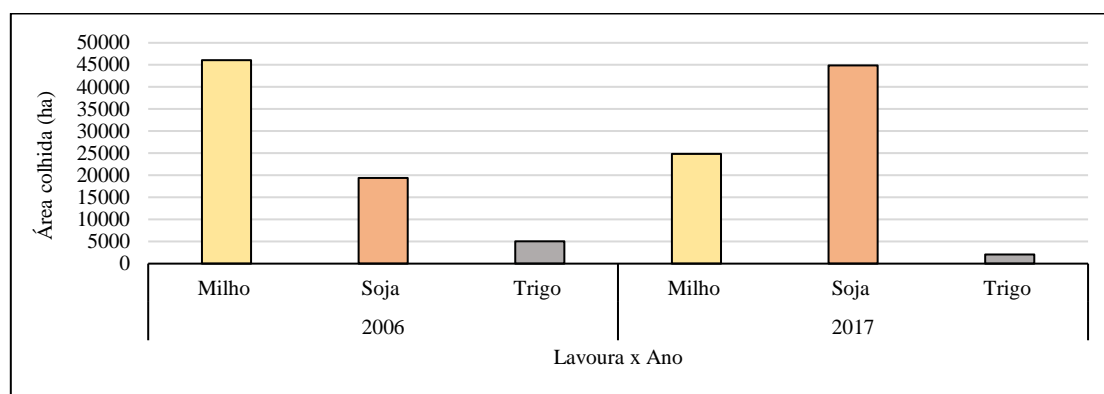
A produção agrícola regional

Os municípios que integram a Região Geográfica Imediata Nova Prata – Guaporé, historicamente, tiveram a lavoura temporária como um dos principais meios de dinamização da produção agrícola local/regional. Ao contrário dos imigrantes italianos que ocuparam a região de Bento Gonçalves e Caxias do Sul que de imediato desenvolveram a vitivinicultura, estes por sua vez, se preocuparam em desenvolver a produção de trigo e milho, tendo a uva como uma lavoura secundária. Desde então, os números em área colhida e quantidade produzida são mais expressivos nas lavouras temporárias, com algumas exceções que serão evidenciadas no decorrer do texto.

A partir da interpretação dos dados de área colhida (ha), observa-se que as lavouras temporárias no geral apresentaram aumento. A soja vem ganhando cada vez mais espaço de destaque na região. Conforme o Gráfico 1, em 2006 a área colhida no montante regional era de 19.400 ha, ocupando o segundo lugar nas lavouras, ficando atrás da milhocultura. Ao investigar separadamente os valores de cada município, percebe-se que muitos ainda não apresentavam números expressivos na referida lavoura (Gráfico 1).

Ademais, unidades municipais como Dois Lajeados, Guaporé, Nova Araçá, Paraí, Protásio Alves, União da Serra e Vista Alegre do Prata apresentavam números que variavam entre 100 a 750 ha colhidos, tendo assim, pouca participação na produção regional. Entretanto, outros como André da Rocha, São Jorge e Montauri, já demonstravam uma tendência à consolidação da soja como principal lavoura, demonstrando montantes que ultrapassam os 2.000 ha, chegando a 8.000 ha no caso de André da Rocha.

Gráfico 1 – Comparativo das lavouras temporárias em área colhida (ha) da Região Geográfica Imediata Nova Prata – Guaporé, 2006 e 2017



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2006, 2017) – IBGE (2020).

Org: PESSETTI, M. (2020).

O crescimento da soja em 2017 foi de aproximadamente 130% com relação aos números de 2006, apresentando um montante de 44.880 ha de área colhida. Devemos destacar que, os impactos da expansão da lavoura empresarial da soja não se dão somente na diminuição de outras lavouras, mas também, na estrutura agrária. É exatamente entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017 que os municípios que integram a região apresentaram um aumento na participação de grandes estabelecimentos agropecuários, os quais possuem por natureza o cultivo de monoculturas como a soja (GRÁFICO 1).

De modo particular, a soja apresentou aumento em todos os municípios da região, especialmente em André da Rocha, Guabiju e Guaporé que apresentaram maior participação na produção agrícola regional. No caso de André da Rocha que em 2006 já se configurava como o principal produtor de soja da região, o crescimento foi superior a 100% da produção, totalizando 16.700 ha.

Considerando os dados analisados, é oportuno considerar que embora a soja em termos numéricos se configure como a mais expressiva da região, em alguns municípios a consolidação não se efetiva, visto o direcionamento produtivo e especialidade de cada unidade. Em muitos casos existe uma “disputa” de área com a cultura do milho e uma pressão sob as áreas voltadas a pecuária leiteira (pastagens).

A produção de milho, embora tenha apresentado grande perda de hectares, ainda tem importância na dinamização agrícola regional. Observando o Gráfico 1, em 2006 o total de área colhida (ha) era de 46.070, número superior em mais de 100% com relação

a lavoura da soja daquele ano. Neste caso, tinha-se participação efetiva de municípios como Nova Bassano, Guaporé, Serafina Corrêa, União da Serra e Parai, que colheram acima de 4.000 hectares cada. As demais municipalidades participaram da dinâmica regional com números que ficaram entre 1.000 a menos de 4.000 hectares de área colhida cada.

Em decorrência da expansão da soja, conforme destaca o Gráfico 1, a produção de milho apresenta queda significativa em área colhida no ano de 2017, com um total de 24.845 ha colhidos, ou seja, uma redução de aproximadamente 50% com relação ao ano de 2006. A redução da lavoura do milho não significa a perda da importância para a região, visto que alguns municípios ainda apresentam produção relevantes e que se aproximam e/ou mesmo ultrapassam a soja. Neste caso, destacamos os municípios de Nova Bassano, André da Rocha e União da Serra.

A respeito da produção de trigo, esta por muito tempo teve importância para o desenvolvimento econômico da região, conforme destacado por Balbinot (2020). A triticultura é uma lavoura de inverno e se torna uma alternativa para os produtores nos períodos em que as culturas de verão (soja e milho) não se desenvolvem. Entretanto, conforme destacado nos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, embora seja a terceira lavoura temporária com maior área colhida, tem números relativamente baixos comparados a produção de soja e milho (Gráfico 1).

Nos últimos anos, os produtores da região vêm diversificando suas lavouras de inverno com o incremento de outras culturas agrícolas, como a aveia e cevada, que por terem apresentado números inferiores e instáveis não foram evidenciadas nos gráficos. O pouco que ainda resta da produção de trigo na região está vinculado, em grande parte, à produção de farinha que é destaque em municípios das proximidades da região.

Lavouras permanentes

De modo geral, as lavouras permanentes assumiram papel secundário na dinâmica agrícola regional. Logo, os números em área colhida apresentaram-se inferiores com relação às demais culturas agrícolas que estruturam a matriz produtiva da região. Devemos destacar que a região é uma grande produtora de uva, erva-mate e laranja, com uma produção voltada a comercialização de sucos, vinhos e demais derivados.

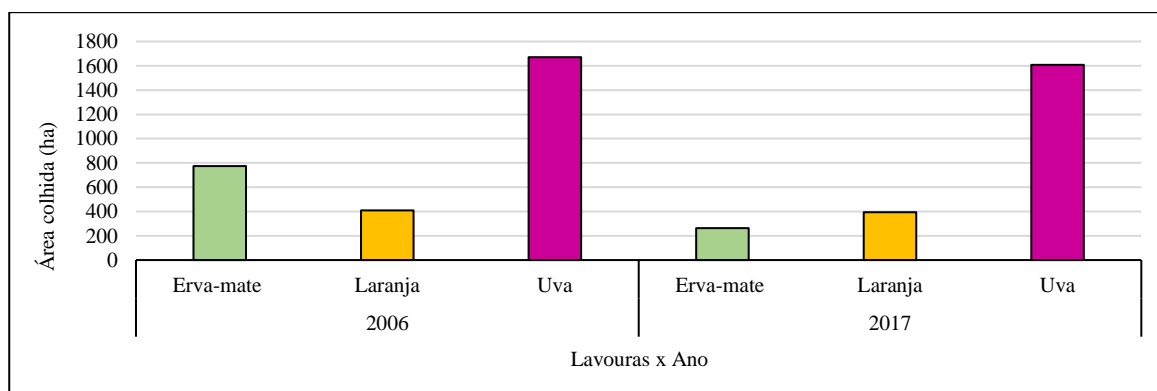
Com relação a produção de uvas, além de ser a lavoura permanente de maior importância para a região, possui o valor cultural como um dos grandes fatores que impulsiona sua produção. Os municípios que fazem parte da unidade regional tiveram sua formação atrelada a cultura italiana, conforme evidenciado em parágrafos

anteriores. A vitivinicultura é uma das marcas das regiões formadas por colonizadores italianos, tendo sua produção articulada com inúmeras vinícolas e empresas produtoras de sucos e geleias.

No tocante a área colhida, a produção de uvas apresentou em 2006 um total de 1.671 ha colhidos (GRÁFICO 2). Destacamos o papel do município de Dois Lajeados na produção regional, o qual colheu 650 ha, sendo responsável por 26% do total. Outras unidades municipais também se mostraram representativas na lavoura. Neste caso, evidenciamos Guaporé, Nova Bassano, Nova Prata, Paraí e São Jorge, com colheitas que giraram em torno de 102 a 190 ha cada.

Analisando o gráfico 2, identificou-se uma pequena redução na área colhida no ano de 2017 (1.608 ha) com relação ao ano de 2006. Entretanto, ao analisar individualmente os municípios, percebeu-se uma tendência à concentração da produção em municípios como Guaporé e São Jorge, que apresentaram crescimento de aproximadamente 30% e 80% respectivamente. Mesmo com a diminuição dos números, Dois Lajeados ainda detém o primeiro lugar no que diz respeito a área colhida. No caso deste município, devemos destacar que as culturas temporárias (soja) não encontram êxito na expansão, grande parte, devido ao direcionamento produtivo voltada a vitivinicultura, um dos grandes desafios para os sojicultores.

Gráfico 2 – Comparativo das lavouras permanentes em área colhida (ha) da Região Geográfica Imediata Nova Prata – Guaporé, 2006 e 2017



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2006, 2017) – IBGE (2020).

Org: PESSETTI, M. (2020).

Em 2006 a lavoura permanente da erva-mate apresentou um total de 774 ha colhidos, com uma participação mais efetiva dos municípios de André da Rocha e Nova Prata que colheram respectivamente 120 e 290 ha. Nas demais unidades municipais, o cultivo da erva-mate se mostrou pequeno, com números inferiores a 100 ha cada (GRÁFICO 2).

De acordo com o gráfico 2, a perda da área colhida em 2017 da erva-mate foi superior a 500 ha. Um dos motivos que está vinculada a esta redução de área é a expansão da produção de grãos, no caso a soja, que além de se expandir em área voltadas para outras culturas temporárias, implica na redução de algumas lavouras permanentes, como a erva-mate.

Mesmo apresentando uma redução acima de 60% na produção regional, o município de Guaporé foi o único que apresentou salto na produção, dobrando sua área colhida. Atualmente, a referida municipalidade é um dos principais produtores da erva-mate da região, apresentando colheitas que se aproximam aos 200 ha. Nesta ocasião, destacam-se políticas públicas de incentivo a diversificação da produção agrícola, com o objetivo que permitir aos produtores diferentes meios de obtenção de rendimentos.

A cultura permanente da laranja, embora em 2006 tenha apresentado números relativamente baixos com relação as demais lavouras, com um montante de 409 ha, manteve sua produção expressiva no ano de 2017 (394 ha), ultrapassando assim a erva-mate em área colhida. Em ambos os anos analisados, os municípios não apresentaram números acima de 100 ha colhidos, com exceção de Guaporé, que em 2017 aumentou substancialmente sua produção, passando de 90 ha (2006) para 135 ha (2017), configurando-se assim como um dos principais produtores de laranja da região.

Neste sentido, o cultivo da laranja, embora com números relativamente baixos, dinamiza significativamente a região, pois como a uva, sua produção está vinculada a produção de sucos. Existe um intenso fluxo e comercialização para os centros produtores de seus derivados, como os municípios de Bento Gonçalves e Montenegro, que possuem inúmeras indústrias responsáveis pelo processamento e comercialização de seus derivados.

Os rebanhos regionais

Como a produção agrícola, os rebanhos foram fundamentais para o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, presentes em quase todo o território gaúcho, apresentando diferenças quanto as finalidades da produção e o sistema produtivo. Ao analisar os dados referentes aos rebanhos da Região Geográfica

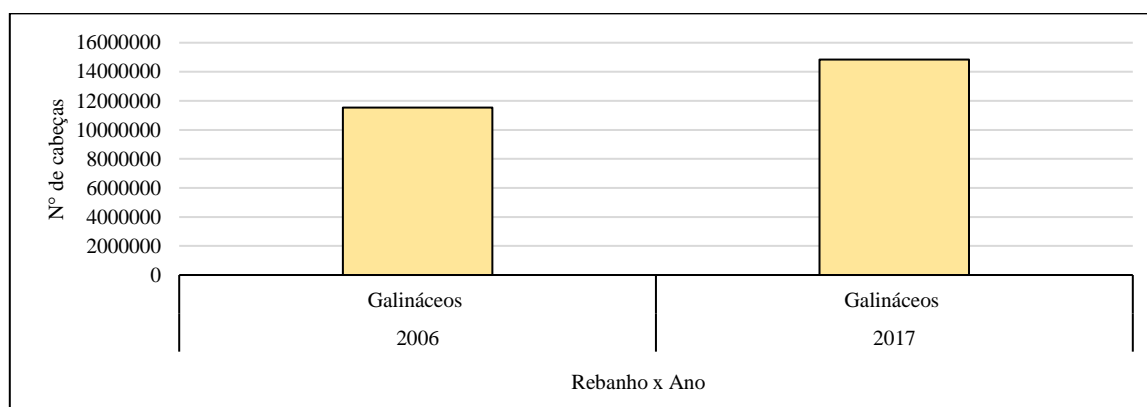
Imediata Nova Prata – Guaporé, percebeu-se expressiva produtividade, especialmente nos criatórios de galináceos, suínos e pecuária.

Para analisar e interpretar a dinâmica regional dos rebanhos foi necessário a construção de dois gráficos, visto a disparidade dos números dos galináceos em relação aos suínos e bovinos. Neste caso, destacamos os galináceos, que por sua vez apresentam números expressivos e que tornam-se fundamentais na matriz produtiva regional e estadual.

Conforme identificado, os galináceos encontram-se consolidados nos municípios da região. A instalação de grandes empresas abatedoras da carne impulsionou a expansão da produção, aumentando a capitalização e industrialização no processo produtivo.

Conforme o gráfico 3, o montante da produção em 2006 ultrapassou a marca de 11.500.000 cabeças, tendo como principais produtores os municípios de Nova Bassano, Parai, Serafina Corrêa, União da Serra e Vita Alegre do Prata, com criatórios acima de 1.000.000 de cabeças cada. A presença de algumas sedes de agroindústrias que recebem e processam a produção nos municípios da região, justifica os números cada vez maiores (GRÁFICO 3).

Gráfico 3 - Comparativo dos galináceos em número de cabeças da Região Geográfica Imediata Nova Prata – Guaporé, 2006 e 2017



Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (2006, 2017) – IBGE (2020).

Org: PESSETTI, M. (2020).

Embora alguns municípios tenham apresentado pequena redução, o montante regional em 2017 evidenciou o crescimento do rebanho de galináceos, totalizando quase

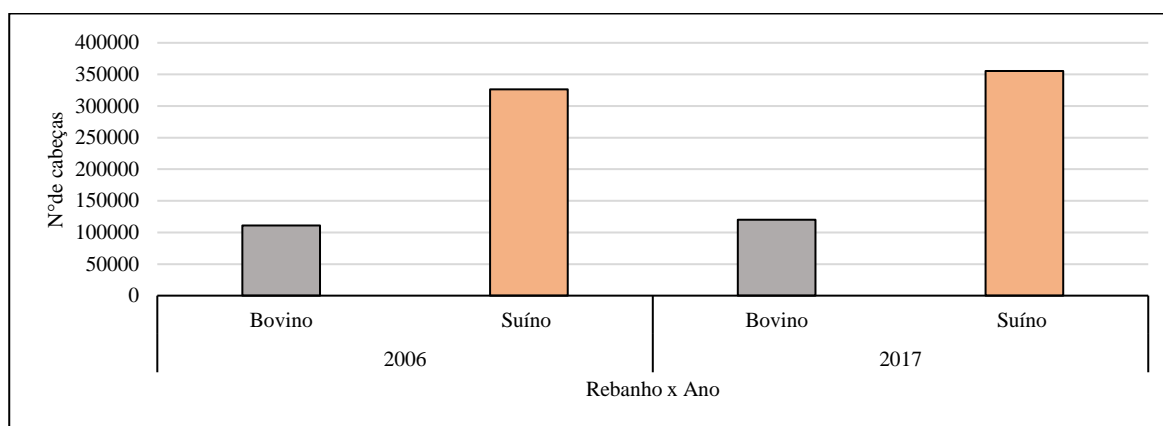
15.000.000 de cabeças (GRÁFICO 6). Ocorre uma tendência à especialização produtiva, com uma concentração da produção em poucos municípios, destacando-se assim Dois Lajeados, Nova Prata, Paraí, Serafina Corrêa, União da Serra e Vista Alegre do Prata, mantendo número próximos e/ou superiores a 1.000.000 de cabeças. O aumento do número de cabeças em Nova Bassano foi cima de 200% em relação aos números de 2006, apresentando um total próximo as 4.900.000 cabeças.

Devemos destacar que um dos fatores que impulsiona a expansão dos rebanhos na unidade regional é sua tradição da produção grãos, considerados matéria-prima para a fabricação de rações, utilizadas na alimentação dos animais. Neste aspecto, destacamos também o rebanho dos suínos que, também, tem importância da matriz produtiva regional e estadual. Igualmente aos galináceos, a expressividade da produção e comercialização de suínos foi alavancada com a presença de empresas agroindustriais que passaram a se integrar e articular com produtores de toda região.

De acordo com o gráfico 4, o total da produção de suínos na região em 2006 foi de 326.366 cabeças. Os únicos municípios que apresentaram produções abaixo das 10.000 cabeças foram Guabiju, São Jorge e Vista Alegre do Prata, evidenciando que este rebanho se encontra expressivo em praticamente todos os municípios da região, com números e aproximando-se e/ou ultrapassando as 50.000 cabeças, como no caso do município de Serafina Corrêa.

A valorização do mercado aliada a incentivos públicos, oportunizou o aumento da produção em 2017, conforme destaca o gráfico 4. Assim, o total de cabeças da produção regional foi de 355.413 cabeças. Embora alguns municípios tenham apresentado pequena redução na produção, observou-se que o número de cabeças se distribui nas unidades municipais com menores disparidades, como evidenciaram os dados de 2006. Guabiju foi o único município que não ultrapassou a marca de 10.000 cabeças. Em contrapartida, Paraí e Serafina Corrêa aumentaram com números que superiores as 50.000 cabeças.

Gráfico 4 – Comparativo dos bovinos e suínos em número de cabeças da Região Geográfica Imediata Nova Prata – Guaporé, 2006 e 2017



Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (2006, 2017) – IBGE (2020).

Org: PESSETTI, M. (2020).

Os bovinos, menos expressivos na região, apresentaram estabilidade nos números, com um pequeno aumento em 2017 (120.089) com relação a 2006 (110.997). A presença deste rebanho nos municípios da região está vinculada, majoritariamente, a produção de leite.

Neste caso, a pecuária leiteira assume papel importante e tem sido uma das grandes alternativas para os produtores. A produção de leite vem se tornando mais concentrada, visto que um dos grandes problemas, além da instabilidade dos preços e falta de mão de obra, é a expansão da produção de grãos, especialmente a soja.

Assim, devemos nos reportar a dinâmica do uso das terras nos estabelecimentos agropecuários, visto que estes apresentaram uma significativa redução das áreas voltadas as pastagens, dedicadas aos rebanhos bovinos. A permanência de lavouras como a do milho também está vinculada a presença da produção de leite, em função deste ser matéria prima para a silagem, alimento fundamental para desenvolvimento dos bovinos leiteiros.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho consistiu no entendimento da organização do espaço agropecuário da Região Geográfica Imediata Nova Prata – Guaporé (2006 – 2017), a partir da identificação das transformações nas lavouras e rebanhos. Por meio desta

investigação, procurou-se analisar a atual organização do espaço regional, em vista da recente classificação regional divulgada pelo IBGE (2016).

A dinâmica agrícola ou organização do espaço agropecuário da região é marcada pela predominância das lavouras temporárias (soja e milho), que se expandiram significativamente entre 2006 e 2017, especialmente sob as pastagens, bem como, em outras lavouras. Assim, a produção de soja passou a representar em área colhida o principal vetor da produção de grãos da região, seguida do milho, lavoura que está vinculada a outras cadeias produtivas, como os rebanhos.

Nos rebanhos, observou-se a expressividade nos criatórios de galináceos e suínos, que neste caso ganham caráter agroindustrial diante de uma produção cada vez mais integrada e voltada ao mercado externo. Os bovinos, em sua maioria, estão vinculados a permanência da atividade leiteira que, mesmo diante das dificuldades, ainda se torna uma das alternativas para os agricultores da região.

Destacamos assim que, as mudanças que se manifestaram ao longo da escala temporal e espacial analisada, devem ser entendidas diante de um contexto de transformações, marcado por uma atividade agropecuária cada vez mais globalizada e atendendo as demandas do capital internacional.

Concluimos então que, a Região Geográfica Imediata Nova Prata - Guaporé tem sua matriz produtiva agropecuária sustentada, majoritariamente, pelas lavouras temporárias, com uma tendência a expansão e consolidação da lavoura empresarial da soja. Nas culturas permanentes, temos a produção de uvas vinculada a comercialização de sucos e vinhos, que se apresenta estabelecida. Nos rebanhos, temos a pecuária leiteira que vem perdendo espaço para as lavouras, bem como, a participação expressiva dos suínos e aves, que se desenvolvem a partir da integração com grandes empresas e agroindústrias da região e de outras localidades do estado do Rio Grande do Sul.

Referências

BALBINOT, Giovani; TEDESCO, João Carlos. **A Colônia Guaporé: configuração territorial, política e econômica (1892 - 1940)**. Porto Alegre: EST Edições, 2020.

CAR. **Cadastro ambiental rural**. Disponível em: <<http://www.car.gov.br/#/>>. Acesso em: 13 jun. 2021.

CANCELIER, Janete Webler. **A produção de porongos como uma estratégia para a reprodução social da agricultura familiar no distrito de Arroio do Só/Santa Maria/RS**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Maria, 2018.

Ruralidades Latino-americanas

A dinâmica regional da produção agropecuária da Região de Nova Prata – Guaporé/RS

DOI: 10.23899/9786589284338.7

DE DAVID, Cesar. **Estratégias de reprodução social em assentamentos**: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural em Canguçu – RS. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

DICIO. **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/policultura/>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Características da agropecuária no Rio Grande do Sul**, 2015. Disponível em: <<https://arquivofee.rs.gov.br/sinteseilustrada/caracteristicas-da-agropecuaria-do-rs/>>. Acesso em: 2022.

HOFFMANN, Rodolfo; NEY, Marlon Gomes. **Estrutura Fundiária e Propriedade agrícola no Brasil: Grandes regiões e unidades da federação (1970-2008)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

IBGE. **Divisão Regional em Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas**. IBGE, Rio de Janeiro, 2016.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006 e 2017**. Disponível em: <www.sidra.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2021.

PESETTI, Mateus. GOMES, Ligian Cristiano. BITENCOURT, Luciane Rodrigues. **Evolução e dinâmica da produção de galináceos na Microrregião Geográfica de Guaporé/RS**. Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro, V. 9, N.2, p. 119-135, 2019.

TAMBARA, E. **RS: modernização & crise na agricultura**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.



Figura 10 – Solitude, Praia do Jacaré – Paraíba, por Rafael Demarco, registro em 29 de janeiro de 2013.



Figura 11 – Fotografia Mandala, registro feito no Sítio Pinheiro, Distrito do Caldas em Barbalha-CE, por Rafael Demarco, em 9 de março de 2013.

Editora CLAE

2022